

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

**Seguindo rotas: reflexões para uma etnografia da imigração haitiana
no Brasil a partir do contexto de entrada pela tríplice fronteira norte**

Paloma Karuza Maroni da Silva

Brasília, DF
2014

Paloma Karuza Maroni da Silva

**Seguindo rotas: reflexões para uma etnografia da imigração haitiana
no Brasil a partir do contexto de entrada pela tríplice fronteira norte**

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social da Universidade de
Brasília.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cristina Patriota
de Moura

Brasília, DF
2014

Paloma Karuza Maroni da Silva

Seguindo rotas: reflexões para uma etnografia da imigração haitiana no Brasil a partir do contexto de entrada pela tríplice fronteira norte

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cristina Patriota de Moura

Banca examinadora:

Dr^ª. Cristina Patriota de Moura (DAN-UnB) (Presidente)

Dr^ª. Andrea de Souza Lobo (DAN-UnB) (Examinadora Interna)

Dr. Sidney Antônio da Silva (UFAM) (Examinador Externo)

Brasília, 07 de março de 2014.

“Bem sei que, contando isso, dificilmente seremos compreendidos, e talvez seja bom assim, mas que cada um reflita sobre o significado que se encerra mesmo em nossos pequenos hábitos de todos os dias, em todos esses objetos nossos, que até o mendigo mais humilde possui: um lenço, uma velha carta, a fotografia de um ser amado. Essas coisas fazem parte de nós, são algo como os órgãos de nosso corpo; em nosso mundo é inconcebível pensar em perdê-los, já que logo acharíamos outros objetos para substituir os velhos, outros que são nossos porque conservam e reavivam as nossas lembranças. Imagina, agora, um homem privado não apenas dos seres queridos, mas de sua casa, seus hábitos, sua roupa, tudo, enfim, rigorosamente tudo que possuía; ele será vazio, reduzido a puro sofrimento e carência, esquecido de dignidade e discernimento – pois quem perde tudo, muitas vezes perde também a si mesmo; transformado em algo tão miserável, que facilmente se decidirá sobre sua vida e sua morte, sem qualquer sentimento de afinidade humana, na melhor das hipóteses considerando puros critérios de conveniência.” **Primo Levi.**

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram para que essa dissertação se apresentasse como o desfecho de um processo mais longo: dois anos de aprendizado e também de produção de conhecimento, ainda que em seus passos primeiros. Mesmo me concentrando nos agradecimentos que devo àqueles que estiveram comigo nessa etapa e que tornaram o seu ansiado desfecho uma realidade, já é difícil contemplar a todos com o destaque que mereceriam. Sou grata por ter mais pessoas a agradecer do que as palavras me permitem agora. Reconhecendo desde já essa minha limitação, manejarei as palavras como posso.

Agradeço a minha mãe e ao meu pai por todo o amor e suporte que dedicaram a mim ao longo desses anos. Espero ser capaz de expressar minha gratidão através da cumplicidade cotidiana, a cada dia de nossa convivência.

Agradeço a minha orientadora, Cristina Patriota de Moura, por me acompanhar de forma tão dedicada durante essa empreitada. Sua disponibilidade em ler cuidadosamente meus textos, mesmo quando enviados em cima da hora, e ainda comentá-los e criticá-los parágrafo a parágrafo, não sei como agradecerei o suficiente. Ainda lhe devo pelos seus inestimáveis conselhos, não só em relação à pesquisa em si, mas a outras decisões fundamentais, como prestar a seleção de doutorado do DAN. Ela me incentivou em um momento em que eu pensava não ser capaz, assustada que estava com os prazos e acreditando que participar desse processo seria um desperdício de forças sem resultado e que ainda me prejudicaria no andamento da pesquisa. Felizmente ouvi seu conselho: não foi em vão.

Agradeço à banca examinadora, Andréa de Souza Lobo e Sidney Antônio da Silva, pela disponibilidade e atenção que demonstraram ao aceitarem o convite para ler e comentar esta dissertação.

Não poderia deixar de agradecer Rodolfo que, apesar dos desencontros da vida, continuou a ser importante como um amigo e como um colega de área. Sou grata por contar com sua valiosa sensibilidade em apreender o mundo. Obrigada por me sugerir essa significativa epígrafe, o trecho de um relato “sem autopiedade” de Primo Levi, que sofreu os horrores do holocausto em Auschwitz. É uma situação distinta da vivida pelos imigrantes haitianos, mas muito nos ensina sobre as experiências subjetivas de perda e de privação associadas ao abandono forçado do lar.

Agradeço aos meus amigos e companheiros de Katakumba por contribuírem tanto com as discussões sobre a antropologia e as nossas pesquisas, quanto pela

companhia, esta fundamental para dividirmos nossas inquietações, angústias e anseios. Temo citar nomes, já que muitos fizeram parte desses momentos de cumplicidade, mas aí seguem alguns: Alê, Ana, Caio, Carlos, Cassi, Chico, Clarisse, Edu, Fabiano, Graci, Gui, Iza, Janeth, Jose, Kris, Lediane, Nat, Mari, Martin, Ray, Talita, Thais e Welliton. Obrigada por estarem ao meu lado. Alê, fico feliz que, mesmo respeitando a ordem alfabética, seu nome tenha ficado em primeiro lugar. Você foi e é meu grande amigo e colega antropólogo. Muito aprendo a seu lado.

Agradeço também ao Sanderson, por gentilmente se dispor a me receber em sua casa durante o período de campo. Ao Pedro, por ser um grande companheiro em Tabatinga e, como sociólogo, pelas discussões e conselhos a respeito da pesquisa.

Aos meus interlocutores, tanto os imigrantes haitianos, quanto os moradores de Tabatinga e os membros da Igreja com quem tive contato durante o campo em Manaus e em Tabatinga, agradeço por se disporem a compartilhar parte de suas experiências de vida e visões de mundo, sem as quais essa pesquisa não teria sentido e nem substância. Agradeço especialmente ao Padre Gelmino, aos futuros padres Filemon e Jordano, à irmã Santina e às funcionárias da Secretaria do Projeto Pró-Haiti, Dina e Angélica, pelo apoio dado.

Ao CNPq, que durante esses dois anos me disponibilizou a bolsa de mestrado, agradeço, pois sem isso esta pesquisa não seria uma realidade.

SIGLAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CETAM - Centro de Educação, Ciência e Tecnologia
CIA- Agência Central de Inteligência
CNIg - Conselho Nacional de Imigração
CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONARE - Comitê Nacional para os Refugiados
CPF - Cadastro de Pessoas Físicas
CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IOM - Organização Internacional para as Migrações
MHAVE – Ministério dos Haitianos que Vivem no Exterior
MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
OEA - Organização dos Estados Americanos
ONU - Organização das Nações Unidas
OPL – Organização Política Lavalas
PF – Polícia Federal
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEDUC - Secretaria Estadual de Educação
SENAC - Serviço Nacional do Comércio
SENAI - Serviço Nacional da Indústria
UFAM - Universidade Federal do Amazonas
WDI – Indicadores de Desenvolvimento Mundial

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a emergência da nova rota migratória Haiti-Brasil a partir de pesquisa etnográfica realizada no contexto da tríplice fronteira norte (Tabatinga, Brasil/ Letícia, Colômbia/ Santa Rosa, Peru) e, de forma complementar, também na cidade de Manaus-AM, que é o ponto seguinte da rota. Esse contexto contemporâneo é relacionado à história de constituição do Estado-nação haitiano, a qual é perpassada desde o início por fluxos multiescalares de pessoas, coisas, valores e ideias, resguardadas as particularidades históricas de cada período. O conceito de *composições*, de Saskia Sassen, é utilizado para evidenciar os elementos e os processos que atuaram na conformação do Haiti como um Estado-nação singular. É dado destaque para o papel dos fluxos globais, regionais e nacionais de diversas naturezas – sociais, econômicas, políticas, simbólicas – na constituição de valores e práticas em âmbitos locais no Haiti, incluindo aí a identidade da nação. Um breve histórico dos fluxos migratórios de haitianos para diversos destinos do globo é resgatado a fim de evidenciar a profundidade história dessas práticas e valores associados, relativizando assim a novidade da rota Haiti-Brasil. O terremoto de 12 de janeiro de 2010, que devastou o Haiti, é tratado como *evento crítico*, a partir de diálogo teórico com Veena Das e Sahlins, no sentido de possibilitar a emergência de novas formas sociais de vida. O diálogo teórico é realizado com o objetivo de delinear as aproximações e distanciamentos entre as categorias analíticas de evento e estrutura. É dado destaque para o contexto e as implicações da criação do “visto permanente por razões humanitárias” pelo Estado brasileiro, a partir da relação deste com as normativas internacionais a respeito da proteção aos refugiados. A experiência de campo também ilumina a aplicação das políticas migratórias brasileiras para o caso específico dos haitianos.

Palavras-chave: imigração haitiana; rotas; fluxos; evento crítico, políticas migratórias brasileiras; Estado-nação.

ABSTRACT

This work aims at analyzing the emergence of the new migration route from Haiti to Brazil. It is based on ethnographic research in the context of the northern triple border (Tagatinga, Brazil/ Leticia, Colombia/ Santa Rosa, Peru) and also in the city of Manaus-AM, the next point on the route. This present-day context is related to the history of the constitution of the Haitian nation-state, which has always been crisscrossed by multiscalar fluxes of persons, things, values and ideas, despite the historical particularities of each moment. Saskia Sassen's concept of assemblages is used to show the elements and processes which acted to form Haiti as a unique nation-state. Importance is given to the role of national, regional and global flows of different natures – social, economic, political, symbolic – in the constitution of values and practices at the local level in Haiti, including national identity. A brief history of the migration fluxes of Haitians to different destinies in the world is mobilized in order to show the historic depth of these practices and associated values, thus relativizing the novelty of the route from Haiti to Brazil. The earthquake which devastated Haiti on January 12, 2010 is treated as a critical event which may enable the emergence of new forms of life, in a theoretical dialogue with Veena Das and Marshall Sahlins. The aim of the theoretical dialogue is to trace approximations and distances between the analytical categories of “event” and “structure”. Special attention is given to the context and implications of the creation of the “permanent visa for humanitarian reasons” on the part of the Brazilian state, in relation with international norms concerning refugee protection. The field experience also sheds light on the specificities of the application of Brazilian migration policies to the case of Haitians.

Key words: Haitian immigration, routes, fluxes, critical event, Brazilian migration policies, nation-state.

SUMÁRIO

Introdução – Reflexões para uma etnografia da imigração haitiana.....	01
Capítulo 1 – O Haiti como singularidade nacional.....	04
1.1 – A colonização francesa.....	06
1.2 – O processo de independência do Haiti.....	07
1.3 – A ocupação norte-americana do Haiti.....	15
1.4 – As ditaduras de Papa Doc e Baby Doc.....	17
1.5 – As intervenções da Organização das Nações Unidas no Haiti.....	20
1.6 – O Haiti na contemporaneidade.....	23
Capítulo 2 – Rotas “Estruturantes” e Eventos Críticos.....	29
2.1 – A migração haitiana: dados gerais.....	35
2.2 – Os principais destinos dos fluxos migratórios de haitianos.....	38
2.2.1 – As ilhas Caribenhas.....	38
2.2.2 – A vizinha República Dominicana.....	40
2.2.3 – A América do Norte.....	47
2.3 – O terremoto como evento crítico.....	54
Capítulo 3 – O Brasil como destino e suas categorias migratórias.....	63
Capítulo 4 – Experiências locais: Manaus e suas instituições de acolhimento.....	82
Capítulo 5 – Rotas fugidias: Tabatinga, rastros e fantasmas.....	113
Considerações finais – A tríplice fronteira norte e as possibilidades de realização do visto humanitário.....	135
Referências Bibliográficas.....	138
Anexo I – Questionário semi-estruturado para os imigrantes haitianos.....	145
Anexo II – Questionário semi-estruturado para os moradores de Tabatinga.....	147

Introdução – Reflexões para uma etnografia da imigração haitiana

O estudo da imigração haitiana com destino ao território brasileiro constitui uma oportunidade única de analisar as políticas migratórias de uma perspectiva pouco recorrente, aquela na qual nós brasileiros ocupamos a posição de país de destino de imigrantes vistos geralmente como “indesejáveis” por serem negros e frequentemente não se encaixarem nas exigências de alta qualificação profissional de nosso restritivo Estatuto do Estrangeiro. O Brasil – cuja autorrepresentação ainda é marcada pelo mito fundador da democracia racial – é posto em perspectiva ao deslocarmos o olhar às experiências e aos obstáculos vivenciados pelos imigrantes haitianos que tentam construir suas vidas em nosso país.

Contrastando intensamente com a idealização do campo como um espaço circunscrito de observação controlada e de experimentação, a experiência de campo a partir da qual se elaborou esse presente esforço compreensivo resistiu aos meus projetos iniciais, se mostrou fugidia, assim como meus interlocutores. Na tradição antropológica, “nossos nativos” geralmente são representados como habitantes fixos de uma aldeia. Nesse sentido, o campo aparece como uma prática de co-residência, segundo James Clifford (1999). Não obstante, o desafio do campo foi exatamente ser um lugar de passagem dos meus interlocutores, que se apresentavam mais como viajantes do que como residentes estáveis. Essa situação gera obstáculos para o pesquisador, como estabelecer uma comunicação significativa no curto tempo disponível. Ao mesmo tempo também apresenta vantagens. Clifford destaca como o campo pode ser percebido mais facilmente como um “*travel encounter*”.

Clifford (1999) não substitui o ideal de “co-residência” pelo de “encontro de viajantes”, mas propõe que busquemos um ponto intermediário entre essas dinâmicas através do exercício comparativo. Mas é certo que a especificidade deste campo, embora tenha gerado certa frustração por não ter me proporcionado viver a minha sonhada “briga de galos”, me fez atentar para as interrelações entre espaços e tempos situados em escalas diversas: locais, regionais, nacionais e globais. Tenho consciência de que essa pesquisa apenas abordou dois pequenos pontos de uma rota mais ampla: a experiência migratória dos haitianos. Além disso, tive a preocupação de resgatar as relações históricas que participaram da construção do Haiti como singularidade em meio a outros Estados-nações, o que será tratado no primeiro capítulo. Clifford

reconhece a importância em se repensar a antropologia a partir dos termos de viagem, já que nos permite a desconstrução da cultura, que é frequentemente naturalizada como um objeto de fronteiras claramente delimitadas, estáveis e isoladas de forças exteriores. Nesse sentido, esta pesquisa se inscreve em um projeto não tão novo como nos alertam Dias e Lobo (2012), que identificam esforços presentes na tradição antropológica e em estudos contemporâneos que tratam da mobilidade de pessoas, coisas, ideias e valores e dos papéis que esta desempenha na constituição de identidades e de relações que atravessam fronteiras e também formam práticas imersas em localidades.

Como foi dito, a presente proposta trata especificamente de dois pontos das inúmeras rotas utilizadas pelos imigrantes haitianos que se deslocaram do seu país de origem, ou de outros países, em direção ao Brasil: Tabatinga-AM e Manaus-AM. Enquanto Tabatinga se apresenta como a porta de entrada do território brasileiro pela Amazônia, Manaus é o paradeiro seguinte, frequentemente apenas a antessala das cidades de destino, como as situadas nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rondônia, Minas Gerais e Mato Grosso, entre outras. Mas Manaus também figura como o destino final de muitos imigrantes haitianos, embora ainda temporário a partir de uma perspectiva mais ampla.

O segundo capítulo, intitulado “Rotas Estruturantes e Eventos Críticos”, evidencia a profundidade histórica dos fluxos migratórios de haitianos pelo mundo e situa a emergência da nova rota Haiti-Brasil em relação à ocorrência do terremoto de 12 de janeiro de 2010, que tratarei como “evento crítico” a partir do diálogo com Veena Das (1996, 2007) e Sahlins (1997, 2003). As aproximações e distanciamentos possíveis entre evento e estrutura são aí abordados mais detidamente.

Já o capítulo 3 se refere a um desdobramento da relação entre as rotas “estruturantes” e o evento crítico: o estabelecimento do Brasil como destino da imigração haitiana. Não apenas a nova rota é discutida, mas também as categorias jurídicas de mobilidade no plano internacional e no plano nacional, o primeiro através da figura do “refúgio” e da “migração econômica” e esse último através da figura do “visto permanente por razões humanitárias”. Esta dissertação não fala apenas de fluxos, como se estes implicassem necessariamente caminhos desobstruídos e mobilidade livre. Fala também dos obstáculos, das violências sofridas e da dificuldade de vencer fronteiras e de permanecer em territórios outros que não o próprio Estado-nação. Esses tempos de fluxos globais e de tecnologias avançadas de transporte e comunicação não eximem todos de serem objetos de políticas coercitivas. Enquanto o turista abastado

experiencia as portas abertas e o mundo como uma pequena aldeia com espaços a serem apreciados por suas particularidades locais, os estigmatizados “imigrantes econômicos” têm seu trânsito dificultado por serem responsabilizados por sua pobreza, que é esvaziada de seu conteúdo político.

Os capítulos 4 e 5, respectivamente, “Experiências locais: Manaus e suas instituições de acolhimento” e “Rotas fugidias: Tabatinga, rastros e fantasmas” tratam mais diretamente da experiência de campo nas duas cidades apontadas e das dificuldades enfrentadas. Por fim, nas considerações finais intituladas “A tríplice fronteira norte e as possibilidades de realização do visto humanitário”, realizo um balanço final das políticas migratórias brasileiras voltadas aos imigrantes haitianos e dos desafios que ainda teremos de superar para efetivamente integrarmos dignamente aqueles a nossa sociedade.

Capítulo 1 – O Haiti como Singularidade Nacional

Embora o território brasileiro seja um destino recente do fluxo migratório de haitianos – este se tornou significativo em termos quantitativos apenas após o terremoto que devastou o Haiti em janeiro de 2010 – as dinâmicas de fluxos e refluxos, sejam estes locais, regionais, nacionais ou globais, constituem fatores estruturantes na formação histórica do Haiti e na reprodução/transformação de sua sociedade desde os tempos coloniais até os dias de hoje (Charles, 2006; Portes e Grosfoguel, 1994). Tal condição de persistência da mobilidade como componente fundamental na estruturação da sociedade haitiana não significa, é preciso dizer, que se trata de uma reprodução mecânica de si mesma. Os tipos de fluxos e refluxos conformam dinâmicas complexas e múltiplas em sua natureza, suas causas, efeitos sociais e significados culturais são dos mais variados e se transformam ao mesmo passo em que se atualizam cotidianamente em valores, ideários e práticas coletivas, com destaque aos projetos migratórios. Reprodução e transformação são faces de uma mesma moeda.

Dar conta da multiplicidade de formas e de tonalidades assumidas pelos fluxos globais migratórios de haitianos ao longo da história excederia os objetivos desta dissertação, uma vez que demandaria um investimento de longo prazo impraticável no presente momento. Não obstante, é necessário fazer um breve esboço daqueles fluxos a fim de situar a emergência de uma nova rota Haiti-Brasil, que é a nossa meta. Se essas rotas sofreram transformações no decorrer da história, o mesmo ocorreu com o Haiti, que não é o mesmo desde os tempos coloniais. Para sinalizar essas mudanças na forma como o Haiti se estrutura e como ele se insere em diferentes configurações históricas globais, utilizo o conceito de composições¹ tal como proposto por Saskia Sassen (2006). A autora mobiliza o conceito de composições para comparar como território, autoridade e direitos se apresentam inter-relacionados em distintas formações históricas, cada uma dessas constituídas por uma articulação específica de relações de interdependência, assim como conteúdos empíricos específicos. O Estado-nação, portanto, seria apenas um tipo de composição que surge na história, assim como a globalização. O novo sempre depende de capacidades construídas no passado, que são reorientadas através de novas lógicas organizacionais articuladas de território, autoridade e direitos. As composições, entretanto, não são constituídas apenas a partir da associação singular

¹ Traduzo como “composições” o conceito de *assemblages*, tal como faz Patriota de Moura (2010).

desses três itens, mas também por processos multiescalares que os perpassam. Veremos como os fluxos globais sempre atravessaram o Haiti, seja através da situação colonial, seja através da tutela de organismos internacionais como a ONU. O Haiti, não obstante, conservou sua singularidade enquanto composição. É importante entender como o cruzamento de fluxos locais, regionais, nacionais e internacionais no território haitiano não significou um obstáculo, mas sim uma contribuição para a formação identitária de seu povo. A vantagem do conceito proposto por Sassen (2006) é que ele permite reconhecer a singularidade do Haiti enquanto composição, ao mesmo tempo em que evidencia as características que são compartilhadas pelas composições ao molde de estados-nações. Reconhecemos desde já que os fluxos migratórios não são influenciados apenas por processos que se dão dentro da escala nacional, mas também por outros que ocorrem simultaneamente em múltiplas escalas. A era da globalização não inaugurou o poder de influência desses processos multiescalares, mas reforçou o caráter não concêntrico dos mesmos. Em outras palavras, as práticas e os valores locais, como os que dão suporte à emigração, não são estruturados apenas por dinâmicas locais, mas por outras aparentemente ausentes, conectadas em múltiplas escalas como: as regionais, nacionais e globais. Ainda é preciso enfatizar que os fluxos globais não necessariamente passam pela regulação e controle do Estado, que embora tente monopolizar a autoridade e a outorga de direitos dentro de seu território, é muitas vezes ultrapassado por outros fatores. O avanço das tecnologias nos setores de comunicação e transporte intensifica a chamada compressão do espaço-tempo, uma das grandes marcas da era da globalização². Esse caráter de compressão do espaço-tempo³ acelera os fluxos de pessoas, mercadorias e informações através das fronteiras dos Estados-nações, o que aumenta os desafios postos à manutenção da autoridade dos mesmos, mas não os inaugura, já que sempre existiram poderes concorrentes aos exercidos pelos Estados

² Segundo David Harvey (1989), estaríamos vivendo uma nova fase do capitalismo: o regime de acumulação flexível. De forma sucinta, o capitalismo global, altamente integrado, é organizado através de certas capacidades sustentadas pelo acesso à inovação tecnológica e à informação, espinhas dorsais da produtividade e da competitividade: a alta dispersão, a mobilidade geográfica e a rapidez e flexibilidade das respostas às mudanças no mercado de trabalho, nos processos produtivos e no mercado de consumo. Há também uma preponderância do capital financeiro em relação a outras esferas, que estão integradas a ele. É principalmente na esfera financeira que o capital é realizado, investido e acumulado, o que aumenta o risco do sistema através da constante formação de capitais fictícios.

³ A compressão do espaço-tempo, de acordo com Harvey (1989) é uma sensação gerada pela aceleração dos processos globais em consequência do impacto das inovações tecnológicas no setor da comunicação e do transporte. Sente-se que o mundo diminuiu e que as distâncias globais foram encurtadas, já que o impacto de um evento remoto alcança lugares e pessoas situados a grandes distâncias. Além disso, há uma homogeneização, despersonalização e universalização do tempo e do espaço.

nacionais. Faremos a seguir uma breve recapitulação dos marcos históricos que mais contribuíram para o estabelecimento do Haiti enquanto uma composição singular.

1.1 – A colonização francesa

Localizado na região caribenha, o Haiti corresponde à parte ocidental da ilha de Hispaniola, como foi nomeada pelos espanhóis, seus primeiros colonizadores. O país, com 27.750 km², apresenta fronteira terrestre a leste com a República Dominicana. As águas do oceano Atlântico banham o norte do Haiti, já o sul abre-se para o mar do Caribe. Após um século da chegada dos europeus na ilha de Hispaniola, que ocorreu no ano de 1492, sua população nativa se encontrava quase completamente dizimada em consequência dos males da colonização: extermínio, doenças desconhecidas, trabalho forçado nas minas, fome, entre outros (James, 2010, p.19). Em 1695, com o Tratado de Ryswick, a Espanha cedeu à França o direito legal sobre a parte ocidental da ilha. O Haiti permaneceria sob o domínio francês por mais de um século, até a independência em 1804.

Enquanto colônia francesa das Índias Ocidentais de São Domingos, o Haiti se destacou como uma das economias açucareiras mais prósperas dos séculos XVII e XVIII, esta sustentada pela mão-de-obra escrava importada da África, especialmente da Ocidental. Além da produção latifundiária de açúcar, São Domingos também exportava café, anil, algodão, tabaco, cacau, rum, couro e madeira à metrópole francesa. Segundo C.L.R. James (2010, p.15), no ano da Revolução Francesa, São Domingos representava dois terços do comércio exterior da França e era o maior mercado individual para o tráfico negreiro europeu, com cerca de meio milhão de escravos. A maior parte dos negros deslocados violentamente pelo tráfico de escravos à ilha caribenha era proveniente do golfo de Benim, região dos antigos reinos de Dahomé e de Ouidah (Hurbon, 1987, p.66). Angola, Guiné, Nigéria, Senegal e Sudão também se configuraram como regiões de origem dos escravos que viriam a povoar São Domingos (Hurbon, 1987).

Dado o extermínio das populações indígenas da ilha, a sociedade nascente do Haiti foi constituída em grande medida pelos fluxos imigratórios: os colonizadores europeus, por um lado, e os negros escravizados, por outro. O crescimento⁴ vertiginoso

⁴ Entre os anos de 1783 e 1789, a produção da colônia francesa de São Domingos praticamente dobrou (James, 2010, p. 65).

da economia da colônia de São Domingos demandava a reposição constante de nova mão de obra escrava deslocada da África, já que as condições de vida dos escravos conduziam-nos à morte prematura e, por conseguinte, o crescimento vegetativo era insuficiente para repor a força de trabalho. Nessas condições, a continuidade do modelo escravocrata de produção latifundiária para exportação dependia do fluxo ininterrupto de negros escravizados. Os senhores de terra brancos eram numericamente superados por seus escravos em proporção de 1 por 12 escravos (Popkin, 2008). Com a Revolução do Haiti, de 1791 a 1804, a pequena população que compunha a elite branca da colônia foi drasticamente reduzida devido à guerra e à emigração, esta última como estratégia de sobrevivência com destino a outras ilhas caribenhas, Estados Unidos ou Europa.

1.2 – O processo de independência do Haiti

Em 1804, o Haiti tornou-se a primeira república negra a conquistar a independência e, por conseguinte, o fim da escravidão, embora várias modalidades de trabalhos forçados e de exploração ainda tenham sido instituídas, tanto oficialmente pelo Estado haitiano, quanto informalmente através de práticas informais impostas aos camponeses pelas elites. A dificuldade de consolidação de um sistema político que implementasse um legítimo projeto de nação apresentou seus sintomas iniciais durante o movimento de independência do Haiti (Pongnon & Rosa, 2013). Grosso modo, é correto dizer que o processo de independência foi marcado por três movimentos principais impulsionados por três grupos de interesses distintos (James, 2010; Pongnon & Rosa, 2013). Iniciou-se com o movimento dos colonos franceses – senhores de engenho brancos – que desejavam a autonomia política e a liberdade comercial do Haiti, visando aumentar seus lucros sem a interferência da metrópole. Este foi seguido pelo movimento dos chamados mulatos⁵ e negros libertos, os quais almejavam a igualdade

⁵ A categoria de “mulato” – ou “*mullatre*”, em *créole* – surgiu como termo nativo na época da colonização francesa de São Domingos. Oficialmente existiam 128 divisões para denominar as possibilidades de descendência de brancos, negros e mestiços. O mulato seria, a princípio, o filho de um “negro puro” com um “branco puro” (James, 2010, p.49). Mesmo um descendente com 127 partes brancas e uma parte negra era considerado, pelas leis coloniais, como um homem de cor, sem os mesmos direitos que teria acesso um homem considerado verdadeiramente branco, inclusive sem direito ao nome do pai, se este fosse branco. Mas na prática utilizava-se o termo mulato em um sentido mais amplo, com a finalidade de designar todos os indivíduos mestiços, independente da proporção. A sociedade haitiana, mesmo após sua independência, continuou a atualizar as distinções de cor e raça, não mais entre brancos e negros, mas entre mulatos e negros, cisão que se cruzava com outras: aquelas entre ricos e pobres; governantes e governados; católicos e praticantes de vodu; falantes de francês letrados e falantes de *créole* iletrados. Apenas com a emergência da ditadura de Duvalier, que se utilizava de um discurso

civil e política, com livre acesso à participação nas esferas de decisão da colônia. É importante entender que os mulatos e negros livres eram excluídos de todas as posições de prestígio da sociedade, independente do acúmulo de riquezas conquistado por eles. Na proporção em que o segmento de mulatos e negros livres aumentava em quantidade e em poder econômico, cresciam as restrições legais impostas pelos latifundiários brancos da colônia, que temiam a influência que eles poderiam exercer sobre os escravos, embora aquele segmento também não tivesse interesse no fim da escravidão, apenas no reconhecimento de uma superioridade inerente que acreditavam ter direito pelo “sangue branco” que carregavam e pela identificação com a alta cultura francesa. Já os negros, que constituíam a maioria da população, eram os únicos que desejavam não só a independência colonial, mas o fim da escravidão. Sem o apoio dos escravos rebelados, a independência do Haiti não se concretizaria para nenhum dos outros grupos.

O vodu teve um papel importante na coesão dos grupos rebeldes de escravos. Os colonos suspeitavam que os chamados negros *cimarrones*, escravos que fugiram das plantações e viviam apartados nas montanhas, utilizavam o vodu como ideologia para conspirar contra os senhores de escravos e realizar levantes e por em prática estratégias de luta como a queima das fazendas. Conta-se que Boukman, um sacerdote negro do vodu, liderou o extermínio dos brancos e a tomada da colônia pelos escravos. O sinal para iniciar a revolta dos escravos de Saint Domingue foi dado por Boukman durante uma cerimônia religiosa em Bois Caiman, na noite de 14 de agosto de 1791. Os líderes se reuniram na densa floresta de Morne Rouge, uma montanha acima de Le Cap, proferiram encantamentos vodu e beberam o sangue de um porco imolado. Boukman anunciou a seguinte oração em *créole*:

“O deus que criou o sol que nos dá a luz, que levanta as ondas e governa as tempestades, embora escondido nas nuvens, observa-nos. Ele vê tudo que o branco vê. O deus do branco o inspira ao crime, mas o nosso deus nos pede para realizarmos boas obras. O nosso deus, que é bom para conosco, ordena-nos que nos vingemos das afrontas sofridas por nós. Ele dirigirá nossos braços e nos ajudará. Deitai fora o símbolo do deus dos brancos que tantas vezes nos fez chorar, e escutai a voz da liberdade, que fala para os corações de todos nós” (James, 2010, p.93).

Nas semanas que se seguiram ao que ficou conhecido como cerimônia de Bois Caiman, os escravos assumiram o controle da Província Norte, que se transformou em

persecutório contra a elite mulata, observou-se a ascensão política de uma nova elite negra. Duvalier estrategicamente recorreu às ideias do *noirisme*, que não apenas valorizava as raízes africanas do povo haitiano, mas incentivava a cisão entre negros e mulatos como única opção política verdadeiramente nacionalista, o que o tornou, em um primeiro momento, popular entre as massas negras desfavorecidas (Baptista, 2012, p.44).

ruínas de fazendas em chamas. Enquanto setores cristãos conservadores veem esse evento como um pacto do demônio realizado pelos haitianos para dar início à revolução, o vodu simboliza para muitos haitianos a deflagração da luta pela liberdade no Haiti. Segundo avaliação que Dalmaso (2009) fez a respeito da literatura sobre a história nacional do Haiti, o vodu é frequentemente vinculado à fundação da nação haitiana por meio da cerimônia de Bois Caïman. A proximidade entre o vodu e a política se manteve durante toda a história do país. Em consequência do reconhecido vínculo entre o vodu e a resistência das massas negras, a igreja católica reprimiu por muito tempo as manifestações da população haitiana associadas a essa religião. Hurbon (1987) nos mostra como a igreja católica e o governo haitiano por diversas vezes na história do país tentaram suprimir as práticas do vodu, estigmatizando-as como uma crença primitiva indigna de um povo civilizado, uma herança vergonhosa do passado e ainda um ato fora da lei⁶. O vodu é frequentemente mobilizado para reforçar a distinção entre o povo haitiano, visto como bárbaro, e a civilização ocidental moderna.

Os governos que se sucederiam à independência não se dispuseram a honrar com os interesses coletivos, mantendo o distanciamento entre o Estado e a sociedade, por um lado, e as tensões sociais entre a elite mulata letrada e afrancesada e os camponeses iletrados falantes de *créole*⁷ (Pongnon & Rosa, 2013). Aqueles que durante o *ancien régime* detinham posições de prestígio ou riquezas viam os camponeses, outrora escravos, como pessoas a serem governadas e exploradas. Como os poucos brancos que existiam no Haiti emigraram ou foram mortos durante o período revolucionário, os mulatos, que já usufruíam da posse de bens e de terras no *ancien régime*, acabaram por assumir o controle do Estado e da economia, esta conservada nos moldes do antigo sistema de *plantation*. Segundo a avaliação de Pongnon e Rosa (2013), o Haiti não conseguiu concluir o processo revolucionário anti-colonial e anti-escravista em sua plenitude, mesmo após a independência, uma vez que as elites políticas pós-coloniais se apoderaram da máquina do Estado para garantir privilégios sociais, econômicos e políticos, em detrimento de um sistema mais igualitário de acesso ao poder que viabilizasse a satisfação dos interesses coletivos. Apesar da libertação do controle da

⁶ Em 1860, através de uma concordata assinada entre o Vaticano e o Estado do Haiti, o código penal passou a punir delitos de superstição, o que incluía as práticas do vodu (Hurbon, 1987, p.19). Em 1941 a igreja católica do Haiti decretou uma campanha contra o sincretismo dos valores e das crenças do vodu em meio ao catolicismo (Hurbon, 1987, p18). Entretanto é importante ressaltar que o vodu, desde seu início, se constituiu enquanto encontro de crenças católicas trazidas pelos colonizadores e as religiões africanas trazidas pelos escravos (Baptista, 2012).

⁷ Nome dado à língua que se constituiu no Haiti como uma mistura entre a língua dos colonizadores, o francês, e as diversas línguas africanas dos negros escravizados.

metrópole francesa, as elites que assumiram o poder do Estado mantiveram diversos vícios estruturais do Estado colonial, como o sistema de *plantation*, que reproduziu a racialização das relações de trabalho em novos moldes (Pongnon & Rosa, 2013). Embora não mais denominado “escravo”, o camponês manteve sua situação de marginalização através de sistemas de exploração do seu trabalho, sem possibilidade de um amplo acesso à terra.

O reconhecimento internacional da independência do Haiti tardou duas décadas para acontecer depois de autoproclamada. O Haiti ainda sofreria por muitos anos de bloqueio comercial dos EUA e da Europa, assim como dos nascentes estados latino-americanos. O Haiti representava uma ameaça para as potências europeias não apenas por ser um exemplo de subversão da autoridade das metrópoles europeias sob suas colônias, mas por simbolizar uma ameaça ainda maior: a inédita revolução das relações raciais assimétricas que, até então, eram alicerce do sistema econômico mercantilista em expansão global. A República negra assombrava o Ocidente, como foco de uma mazela potencialmente contagiosa, capaz de corromper a estabilidade do sistema socioeconômico escravista ou, em outras palavras, o *status quo* da elite branca colonial. Os negros escravizados nas Américas eram muito mais numerosos que a elite agrária e as classes de homens livres, o que amedrontava estas últimas, que receavam não só pela perda de suas riquezas, mas pelas suas vidas em caso de uma revolução escrava. Nesse sentido, o Haiti contrariava não apenas a ordem das metrópoles europeias, mas também a dos regimes revolucionários e independentistas das Américas, já que estes não pretendiam transformar a estrutura latifundiária de produção com base em mão de obra escrava, mas apenas se libertar das restrições econômicas e políticas impostas pelas metrópoles europeias.

Além disso, estabelecer um tratado de aliança ou de comércio com o Haiti era visto como uma atitude nociva ao processo de consolidação internacional dos Estados independentistas, que almejavam reconhecimento diplomático das grandes potências mundiais. Tal quadro é confirmado pelas investigações de Gutiérrez Ardila (2011) quanto às relações cautelosas de distanciamento entre a nascente República da Grande Colômbia⁸ e o Haiti. Embora a República do Haiti⁹, na figura de seu presidente

⁸ República da Grande Colômbia ou Grã-Colômbia (1819-1831) foi o nome dado ao Estado estabelecido pelo chamado Congresso de Angostura, que uniu governantes liderados por Simón Bolívar. Era constituído pelos antigos territórios do Vice-reino de Nova Granada, Capitania Geral da Venezuela, Real Audiência de Quito e terras conquistadas por anexação ou guerra.

Alexandre Pétion, tenha auxiliado Simón Bolívar em sua luta revolucionária de libertação da América Latina do controle político dos espanhóis com o fornecimento de refúgio, recursos financeiros, artigos militares, armamento e soldados, a aliança não foi consolidada anos mais tarde, após a fundação, em 1819, da República da Grande Colômbia. Bolívar se comprometeu a proclamar a libertação dos escravos em todos os territórios da América Latina em troca do apoio do Haiti, o que não aconteceu: além de não cumprir o acordo, Bolívar não convidou o Haiti para a Conferência do Panamá (Ardila, 2011). A desistência de oficializar relações diplomáticas com o Haiti ocorreu em razão do receio de comprometer a relação da república com as várias nações, especialmente a França, e de disseminar as revoltas de escravos na América Latina, uma vez que suas nações independentes ou colônias continuariam dependentes do trabalho escravo para sustentar a economia de *plantation* (Ardila, 2011; Rosa & Pongnon, 2013).

Como única alternativa para cessar o isolamento ao qual o Haiti foi submetido por sua antiga metrópole, pelas potências europeias, pelos EUA e mesmo pelos emergentes estados das Américas, as autoridades de Porto Príncipe se viram na necessidade de entrar em negociação com a França. Em troca do reconhecimento da independência, que já havia sido conquistada nos campos de batalha, o Haiti se comprometeu a pagar uma indenização astronômica de 150 milhões de francos, que exauriu a economia do país, já debilitada pelos anos de guerra. O Estado haitiano recorreu a empréstimos a fim de saldar a dívida, que estava além de suas receitas, tanto que apenas encontrou seu fechamento em 1893 (Rosa & Pongnon, 2013). Como contrapartida, a França nem mesmo estabeleceu um tratado de comércio, mas apenas uma convenção de comércio em 1825 (Ardila, 2011). A Inglaterra reconheceria a independência um ano depois e os EUA apenas na segunda metade do século XIX. A política dos EUA frente ao Haiti é claramente explicada pelo discurso de um senador americano do Missouri, Thomas Hart Benton, que ocupou o cargo legislativo entre 1821 e 1851:

“Our policy towards Haiti has been fixed for three and thirty years. We trade with her, but no diplomatic relations have been established between us. We receive no mulatto consuls or black ambassadors from her. And why? Because the peace of eleven states will not permit black ambassadors and consuls to give their fellow blacks in the United States proof in hand of the honors that await them for a like successfull effort on their part. It will not permit the fact to be seen and told, that for the murder of their masters

⁹ Com o assassinato do imperador Dessalines, em 1806, o território do atual Haiti foi dividido em dois domínios: ao norte fundou-se o Estado do Haiti, posteriormente Reino, comandado por Henri Christophe; e na região sul instituiu-se uma República governada por Alexandre Pétion. O Haiti foi reunificado depois do suicídio de Henri Christophe, em 1820, pelo sucessor de Pétion, Jean Pierre Boyer.

and mistresses, they are to find friends among the white people of the United States.” (Souffrant, 1974, p.136).

As potências mundiais se limitaram a estabelecer relações comerciais lucrativas, sem manter relações diplomáticas significativas com o Haiti, uma vez que temiam que a repercussão desse ato acabasse por transmitir a ideia de que a revolução racial era uma possibilidade aberta aos negros de suas colônias e Estados.

Para Michel-Rolph Trouillot, um renomado antropólogo haitiano, a rejeição diplomática contumaz ao Haiti no século XIX era sintoma de algo maior: a incapacidade do pensamento ocidental moderno de compreender a resistência escrava e a Revolução Haitiana em seus próprios termos. Segundo o autor:

“When reality does not coincide with deeply held beliefs, human beings tend to phrase interpretations that force reality within the scope of these beliefs. They devise formulas to repress the unthinkable and to bring it back within the realm of accepted discourse” (1995, p.72).

Nesse sentido, a “impensabilidade”¹⁰ da resistência escrava e da Revolução Haitiana dentro das categorias ocidentais modernas teria origem não no nível da ideologia, uma vez que escravistas e antiescravistas compartilhariam dos mesmos pressupostos, mas nas dimensões epistemológica e ontológica que estruturam o pensamento. O autor chega a tal conclusão a partir da análise da repercussão da Revolução Haitiana na época de seu acontecimento e depois pelas narrativas da historiografia moderna. Para Trouillot, a resistência escrava e a Revolução Haitiana foram transformadas em não-eventos através de dois mecanismos: o apagamento e a banalização do evento. Nas palavras do autor:

“The unthinkable is that which one cannot conceive within the range of possible alternatives, that which perverts all answers because it defies the terms under which the questions were phrased. In that sense, the Haitian Revolution was unthinkable in its time: it challenged the very framework within which proponents and opponents had examined race, colonialism, and slavery in the Americas” (1995, p.82-83).

No cerne dessa estrutura de discurso estaria a noção restritiva de “humanidade”, esta atrelada à imagem do europeu do sexo masculino. A partir dela seria construída uma ordem hierárquica de humanidade equivalente a escalas de civilização. No extremo superior estaria o europeu e no outro extremo os negros escravizados, assim como outros não ocidentais marginalizados. Devido a persistência silenciosa dessa estrutura de pensamento, tanto os contemporâneos à Revolução Haitiana, quanto os historiadores modernos seriam incompetentes na compreensão daquela como possibilidade e mesmo

¹⁰ Trouillot utiliza o termo “unthinkable”.

como realidade. Quando não se silenciava a respeito do evento em questão, a historiografia o menosprezava ao recorrer a estratégias de despolitização do mesmo: concebê-lo como exceção ou como efeito de ações individuais isoladas ou causas externas. É por isso que Trouillot denominava a Revolução Haitiana, vista pela óptica ocidental, como um verdadeiro “não-evento”, já que ela era representada de modo que apagava a sua singularidade e a sua significância histórica, estas incompreensíveis e, ao mesmo passo, ameaçadoras aos pressupostos ocidentais. Em outras palavras, como não-evento o retrato da Revolução Haitiana ignorava o poder transformador da agência escrava e seus efeitos na história colonial e metropolitana. Que escravos negros não apenas desejassem a liberdade, mas fossem capazes de se organizar para lutar por ela e ainda constituir um Estado independente era algo que se encontrava além do campo de possibilidades imaginadas, mesmo depois de ocorrida a Revolução.

Dale Tomich (2009) critica a interpretação de Trouillot especialmente pela forma em que este constrói a ontologia do ocidente em seus argumentos: um conjunto de categorias fixas, isoladas, imutáveis e internamente homogêneas. Essa abordagem excluiria os processos de aprendizagem e de transformação das estruturas cognitivas pela experiência histórica. Outro erro seria a oposição radical de duas ontologias que não apresentariam nenhum campo de inter-relação ou diálogo: de um lado, a do pensamento ocidental moderno aliada a suas práticas coloniais e, de outro, a dos escravos, únicos capazes de conceitualizarem a liberdade. Se o caráter ahistórico, apriorístico e abstrato das categorias de “impensabilidade” e “agência escrava” configura uma falha na argumentação de Trouillot, ainda assim sua abordagem é muito instrutiva por desvelar os mecanismos ontológicos e epistemológicos de “domesticação” da Revolução Haitiana e de contenção de seus efeitos sociais potencialmente desestabilizadores das relações sociais desiguais. O fato de a própria historiografia francesa ter retratado a Revolução Haitiana como um evento insignificante para a compreensão do contexto político e econômico francês do século XVIII não foi por acaso.

Seguindo os mesmos passos de Trouillot, Joan Dayan (2004) resgata resíduos de histórias silenciadas pela narrativa Ocidental. Tanto escravagistas conservadores quanto abolicionistas compartilhavam uma preocupação: que destino seria dado aos escravos em caso de revolta ou de emancipação? Tal questionamento se inscrevia na missão civilizadora dos Estados Unidos de conservar incólume o caráter da nação, ou seja, livre do contato e da mistura do sangue negro, considerada moralmente degradante. A

independência do Haiti abriu novas possibilidades aos planos de evacuação dos negros norte-americanos, pois este seria o lugar adequado à população de cor, que independente de ter nascido em território americano, continuava a ser o outro interno dos EUA.

Entre os anos 1820 e 1860, o Haiti se tornou o destino de emigrantes norte-americanos de descendência africana. Tais projetos emigratórios se deram a partir de incentivo do governo norte-americano à emigração de sua população negra e de financiamento do governo do Haiti. O presidente haitiano Jean Pierre Boyer estabeleceu que o país se comprometeria a pagar o valor das passagens, custear o sustento dos imigrantes nos meses iniciais, conceder terras a partir do pagamento de taxas simples e oferecer a cidadania, em termos de direitos civis e políticos, após um ano de residência. Em troca os imigrantes deveriam se dedicar ao cultivo dos campos e não a quaisquer outras atividades econômicas. As condições de vida oferecidas pelo governo haitiano eram superiores àquelas acessíveis à própria população da ilha, que além de não ter acesso facilitado à terra, era submetida a regimes de trabalho compulsórios. Segundo estimativas apresentadas por Dayan (2004), dos treze mil norte-americanos emigrados entre os anos de 1824 e 1827, durante o regime de Jean Pierre Boyer, nenhum permaneceu nas terras originalmente destinadas ao cultivo. Poucos se fixaram no Haiti, os demais ou morreram em decorrência de doenças e más condições de vida, ou voltaram aos EUA. Até o fim da década de 60 do século XIX, ocorreram outros fluxos emigratórios dos EUA ao Haiti apoiados pelos governos seguintes, mas todos falharam ao fim, como atestaram as altas taxas de deserção. Enquanto os EUA ansiavam por se livrar de sua população negra, o governo haitiano esperava receber mais braços para o trabalho no campo, já que os conflitos internos e as guerras contínuas consumiram muitas vidas e força de trabalho (Souffrant, 1974). Também havia a ideia de que os imigrantes negros norte-americanos contribuiriam com uma melhora na qualidade técnica da agricultura. Em 1861, mais doze mil negros norte-americanos emigraram para o Haiti, mas o resultado foi o mesmo: refluxo para o país natal (Souffrant, 1974). É possível afirmar, a partir de tais experiências históricas, a falsidade do pressuposto de que o compartilhamento da condição de negritude em contextos de desigualdades raciais é elemento suficiente para gerar uma identificação superior a outras disjunções como as diferenças culturais e as desigualdades de condições de vida. O fato de receberem, em solo haitiano, um status de cidadania que não era acessível aos negros

nos EUA não foi incentivo suficiente para a permanência dos afro-americanos, que não se adaptaram ao ambiente, às condições de vida e à cultura do país.

1.3 – A ocupação norte-americana do Haiti

Após conquistar a independência, o Haiti continuou a sofrer de instabilidade política e de fortes conflitos socioculturais e econômicos internos: mudanças de modelos de regime (império, reino, república), de representantes do governo, além de golpes de Estado e conflitos civis. Essa situação, em grande parte, ocorreu em consequência da ingerência das grandes potências – França, Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha – que ora apoiavam com fornecimento de armas o governo haitiano, ora os aspirantes ao poder, quando convinha a seus interesses imperiais (Pierre-Charles, 1975).

Somado aos elementos já citados de desestabilização da sociedade haitiana, o país também foi alvo da ocupação militar norte-americana de 1915 a 1934. Desde o final do século XIX, os EUA já apresentavam interesse no Haiti, como um espaço de importância estratégica na geopolítica da região (Dayan, 2004). O interesse em intervir militarmente no país não foi apresentado publicamente nesses termos, mas como um dever de cumprir a missão civilizadora dos EUA nas Américas. Esse projeto civilizatório era justificado pela imagem de selvageria e de incapacidade de autogoverno que eram associadas ao Haiti pela mídia impressa norte-americana. De acordo com a investigação de Dayan:

“So while the New York Times throughout 1889 reported daily on Haiti's "relapse toward savagery," a "black mob pretending to be a Government," "savagery, marked by massacre and cannibalism," "a reign of terror," there had been plans at least since 1888 for the ceding of Mole St. Nicolas to the United States, as well as the project to obtain concessions from Haiti.” (2004, p. 169).

O controle militar da região coroaria a já exitosa expansão naval norte-americana e representaria uma vitória na disputa com as potências europeias pelo domínio do Caribe, já que o Haiti contava com portos estratégicos de entrada para o Golfo (Dayan, 2004). É importante observar que no final do século XIX e início do século XX, a região caribenha já estava sob a hegemonia dos EUA, que se apresentava tanto através do poder econômico exercido pelas grandes corporações norte-americanas, as quais atuavam principalmente na indústria açucareira, quanto pelo poder político, cuja expressão máxima eram as ocupações de cunho militar. Além do Haiti, outros territórios caribenhos sofreram a ocupação norte-americana, a saber, a vizinha

República Dominicana¹¹, Cuba¹² e Porto Rico¹³. A hegemonia dos EUA sobre a região do Caribe foi um fator decisivo para a intensificação dos fluxos migratórios internos ao arquipélago. Segundo Alejandro Portes e Ramón Grosfoguel (1994), as populações das ilhas caribenhas foram convertidas em um grande reservatório de mão-de-obra pelas corporações norte americanas que realizavam recrutamentos na região. A atuação dessas empresas explica o aumento na circulação de pessoas entre as ilhas do Caribe, assim como em direção a outras áreas periféricas, geralmente para trabalhar na indústria do açúcar. Após a ocupação americana, os EUA se tornaram o maior mercado consumidor dos produtos cultivados no Haiti: café, açúcar, agave e banana.

O imaginário dos EUA quanto ao Haiti, como vimos, era de um lugar de selvageria e atraso: um país composto por uma extensa população de pequenos agricultores rurais com técnicas de cultivo consideradas arcaicas. Tendo em vista os interesses econômicos dos EUA, a saber, que o Haiti se mantivesse extremamente dependente do capital estrangeiro, o alto número de pequenos agricultores com economia de subsistência e módico excedente para comércio local era uma realidade a ser combatida e transformada. Além disso, o quadro de pulverização da propriedade de terra era um obstáculo para a difusão de técnicas científicas de cultivo, mais efetivas se ocorresse por meio de grandes proprietários de terra ou grandes companhias agrícolas (Souffrant, 1974). O Haiti já apresentava uma elite agroexportadora que replicava parcialmente o modelo colonial-escravista: grandes propriedades senhoriais de terra cultivadas por arrendatários e por peões domésticos não remunerados (Pierre-Charles, 1975). Uma espécie de colonialismo interno se desenvolvia a partir da dominação de uma pequena elite agroexportadora que, entretanto, não gozava do acesso a tecnologias agrícolas de maior produtividade e do vínculo mais intenso com o mercado capitalista global. Embora detivesse o controle do aparato do Estado, a oligarquia agrária e mercantilista ainda coexistia e rivalizava com outro sistema produtivo de caráter mais popular, originado a partir da ocupação de terras do Estado por famílias que se dedicavam à economia de subsistência (Pierre-Charles, 1975). Essas famílias extensas se organizavam ao redor da casa do patriarca, que ocupava o papel de chefe de família,

¹¹ A República Dominicana foi ocupada pelos EUA entre 1916 e 1924.

¹² Cuba foi ocupada por forças norte-americanas logo após o fim da Guerra Hispano-Americana, em 1892, por uma década. Entre 1906 e 1909 os EUA também interviram militarmente na ilha.

¹³ Porto Rico foi cedido pela Espanha em 1898, tornando-se colônia americana. Em 1998, Porto Rico se tornou Estado Livre Associado aos EUA através da realização de referendo junto aos habitantes da ilha. Em 2012, através de outro referendo, Porto Rico optou por fazer parte do território dos EUA como 51º estado da União.

frequentemente poligâmicas. Na visão norte-americana, esse sistema era um entrave ao avanço da tecnologia – e também da civilização – no país caribenho.

A fim de facilitar a transformação na estrutura agrária do país em direção à concentração de terras, os EUA iniciaram uma política de incentivo a emigração dos camponeses haitianos, pois assim ocorreria o desejado abandono dos campos (Charles, 2006; Souffrant, 1974). O Haiti tornou-se um país exportador de força de trabalho, o que viria a marcar sua forma de inserção subalterna na economia capitalista mundial. República Dominicana e Cuba foram os principais destinos dos emigrantes haitianos, que trabalhariam como cortadores de cana nesses países. Em 1930, já havia por volta de cem mil haitianos em Cuba e mais de 30 mil na República Dominicana (Portes e Grosfoguel, 1994). Com a queda do preço do açúcar no mercado externo, em 1928, as ilhas caribenhas entraram em crise econômica, com altas taxas de desemprego. A crise afetou intensamente o destino dos imigrantes haitianos em Cuba e na República Dominicana. Eles sofreram políticas de expulsão nas duas ilhas e também foram alvo de um massacre orquestrado pelo ditador Trujillo nas cidades fronteiriças da República Dominicana com o Haiti.

Em 1934, o Haiti observou o fim da ocupação militar norte-americana, mas esta condição não pôs termo à interferência dos EUA na definição dos rumos econômicos e políticos do país. Os governos pós-coloniais que se sucederam no Haiti continuaram atuando como agentes exploradores da força de trabalho da população e das riquezas naturais do país, com recurso indiscriminado à violência. De herança da ocupação americana, restou ao Haiti uma classe agroexportadora ainda mais dependente do capital estrangeiro, em consequência da intensa penetração do capital na forma de empréstimos e investimentos de empresas multinacionais (Pierre-Charles, 1975). Se o Estado já não era uma instituição representativa dos interesses das massas, após a ocupação norte-americana, além de ser instrumento costumeiro de uma elite dirigente, ele se converteu em agente direto da dominação externa (Pierre-Charles, 1975). Em consequência deste quadro, intensificou-se a grande disparidade de renda e a tendência à deterioração do padrão de vida das massas, com exceção das elites (Basch & Schiller, 1994).

1.4 – As ditaduras de Papa Doc e Baby Doc

Em 1957, a partir de eleições democráticas, François Duvalier assumiu o cargo de Presidente do Haiti, com o apoio dos EUA, cujo interesse político era impedir o

avanço do comunismo. O forte apelo popular que o levou Duvalier ao poder era devido, em grande parte, ao seu discurso de afirmação da negritude da nação haitiana, com promessas de valorização das tradições populares negras. Já a sua permanência no cargo até a data de sua morte, quatorze anos depois, não se deu por vias democráticas ou apoio da população, mas pelo exercício sistemático da violência e da repressão política como instrumentos de perpetuação do poder. Durante o regime autocrático de Duvalier, a tradicional elite mulata teve – pela primeira vez – sua hegemonia política rivalizada, já que o Estado – na tentativa de consolidar seu poder – recorreu ao apoio da emergente classe média urbana negra, que gradualmente desbancou elite no domínio político, assumindo os altos cargos governamentais e militares, além do funcionalismo público de modo mais amplo (Wingfield & Parenton, 1965). A classe média urbana era, portanto, composta de assalariados direta ou indiretamente dependentes do governo tanto para a sua segurança ocupacional, quanto para a realização de suas estratégias de mobilidade social (Wingfield & Parenton, 1965). Para Pierre-Charles (1975), esse estreitamento das bases sociais de poder do Estado foi um fator decisivo na intensificação do uso do terror ativo e potencial como meio de garantir a hegemonia política. Em suas palavras:

“Por las contradicciones sociales y el choque de intereses de grupos, la eficacia funcional del poder intimidatorio del Estado había resultado seriamente minada. Había que recurrir al ejercicio de la violencia con su componente-terror. Esos ajustes, por la misma dinámica de la violencia, la acción de las contradicciones de clases, y la creciente concientización popular, iban a dar lugar a un grado de sobre-determinación del factor-terror, que empezó a destacarse como totalizador, definitorio y consustancial del sistema socio-político haitiano a partir de 1958” (1975, p.977).

Segundo Wingfield e Parenton (1965), a sociedade haitiana, na década de 60, era composta por quatro classes sociais: 1) a elite mulata e urbana – também denominada de burguesia pela literatura acadêmica – que tradicionalmente exerceu o monopólio do Estado e do poder econômico, não ultrapassava 2% da população; 2) a classe média negra, composta em sua maior parte por assalariados, representava aproximadamente 4% da população; 3) o proletariado urbano, composto por trabalhadores temporários, informais e desempregados, correspondia a 6% da população; 4) os camponeses, aproximadamente 88% da população, constituíam a classe mais desfavorecida de todas, embora a economia haitiana dependesse quase inteiramente de sua força de trabalho.

Os membros das classes altas que atuavam como opositores políticos de Duvalier não tardaram a serem perseguidos e silenciados pelo aparelho repressor do Estado. Como instrumento de controle e de disseminação do terror, Duvalier criou, em

1959, uma milícia para-policial denominada “Milícia de Voluntários da Segurança Nacional” e conhecida popularmente como os “*tontons macoutes*¹⁴”, cujos membros foram cooptados sobretudo do proletariado urbano e das camadas baixas da sociedade (Wingfield & Parenton, 1965). O período da ditadura, que compreendeu o governo de François Duvalier (1967-1971), também conhecido como Papa Doc, e o de seu filho, Jean-Claude Duvalier (1971-1986), o Baby Doc, foi um marco na intensificação dos fluxos emigratórios de haitianos.

A primeira onda emigratória foi composta por membros da elite urbana que, devido à perseguição política, resolveram deixar o país. Esses indivíduos eram majoritariamente mulatos com alto grau de instrução, que se diferenciavam das massas negras iletradas através do domínio da língua francesa. Eram estudantes, intelectuais, profissionais liberais ou exerciam cargos gerenciais e administrativos no Haiti (Wingfield & Parenton, 1965). Os principais países de destino eram Canadá, Estados Unidos e França. Os próximos a fugir do país foram membros da classe média urbana, composta também por estudantes, além dos assalariados urbanos, que se sentiram constrangidos a emigrar em consequência do ambiente de insegurança e desestabilização econômica e social do Haiti (Glick-Schiller & Fouron, 1990). Como característica diferencial esse segmento carregava – além do sentimento de orgulho nacional – a valorização discursiva da negritude e de suas raízes africanas. Havia também um ressentimento em relação à elite mulata, em consequência da alegada discriminação de cor, já que essa classe tradicionalmente monopolizava as posições de prestígio da sociedade e dificultava o acesso da classe média negra ascendente. Duvalier soube explorar esse ressentimento da classe média negra contra os mulatos, entretanto logo se viu que ninguém estava livre da insegurança e da instabilidade econômica que assolava o país (Wingfield & Parenton, 1965). Gradualmente somaram-se a esses fluxos emigratórios os segmentos mais baixos da classe média – comerciantes, artesãos, professores e servidores públicos – e do proletariado urbano (Glick-Schiller & Fouron, 1990). Na década de 70, os fluxos emigratórios aumentaram substancialmente com a inclusão de segmentos mais pobres da sociedade haitiana. Os que não conseguiam imigrar legalmente a outros países e nem obter documentos falsos, se viram na necessidade de se arriscar em rotas diversas de imigração ilegal. A partir dessa época, tornou-se popular, por exemplo, a imigração não autorizada com destino ao sul da

¹⁴ *Tonton Macoute* significa literalmente "tio do saco", em crioulo haitiano, como referência às figuras do "homem do saco" ou "bicho papão", que aterrorizam o imaginário infantil.

Flórida pelo mar (Mitchell, 1994). Fazia-se uso de pequenas embarcações superlotadas e sem nenhuma segurança, que frequentemente naufragavam na costa dos EUA. Aos migrantes que faziam uso dessa rota foi dado o nome de “*boat people*”.

Com a morte de Papa Doc, em 1971, assumiu seu filho, Baby Doc, como presidente vitalício do Haiti. O regime de terror continuou sem grandes mudanças, entretanto as violações aos direitos humanos, dessa vez, encontraram mais repercussão na comunidade internacional, o que auxiliou no enfraquecimento do governo (Télémaque, 2012). Não podemos ignorar a participação dos emigrados na articulação da resistência ao regime, através das denúncias de desrespeito à dignidade e direitos humanos. O fim da ditadura ocorreu em 1986 em consequência da ação de movimentos populares oriundos de diferentes setores da sociedade haitiana que culminou em um levante e na saída de Jean-Claude Duvalier do país (Télémaque, 2012).

1.5 – As intervenções da Organização das Nações Unidas no Haiti

A situação do país após o fim da ditadura era alarmante: a crise econômica mergulhava a população haitiana em miséria e os movimentos políticos não conseguiam superar as tensões sociais que dividiam a população do país com a finalidade de articular um governo minimamente estável (Télémaque, 2012). O fim da longa ditadura não eliminou o autoritarismo no país. Os antigos *tontons macoutes*, a oligarquia ruralista, as elites urbanas e membros das forças armadas ainda tinham interesse em manter as desigualdades socioeconômicas que assolavam o povo, o que explica a turbulência política pela qual o país ainda atravessaria (Escoto, 2009). O Haiti presenciou sucessivos golpes de estado até encontrar um momento de aparente calma em 1990, quando se realizou eleições democráticas que deram vitória a Jean-Bertrand Aristide com 67% dos votos. O presidente eleito era um ex-padre católico de esquerda e adepto da teologia da libertação. Seu governo durou poucos meses, sendo interrompido por um golpe de estado articulado por militares, com o apoio de setores importantes da elite do país, os quais temiam uma reestruturação econômica que beneficiasse as camadas mais empobrecidas e obstruísse os privilégios das classes dominantes.

Essa situação de crescente instabilidade política e de pobreza generalizada impulsionou crescentes fluxos emigratórios de haitianos, os quais alarmaram os países desenvolvidos, que se recusavam a recebê-los. Os três anos de governo militar que se seguiram à deposição de Aristide foram extremamente violentos, com a volta da atuação

de esquadrões que eliminavam os simpatizantes de Aristide. A Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização das Nações Unidas (ONU) impuseram um embargo à venda de petróleo e derivados, armamentos e outros equipamentos militares ao Haiti, assim como impediram a entrada nos portos haitianos de navios que transportassem esses itens (Escoto, 2009). O objetivo era pressionar o governo militar haitiano para obter um acordo que garantisse a restauração da ordem constitucional no país, mas não houve sucesso. Em 1994, o Conselho de Segurança da ONU decretou bloqueio naval ao país, o que apenas agravou ainda mais a situação de miséria da população, sem resolver o impasse político.

Diante da falha dos mecanismos multilaterais de pressão econômica, o Conselho de Segurança das Nações Unidas autorizou – apoiado pelo capítulo VII da Carta da ONU – o envio de uma força multinacional liderada pelos EUA para, através de intervenção militar, restaurar o governo do presidente deposto pelos militares, Aristide, e restabelecer a segurança e a paz (Escoto, 2009). Esse episódio representou um marco na história de atuação da ONU, que pela primeira vez sancionou o uso da força para intervir nos rumos políticos de um país, restaurando um governo deposto por golpe militar. O Haiti foi, portanto, o primeiro Estado a ter sua soberania desafiada por uma organização multilateral como a ONU. Dessa forma, Aristide pôde, em 1994, retomar o mandato que havia sido interrompido em 1991, concluindo-o em 1995. Nesse mesmo ano a Força Multinacional da ONU foi substituída pela Missão das Nações Unidas no Haiti, cujo objetivo era manter a segurança e auxiliar o Haiti na criação de novas forças policiais. Nesse ano também ocorreram novas eleições. René Préval, o candidato da coalizão multipartidária pró-Aristide liderada pela *Organisation Politique Lavalas* (OPL), venceu as eleições para a presidência (Escoto, 2009). Aristide não se candidatou porque estava impedido pela Constituição de se reeleger. Em 1996, Aristide saiu da OPL e criou o *Partido Família Lavalas* para fazer oposição ao governo e preparar uma futura candidatura.

O clima de instabilidade continuou no Haiti, agravado pela atuação de gangues e grupos paramilitares que atacavam opositores políticos. Devido a esse quadro de violência generalizada e a incapacidade do Estado de apaziguá-lo, as eleições locais e parlamentares ocorrem com dois anos de atraso, em 2000, sob a supervisão de observadores eleitorais da OEA (Escoto, 2009). Diversas irregularidades foram constatadas pelos observadores internacionais e denunciadas pelos partidos de oposição. Havia adulterações nos votos que favoreciam os partidários de Aristide. O *Partido*

Família Lavalas tinha apoio popular, mas arriscou sua legitimidade ao recorrer a meios fraudulentos de garantir a vitória esmagadora. Sem fé no sistema político e como forma de protesto, os partidos da oposição boicotaram as eleições para presidência, que – sem surpresa – elegeu Aristide. Os EUA, a União Européia, o Banco Mundial e outras organizações internacionais resolveram suspender a assistência financeira ao Haiti, em repúdio aos atos do partido de Aristide, Lavalas. (Escoto, 2009). Uma atmosfera de retaliações violentas entre os partidos pró-governo e os da oposição impossibilitou qualquer acordo para planejar o desenvolvimento de processos políticos democráticos e a realização das eleições seguintes. Uma guerra foi instaurada no país, na qual diversas facções políticas armadas se enfrentavam violentamente, resultando em mortes e caos entre os civis. Em 2004, a situação chegou ao seu ápice: era iminente um confronto sangrento entre os apoiantes de Aristides, que também incluíam grupos paramilitares, e os grupos insurgentes com apoio de ex-militares haitianos e antigos *tontons macoutes* (Escoto, 2009). Na iminência do conflito, Aristide foi retirado do país por militares norte-americanos em uma situação controversa. De um lado, Aristide alega que foi sequestrado por tropas estadunidenses para privá-lo do poder, de outro, o governo dos EUA afirma que Aristide renunciou e deixou o país voluntariamente em direção à República Centro Africana com a finalidade de preservar sua segurança (Escoto, 2009).

O presidente da Suprema Corte tomou posse como presidente interino e requisitou o auxílio da comunidade internacional na estabilização do Haiti. Em resposta, o Conselho de Segurança da ONU autorizou o envio de uma Força Multinacional Interina com a missão de estabelecer e manter a ordem, a lei, a segurança pública e os direitos humanos. Ainda no mesmo ano, em 2004, esta foi substituída pela Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), que perdura até os dias atuais, a partir da Resolução 1542 do Conselho de Segurança da ONU.

No mesmo ano de criação da MINUSTAH, o Brasil enviou tropas das Forças Armadas ao Haiti com a finalidade de compor o contingente militar multinacional da referida missão. O Ministério das Relações Exteriores alegou, além do cumprimento de um dever do Brasil enquanto membro das Nações Unidas, a responsabilidade em participar na resolução de um problema que seria latino-americano, mas – segundo ele – com respeito à soberania do Haiti (Kenkel & Moraes, 2012). A missão era complexa, pois não se tratava apenas de manutenção da paz, mas de imposição da paz, já que o cenário era de violência generalizada e não existia um prévio cessar-fogo: as gangues não concordaram em se desarmar antes do início da missão. A MINUSTAH deveria, de

acordo com o mandato, criar um ambiente de segurança, estabilidade e respeito aos direitos humanos, além de auxiliar no processo político do Haiti, fortalecendo as instituições democráticas.

Em 31 de maio de 2004, o Brasil assumiu o papel de comando das forças de paz da ONU, compostas por tropas de 19 países, que se mantém até hoje. De 2004 até 2010, o Brasil ofereceu um contingente de 1.200 militares, com rotação semestral. Esse contingente se tornou maior após o terremoto, que atingiu o país em janeiro de 2010, aproximadamente 2.200 soldados e oficiais. Em outubro de 2013, o Conselho de Segurança da ONU renovou o mandato da missão internacional por mais um ano, com a observação de que o treinamento da polícia haitiana ainda não era suficiente para prepará-la adequadamente, existindo desafios a vencer. O envolvimento do Brasil na estabilização do Haiti é parte de um projeto maior da diplomacia do país em consolidar sua imagem como liderança regional. O comando das tropas multinacionais da MINUSTAH por generais brasileiros pode ser visto como um meio de medir a capacidade do país em lidar com responsabilidades internacionais. A avaliação da atuação brasileira na missão, se tida como positiva, seria um ponto a mais no pleito do Brasil por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

1.6 – O Haiti na contemporaneidade

Eleições gerais foram realizadas no final de 2010 e começo de 2011 e resultaram na nomeação de Michel Martelly, músico haitiano, como o novo presidente do país. Atualmente o Primeiro-ministro é Laurent Lamothe. As eleições foram consideradas válidas pelos observadores da OEA e pelo Conselho Eleitoral Haitiano, apesar da identificação de irregularidades pelos mesmos. No último mês de novembro, ocorreram manifestações populares em Porto Príncipe que exigiam a renúncia do presidente Martelly, mas não se instaurou um clima de confrontos violentos e intensa instabilidade política.

A instabilidade política não pode ser compreendida como fenômeno isolado, interpretado apenas com referência ao domínio do que convencionamos chamar de político. Suas causas são multifacetadas, se estendem não só pela configuração total de relações socioculturais, econômicas, raciais, religiosas, demográficas – e naturalmente as políticas – da sociedade haitiana, mas também pelo modo como estas se relacionam

com outras de escala global, com destaque para os movimentos de expansão do capital, que sempre atravessaram a história do país.

As enormes tensões sociais e raciais no Haiti contemporâneo não devem ser ignoradas quando se intenciona compreender o clima de constante instabilidade política no país. Embora os mecanismos e diretrizes internacionais de gestão da mobilidade – a partir dos quais se define imigração, refúgio e deslocamento interno – diferenciem causas econômicas e causas políticas como esferas autônomas¹⁵, já que supostamente distinguíveis uma da outra, nós adotaremos uma perspectiva distinta, que valoriza a interdependência e a multidimensionalidade dos fenômenos sociais. A persistência e a profundidade das desigualdades sociais e raciais no Haiti estão intimamente relacionadas aos processos históricos de constituição do Estado e das elites dominantes e, nesse sentido, apresentam uma dimensão política significativa. Os efeitos dessas desigualdades também atingem diretamente a esfera política, uma vez que acirra a fragmentação dos grupos de interesses e revela a dificuldade de estabelecer uma cooperação mínima que respeite as diretrizes das instituições democráticas.

As elites que assumiram o controle do Estado após a independência optaram por um modelo de desenvolvimento orientado para a exportação de *commodities* sem transformar as relações assimétricas de exploração da mão-de-obra camponesa, ou seja, reproduziram o mesmo modelo de sociedade do colonialismo, com seus vícios apenas atualizados. Rosa (2006) identifica o colonialismo e o racismo a ele associado como os dois núcleos de atualização das desigualdades na sociedade haitiana pós-colonial. A atualização, naturalmente, implica algumas transformações dos mecanismos de manutenção das desigualdades e hierarquias sociais e raciais. Nas palavras da autora:

“[o Haiti é] um país racialmente homogêneo, com aproximadamente 95% da população composta por negros e mulatos, que a despeito disso, produz mecanismos de desigualdade baseados em critérios que extrapolam a oposição branco/negro, mas reproduz assim mesmo dicotomias entre negros e mulatos, letrados e não letrados, porto princenses e camponeses, falantes de *kreyòl* e falantes do francês, homens e mulheres, etc.” (2006, p.1).

As desigualdades ganham novos matizes mais complexos que a dicotomia branco/negro, mas ainda permanece no registro das relações raciais. A hierarquia construída socialmente não supõe apenas a cor, mas o domínio do francês, que é a língua ensinada nas escolas, e a apresentação de uma série de marcadores – estéticos,

¹⁵ De acordo com as diretrizes internacionais que norteiam as definições de imigração, refúgio e deslocamento interno, o primeiro seria puramente motivado por razões puramente econômicas, já o segundo e o terceiro teriam causas políticas como determinantes. Trataremos dessas questões mais adiante.

religiosos, culturais, entre outros – que indiquem o pertencimento às elites, sejam elas econômicas, políticas ou intelectuais.

Em relação às dinâmicas classificatórias étnico-raciais atuais, Baptista (2012) aponta para a complexidade de seus aspectos relacionais¹⁶, os quais se sobressaem aos olhos de um estrangeiro não familiarizado com o sentido e o uso cotidiano dos termos étnico-raciais. O termo “*noir*”, em francês, ou “*nwa*”, em *créole*, que significa literalmente negro, é utilizado em referência a todos os naturais do Haiti (Baptista, 2012, p.23). Esse termo se oporia à categoria “*blanc*” que, por sua vez, significa literalmente branco, mas pode ser utilizado para designar todos os estrangeiros, independente de sua cor de pele. Nesse sentido, se a intenção for denominar um estrangeiro negro, ele será chamado de “*blanc nwa*”.

O aprisionamento das elites pelas categorias ideológicas do colonialismo não é explicado apenas por sua dependência em relação ao capital estrangeiro, mas especialmente pela adoção da cultura francesa¹⁷ como o paradigma civilizatório da sociedade haitiana, ou seja, como referência de superioridade cultural, o que acaba por reproduzir no imaginário das elites e nas relações de poder tecidas por elas os vícios do colonialismo e do racismo (Rosa, 2006). Nesse sentido, é necessário realizar uma dupla revolução: do imaginário coletivo, com a valorização da negritude e da cultura crioula, e do modelo econômico e político, instaurando um que promova a distribuição das riquezas e o acesso igualitário ao poder. Houve um movimento intelectual de emancipação colonial e de revalorização da negritude na década de 50, mas o mesmo não extrapolou os limites da arena acadêmica de modo a alcançar uma reforma significativa do campo econômico e político. O ditador Duvalier até se apoiava em um discurso em favor da negritude, mas na prática criou um governo autoritário, violento e que intensificou as desigualdades sociais e mergulhou o país na miséria. Tanto as elites mulatas afrancesadas quanto as elites negras que ascenderam a partir do governo de Duvalier se mantiveram apartadas da sociedade civil haitiana ao privilegiarem a imposição de um colonialismo interno em prejuízo das massas de trabalhadores agrícolas iletrados e empobrecidos (Rosa, 2006).

¹⁶ O uso da categoria “*mullatre*” é ainda mais complexo e depende sempre de nuances do contexto de relações em questão. Isso é demonstrado em um caso apresentado pelo antropólogo brasileiro Baptista que, embora se autodeclare negro, foi classificado por seus interlocutores haitianos de forma curiosa: “não, José, você é *rouj* [vermelho] ou, no máximo, *mullatre*” (Baptista, 2012, p.43).

¹⁷ Hoje as culturas norte-americana e canadense também são acrescidas à francesa como referenciais civilizatórios para a sociedade haitiana, em consequência – em grande parte – da diáspora das elites haitianas com destino a esses países.

O sistema de educação do Haiti, tal como se encontra estruturado, atua como mecanismo de reprodução das desigualdades sociais e de inculcação da inferioridade da língua e cultura crioulas, estas associadas às massas iletradas e monolíngues, sinônimo de barbárie ou de, no mínimo, provincianismo. As elites e as classes médias se diferenciam das massas pela escolarização formal em francês, o que as torna grupos bilíngues. A hierarquização entre os falantes de francês e do crioulo haitiano são evidenciadas pelo reconhecimento tardio do crioulo como idioma oficial, que ocorreu apenas em 1986. As extremas desigualdades de acesso à educação escolar são indicadas pela taxa de alfabetização¹⁸ – definida como a porcentagem de indivíduos entre 15 anos ou mais que aprenderam a ler e a escrever – de apenas 48,7% da população. A universalização da educação escolar é ainda dificultada pela oferta insuficiente de vagas em escolas públicas no país: 17% das escolas do país são públicas, enquanto 83% são privadas (Joint, 2008).

O sistema de educação pública foi criado inicialmente para a formação das elites urbanas, mas a partir de 1860 iniciou-se o deslocamento destas para as escolas católicas congregacionais, inacessíveis às classes populares em consequência das altas mensalidades cobradas (Joint, 2008). A partir dos anos 70, uma nova transformação ocorreu no sistema escolar: as escolas católicas abriram espaço – através de bolsas – à admissão de crianças de classes populares (Joint, 2008). Mais uma vez, a fim de manter incólume o princípio de separação das classes, a maior parte das crianças de elite se deslocou às escolas internacionais, cujas diretrizes educacionais são pautadas pelo sistema francês, norte-americano ou canadense, uma vez que cumprem a função de instruir seus alunos para futuramente ingressarem em universidades no exterior (Joint, 2008). As classes mais abastadas cultivam uma formação pretensamente cosmopolita¹⁹, mas que tem como referência as culturas dos países desenvolvidos. Tal padrão de escolarização se inscreve como estratégia socioeconômica acionada pelas classes

¹⁸ Fonte: World Development Indicators (WDI), 2006.

¹⁹ Temos como referência a definição de cosmopolitismo oferecida por Ulf Hannerz (1996), que seria uma disposição do indivíduo de interagir e se engajar com uma diversidade de culturas contrastantes com a sua, mas – em algum grau – nos termos próprios daquelas, ou seja, a partir de seus sistemas de significados. Essa abertura frente a experiências culturais divergentes implica uma certa autonomia do indivíduo frente a sua cultura de origem e também em relação às outras culturas com as quais ele se engaja eventualmente, já que não se trata de uma simples substituição de um sistema simbólico por outro, mas de uma disposição contínua em experimentar uma pluralidade de visões de mundo, sem nunca se comprometer absolutamente com uma em específico. A adoção dos valores das culturas francesa, norte-americana ou canadense como referência marcante na visão de mundo das elites haitianas não é resultado de uma abertura ao Outro, mas da inculcação de inferioridade da cultura haitiana a partir de noções colonialistas e racistas de mundo, assim como se inscreve como estratégia de diferenciação de classe.

privilegiadas com o objetivo de tornarem as novas gerações mais aptas a uma futura emigração, o que se torna compreensível se considerarmos as baixas chances de empregabilidade no Haiti contemporâneo. A forma de inserção do indivíduo no sistema escolar está intimamente relacionada ao grau de estreitamento do campo de possibilidades do mesmo no que se refere à migração. Quanto maior o grau de escolarização, maior o acesso às melhores rotas de imigração, além de facilitar a integração do indivíduo no país de recepção, já que afeta sua capacidade de domínio de línguas estrangeiras e suas chances de empregabilidade.

Cabe apresentar alguns dados que indicam as condições atuais de vida no Haiti e realizar algumas comparações com o Brasil, já que nosso objetivo último é entender a migração haitiana com destino ao nosso país. O Haiti tem população estimada em 10.173.775²⁰ milhões de habitantes, com renda per capita de US\$ 770,95²¹. Quanto ao índice de desenvolvimento humano²², o Haiti está em 161º lugar no ranking mundial, considerado baixo, com 0,456, enquanto o Brasil se encontra na posição 85, com 0,730, acima da média mundial de 0,694. A distância entre os países se torna maior quando comparamos o PIB entre eles. Mesmo tendo caído duas posições no ranking das maiores economias do mundo²³, o Brasil ainda se encontra na 8º posição, com US\$2.394 trilhões de dólares, enquanto o Haiti se situa em 146º lugar, com US\$13.15 bilhões de dólares. A pobreza no Haiti alcança níveis alarmantes: 78%²⁴ da população encontram-se abaixo da linha de pobreza, o que demonstra seu caráter estrutural. O Haiti se apresenta como o país mais pobre do continente americano. A desigualdade de renda também é alta, o que é indicado pelo coeficiente de GINI²⁵, de 59,21.

Atualmente o Haiti é um país altamente dependente de recursos estrangeiros. Embora tenha sido a primeira república negra a se tornar independente no mundo, na contemporaneidade o Haiti é um Estado fragilizado, com estruturas débeis e altos níveis de corrupção em seus governos. Essa situação é, em grande parte, herança dos anos de ingerência dos Estados europeus e dos Estados Unidos da América nos rumos políticos do país, que hoje se vê dependente dos recursos e da atuação de organismos

²⁰ Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial (WDI), 2012.

²¹ Idem.

²² Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano. A Ascensão do Sul: Progresso num Mundo Diversificado, 2013. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Disponível em: [<http://www.un.org/files/HDR2013%20Report%20Portuguese.pdf>].

²³ Fonte: The World Factbook, CIA, 2012.

²⁴ Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial (WDI), 2001.

²⁵ O índice de Gini de 0 representa igualdade perfeita de distribuição de renda, enquanto um índice de 100 implica desigualdade perfeita. Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial (WDI), 2001.

multilaterais como a ONU – através da figura da MINUSTAH – e de inúmeras ONGs de diversas procedências nacionais. Em outras palavras, o Haiti, país que viveu anos de ostracismo sociopolítico imposto por diversas nações do mundo devido à ameaça que ele representava às relações raciais assimétricas, atualmente é uma composição atravessada de modo singular por múltiplos fluxos internacionais e globais de poder, que rivalizam e minam a autoridade de seu Estado como nação independente. Se esses fluxos globais de poder sempre existiram, atualmente eles carregam marcas específicas do nosso tempo como: a intensificação da internacionalização do mercado de trabalho, a maior expansão e integração global do capitalismo e o aumento da influência de organismos multilaterais como a ONU e a OEA. Durante todo o percurso histórico trilhado pelo Haiti, através das distintas composições assumidas pelo mesmo, os fluxos migratórios contribuíram para a reprodução e transformação da sociedade haitiana.

Capítulo 2 - Rotas “Estruturantes” e Eventos Críticos

Pour Haïti²⁶

“Les voiles de la mort sont apparues. Pays brisé, enseveli sous les décombres d’un cauchemar. Et les rues que l’on voit comme des fantômes hurlent sous le masque des jours.

Haïti! Haïti! Au visage de cendre, au ciel couvert de sang, prie d’une voix somnambule.

Il y a une nièce, une sœur, un père dont l’absence nous hèle. Ils habitent l’invisible dans un décor de mouches.

Il y a ceux qui dorment debout ou à même les trottoirs. Leurs yeux calcinés refusent de se fermer.

Il y a ceux qui portent sur leur tête le désespoir dans une valise.

Haïti s’agenouille auprès des immeubles décomposés, des corps tuméfiés, et toute la ville marche d’un pas de fossoyeurs. [...]

Nous lui tendons les mains pleines d’ancêtres-frères et nous pleurons parce qu’il faut pleurer mais nous écrivons sur tous les murs tombés pour que renaisse l’enfant vieille de trois jours sans nom:

HAÏTI NE MOURRA PAS!”.

Ernest Pépin²⁷.

Comovido pelo sofrimento que acompanhou o terremoto que devastou o Haiti em 12 de janeiro de 2010, o poeta e romancista guadalupense, Ernest Pépin, escreveu o poema acima, “Pour Haïti”, em solidariedade ao povo haitiano. O cenário de destruição de Porto Príncipe e das vidas de milhares de haitianos extinguidas repentinamente pelo cataclismo encontra notória repercussão em seus versos. De início a incredulidade diante da dimensão extraordinária da destruição é o sentimento dominante, já que não somos capazes de apreender imediatamente o significado de uma catástrofe tão súbita, o que é indicado, a nosso ver, pelo verso seguinte: “*Il y a ceux qui dorment debout ou à même les trottoirs. Leurs yeux calcinés refusent de se fermer.*”. A imprevisibilidade do evento é o que traz certa aura de irrealidade ao mesmo, embora suas consequências se imponham inescapavelmente. Essa sensação é substituída paulatinamente por um sentimento de letargia e de impotência diante das ruínas da cidade e dos corpos de familiares, vizinhos e amigos mortos na catástrofe, uma vez que os meios materiais de

^{26c} “As asas da morte batem em nossas portas. País despedaçado, sepultado sob os escombros de um pesadelo. E as ruas que nós vemos como fantasmas a uivar sob a máscara dos dias. Haiti! Haiti! O rosto pálido, o céu coberto de sangue, reza uma voz sonâmbula. Há uma sobrinha, uma irmã, um pai cuja ausência nós invocamos. Eles habitam o invisível em um cenário de moscas. Há os que dormem em pé ou mesmo nas calçadas. Seus olhos ardentes se recusam a fechar. Há os que carregam sobre suas cabeças o desespero em uma mala. [...] O Haiti se ajoelha junto aos edifícios partidos, aos corpos desfigurados e toda a cidade caminha a passos fúnebres de coveiros. Abrimos nossos braços repletos de ancestrais irmãos. Choramos o que há de se chorar. Escrevemos nas ruínas em nome da criança ressuscitada ao final de seu pesadelo. Haiti não morre! Haiti não deve morrer!” (Tradução livre).

²⁷ Ernest Pépin, escritor franco-caribenho, nasceu em Guadalupe em 1950, , onde reside atualmente. É um dos intelectuais emblemáticos da região caribenha, com mais de trinta títulos publicados, incluindo um romance ambientado no Haiti: Réquiem por María Soledad (Editorial Arte y Literatura). Ele recebeu expressivas premiações na área da literatura, como o prêmio Casa das Américas e o Caribe Literary Award. A poesia “Pour Haïti”, escrita em 16 de janeiro de 2010, está disponível no site: [http://www.montraykreyol.org/spip.php?article3463]. Acesso em 02/12/2013.

enfrentar o dia seguinte e os escombros parecem faltar: “*Il y a ceux qui portent sur leur tête le désespoir dans une valise.*”. Também é possível interpretar esse verso como a alusão ao nascimento de uma nova realidade: milhares de indivíduos que se viram repentinamente em uma situação de absoluto desamparo ao perder todos os seus bens, além da vida de entes queridos, sem esperança quanto à continuidade da vida em meio à paisagem dominada por ruínas. Se o costume migratório já apresentava raízes profundas no desdobramento histórico do Haiti, o sismo veio acrescentar mais um motivo para deixar o país, mesmo que temporariamente. Mais do que nunca as remessas enviadas por familiares que vivem no exterior seriam necessárias à reconstrução das vidas daqueles que se mantiveram no Haiti.

Por fim, Ernest Pépin traz a esperança quanto ao futuro do país através da confiança no orgulho, no poder e na dignidade do povo haitiano, que voltaria a se erguer mais uma vez em sua história. Se, por um lado, o terremoto significou a mais intensa destruição, uma ruptura com a paisagem anterior, agora não apenas um espaço de desigualdades sociais e miséria, mas de ruínas e corpos expostos a todos os olhares, por outro lado marca no tempo uma nova fase de refundação do país: a necessidade de “reconstrução” do Haiti tão alardeada pela mídia do mundo inteiro, como se fosse algo inteiramente novo. A situação pré-terremoto de miséria alarmante do Haiti não era desconhecida pela mídia, que frequentemente o retratava como o país mais pobre da América Latina ou do Hemisfério Ocidental. Esse é um dado muito significativo, já que nos mostra como os efeitos devastadores causados por um evento climático extremo, em comparação com aqueles produzidos por intensa desigualdade socioeconômica, suscitam maior comoção pública no âmbito internacional e, o mais importante, são vistos como um motivo mais legítimo para a demanda de auxílio financeiro – chamado de humanitário pelos Estados – e, como veremos no caso do Brasil, de assistência e de proteção especial aos novos fluxos de emigrantes do país afetado, agora mais próximos da representação de “migrantes forçados”. Essa nova guinada tem impactos importantes nos marcos legais que orientam as políticas migratórias. Exploraremos isso mais adiante.

Os impactos do cataclismo amplificaram tanto os fluxos migratórios internos quanto os externos à ilha caribenha. Cerca de 660 mil haitianos deixaram para trás as áreas afetadas e encontraram abrigo em outras regiões rurais e urbanas do país, em sua maioria através da mobilização da rede de parentesco (Godoy, 2011). A região de fronteira com a República Dominicana, dada a contiguidade com o país, também se

configurou como destino dessas ondas migratórias de haitianos, que inclusive se utilizaram do sistema de saúde do país vizinho para o atendimento médico dos feridos pelo terremoto, uma das poucas opções disponíveis. O terremoto que devastou o Haiti marcou a intensificação, e por vezes a emergência, de fluxos migratórios de haitianos com destino não somente ao território brasileiro, mas a outros países da América Latina: Guiana Francesa, Venezuela, Equador, Colômbia, Peru, Bolívia, Chile e Argentina (Godoy, 2011). Segundo dados do Conselho Nacional de Imigração (CNIg)²⁸, o número de autorizações²⁹ concedidas pelo Estado brasileiro a haitianos em 2010, 2011, 2012 e 2013 foram, respectivamente, da ordem de 4; 709; 4.856 e 1.673. Esses números se referem apenas aos imigrantes em situação regular. Estima-se que atualmente existam mais de 12.000 haitianos no país, entre regularizados, em processo de regularização e clandestinos, mas essa é uma informação difícil de ser estipulada com segurança.

O acréscimo dessa nova rota migratória ao campo de possibilidades dos haitianos deve-se, em grande parte, ao evento catastrófico do terremoto, mas não se resume a ele. Já indicamos as tessituras dos fios que compõem as histórias das inter-relações entre o Haiti, as ilhas caribenhas e diversos países do mundo, com atenção especial aos fluxos migratórios que cruzaram diferentes espaços e tempos. Não ignoramos a influência da tradição migratória haitiana que se inscreve no contexto mais amplo de expansão do capitalismo, que, como vimos, é constituído por múltiplas camadas que se desdobram simultaneamente em escalas distintas: local, nacional, regional e global. Tendo apresentado esse quadro que situa a incorporação marginalizada dos imigrantes haitianos nos movimentos de internacionalização do mercado de trabalho, mesmo que em linhas gerais, agora somos capazes de nos voltar aos impactos específicos da referida catástrofe nas condições de vida da população haitiana.

Em consequência de sua posição geográfica, o Haiti sofre constantemente o impacto de chuvas intensas, enchentes, tempestades tropicais e furacões³⁰. O terremoto

²⁸ Disponível em: [http://portal.mte.gov.br/trab_estrang/estatisticas.html]. Acesso em 01/12/2013.

²⁹ Esses dados incluem tanto os vistos de trabalho temporário quanto os permanentes, sem discriminação. Quase a totalidade se refere a vistos de caráter humanitário, a saber, 4 (2010), 709 (2011), 4.682 (2012) e 1670 (2013). Cabe atentar que os dados referentes ao ano de 2013 não estão completos, compreendem o período entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2013.

³⁰ Em 2008 as tempestades Fay e Hanna e os furacões Gustav e Ike mataram cerca de 800 pessoas. Em 2004 a tempestade tropical Jeanne matou mais de 2,5 mil pessoas e deixou milhares de desabrigados. Em 1998 o furacão George matou mais de 400 pessoas. Em 1994 o furacão Gordon soterrou e matou mil haitianos. Em 1963 o furacão flora matou mais de 8 mil pessoas. Em 1946 um terremoto matou 1.790 haitianos. Em 1842, outro terremoto matou cerca de 10 mil pessoas. (Balazina, Afra. Tremores podem continuar por dias ou semanas. O Estado de São Paulo, São Paulo, 14 jan. 2010. Especial, p. H4-H5).

que atingiu o país em 12 de janeiro de 2010, de grau 7,3 na escala Richter, destacou-se em meio ao longo histórico de catástrofes naturais do Haiti devido à intensidade da destruição que se seguiu, esta amplamente divulgada pela mídia do mundo inteiro. O impacto nas condições de vida da população não depende apenas do potencial destrutivo dos fenômenos naturais em si, mas especialmente a sua relação com outros fatores igualmente relevantes, como os socioeconômicos. A amplitude dos danos é significativamente maior em um país com as frágeis estruturas governamentais, administrativas e econômicas do Haiti³¹, estas corroídas pelos anos de colonialismo, de instabilidade política pós-independência e de contínua ingerência externa das grandes potências e das organizações internacionais. O fato do epicentro do terremoto ter sido a 25 km de Porto Príncipe, uma cidade densamente povoada e com infraestrutura deficiente, que já apresentava problemas de moradia e de escassez de alimentos, intensificou os danos: 230 mil pessoas morreram, 500 mil ficaram feridas, 4 mil foram amputadas e mais de 1 milhão ficaram desabrigadas, resultando em danos estimados em 14 bilhões³². Os danos institucionais e materiais gerados pelo terremoto – especialmente a ausência de saneamento, coleta de lixo, rede de água e esgoto nos acampamentos dos desabrigados – tornaram as condições propícias à proliferação da cólera, que matou mais de 4 mil pessoas³³.

O contexto de crise humanitária, que ainda perdura devido a demora na reconstrução do país, é importante para compreender a intensificação de um fluxo emigratório já existente e consolidado na história do país. Segundo dados da Organização Internacional para as Migrações³⁴ (International Organization for Migration – IOM), atualizados em março de 2013, cerca de 320 mil indivíduos ainda se encontravam nos 385 acampamentos temporários internos ao Haiti destinados aos

Disponível em: [\[http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100114-42457-nac-80-int-h4-not/tela/fullscreen\]](http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100114-42457-nac-80-int-h4-not/tela/fullscreen). Acesso em 10/04/2013.

³¹ O terremoto no Haiti foi 100 vezes mais fraco que o do Chile, em fevereiro do mesmo ano, mas matou 1.700 vezes mais. Fonte: Alvarez, Luciana. Chile mostra preparo superior ao do Haiti. O Estado de São Paulo, São Paulo, 28 fev. 2010, Internacional, p. A21. Disponível em: [\[http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100228-42502-spo-20-int-a21-not/tela/fullscreen\]](http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100228-42502-spo-20-int-a21-not/tela/fullscreen). Acesso em 09/04/2013.

³² Dados disponíveis em: Eredia, Talita. Apesar de mortes no ano, atividade sísmica é normal. O Estado de São Paulo, São Paulo, 15 abril 2010, Internacional, p.A16. Disponível em: [\[http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100415-42548-spo-15-int-a16-not/tela/fullscreen\]](http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100415-42548-spo-15-int-a16-not/tela/fullscreen). Acesso em 09/04/2013.

³³ Fonte: Simon, Roberto. Haiti começa a controlar epidemia de cólera. O Estado de São Paulo, São Paulo, 14 jan. 2011, Internacional, p.A10. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110114-42822-spo-10-int-a10-not/tela/fullscreen>. Acesso em 09/04/2013.

³⁴ Disponível no site: [\[http://iomhaitidataportal.info\]](http://iomhaitidataportal.info). Acesso em 07/08/2013.

desabrigados pela catástrofe, mesmo após três anos de seu acontecimento. Eles representam 21% do número inicial de deslocados internos. Do total de famílias que deixaram os acampamentos até março de 2013, 58,8% se deu em razão da implementação de programas de retorno³⁵ que oferecem subsídios em aluguel aos deslocados; 25,9% saíram com o intuito de voltar para suas casas ou por razões desconhecidas; e 15,2% das famílias foram expulsas dos locais.

A ordem cotidiana foi abruptamente interrompida pelo terremoto: casas destruídas, o que deixou milhares de desabrigados; edifícios arruinados, incluindo estruturas fundamentais como os hospitais e as escolas, monumentos históricos emblemáticos como o Palácio Presidencial, o Parlamento e a Catedral de Notre-Dame; sistemas de comunicação, de rede elétrica e de transporte seriamente danificados pelo sismo; e o desabamento da sede da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti. Se nos ativéssemos apenas aos danos visíveis da catástrofe já seria suficiente para caracterizá-la como um evento de dimensões indubitavelmente extraordinárias, com grande impacto nas condições materiais de vida da população, mas ainda é importante apontar indícios do modo como os próprios haitianos perceberam e assimilaram o mesmo. Dado esse contexto, o uso da concepção de *evento crítico* proposta por Veena Das (1996, 2007) mostra-se pertinente face aos nossos objetivos, já que nos interessa compreender não apenas como a rotina da vida cotidiana instaura modos de ação, mas também como *eventos extraordinários e inesperados* rompem com a estrutura de vida anterior e introduzem *novas categorias e práticas sociais* que são, por sua vez, assimiladas pelos indivíduos através de novas rotinas paulatinamente absorvidas no cotidiano.

Mas antes de dar prosseguimento às discussões a respeito das possibilidades e limites de enquadramento do terremoto enquanto evento crítico, o que será realizado a partir do diálogo com Veena Das (1996, 2007) e Sahlins (1997), faz-se necessária uma nova recapitulação histórica, desta vez com ênfase nos fluxos emigratórios de haitianos em direção a diversos destinos do mundo. Retroceder a esses fluxos emigratórios é importante por nos manter cientes de que a criação da nova rota Haiti-Brasil é construída em cima de uma tradição diaspórica mais ampla e que ainda apresenta uma antiguidade histórica. Pelo ponto de vista do Brasil, a criação dessa rota constitui uma novidade em muitos aspectos, uma vez que imigração haitiana nunca foi tão numerosa

³⁵ O relatório da Organização Internacional para as Migrações não especifica quais são as ONGs e demais parceiros responsáveis pelos recursos do programa de retorno, mas sabe-se que são recursos estrangeiros.

no país, mas segundo a ótica da população migrante há uma dimensão de continuidade, já que a nova rota é construída a partir de velhos passos: a tradição migratória internacional. As dinâmicas dos fluxos que perpassam diferentes territórios são capazes de gerar, a partir de sua repetição no tempo, a cristalização de caminhos. Os passos deixam marcas que são seguidas pelos contingentes vindouros de migrantes. A cristalização dos caminhos seria constituída não apenas pela continuidade de rotas e itinerários específicos – que fazem parte das estratégias dos imigrantes e dos atravessadores que geralmente orientam esses fluxos –, mas também pelo oferecimento de serviços especializados nos lugares de origem, de trânsito e de destino. Quais seriam esses serviços? No caso dos migrantes haitianos, podemos citar a rede de imigração clandestina – composta por aliciadores, coiotes, falsificadores de documentos e atravessadores auxiliares em diferentes pontos das rotas – e os serviços de hospedagem, de transporte e de envio de remessas pelas casas de câmbios³⁶. É por isso que o título que dá nome a esse capítulo não trata apenas dos eventos críticos, capazes de instaurar novas possibilidades de práticas sociais, mas também de rotas “estruturantes”³⁷. As

³⁶ **A)** Há indícios de aumento do movimento das casas de câmbio em lugares de origem, trânsito e destino dos imigrantes haitianos. O aumento do movimento das casas de câmbio de Manaus em consequência do número de clientes haitianos, por exemplo, foi noticiado em um site. Fonte: Melo, Daisy. “Haitianos movimentam casas de câmbio de Manaus com remessas de até R\$ 500”. D 24 AM, 28 de janeiro de 2012. Disponível em: [<http://www.d24am.com/noticias/economia/haitianos-movimentam-casas-de-cambio-de-manaus-com-remessas-de-ate-r-500/48699>]. Acesso em: 10/08/2013. **B)** Outra notícia indica a multiplicação das casas de transferência internacional de dinheiro em Porto Príncipe. Fonte: Stochero, Tahiane. “Imigração ilegal ao Brasil movimentam economia haitiana pós terremoto”. G1, 19 de outubro de 2013. Disponível em: [<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/10/imigracao-ilegal-ao-brasil-movimenta-economia-haitiana-pos-terremoto.html>]. Acesso em 21/10/2013. **C)** Por fim, outra reportagem do G1 aponta para a abundância de aliciadores, falsificadores de documentos e outras pessoas que prometem facilidades que acelerariam a viagem ao Brasil vendendo seus serviços em frente ao prédio da embaixada brasileira em Porto Príncipe. Fonte: Stochero, Tahiane. “Sonho brasileiro aquece comércio de documentos e vistos falsos no Haiti”. G1, 18 de outubro de 2013. Disponível em: [<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/10/sonho-brasileiro-aquece-comercio-de-documentos-e-vistos-falsos-no-haiti.html>]. Acesso em 21/10/2013.

³⁷ Há outras possibilidades conceituais. Oliveira (2012), por exemplo, utiliza os conceitos de territorialidade e de redes (de circulação de pessoas, coisas ou informações) com o intuito de identificar as redes sociais e técnicas com suas nodosidades – cidades estratégicas – hierarquicamente dispostas, que oferecem infraestrutura, serviços e outros suportes para a manutenção e o desenvolvimento dos fluxos especializados de migrantes associados às atividades de garimpo. As dinâmicas dos fluxos migratórios também engendram territorialidades materializadas em redes com pontos de maior nodosidade. O objeto é simultaneamente estrutural – no sentido de não se reduzir a dinâmicas absolutamente aleatórias, uma vez que apresenta padrões mais ou menos duráveis no tempo – e histórico, já que as atualizações diárias dos itinerários e estratégias dos imigrantes são essenciais na manutenção e transformação dos fluxos e das territorialidades e, nesse sentido, não podem ser completamente antecipadas. As redes de circulação e de comunicação não são pura mobilidade ou imaterialidade, pois supõem os nós e as territorializações, ao mesmo tempo em que o território não é pura constância ou materialidade, já que é resultado histórico de relações sociais ancoradas em espaços. Tanto as redes quanto os territórios apresentam padrões de relações e de sentidos que os perpassam, ao mesmo tempo em que lidam diariamente com eventos imprevistos que remodelam essas relações e esses sentidos. A relação entre rede e território, portanto, não pode ser convertida às oposições simplistas entre as categorias evento/estrutura ou dinâmico/estático, sob

aspas servem para ressaltar que não utilizamos uma noção rígida de estrutura, apenas fazemos menção a sua capacidade de constituir práticas sociais relativamente padronizadas, embora sejam adaptáveis às situações imprevistas e às mudanças sofridas pelos contextos. A flexibilidade das rotas é importante para a continuidade das mesmas, já que elas devem ser capazes de enfrentar obstáculos não antecipados, como a transformação das políticas migratórias e da fiscalização nos países incluídos em seus itinerários.

2.1 – A migração haitiana: dados gerais

Dado o quadro socioeconômico exposto no capítulo anterior, não é surpreendente que o Haiti apresente um fluxo de emigração maior que o de imigração, o que é indicado pela taxa negativa de migração³⁸: -175.001 mil habitantes, em 2012. Já constatamos através de um breve resgate histórico a presença constante dos fluxos migratórios na constituição da sociedade haitiana, sejam os fluxos internos às ilhas caribenhas, sejam os de natureza global. Estima-se que exista atualmente 4,5 milhões³⁹ de haitianos vivendo no exterior. Segue um gráfico relativo às regiões de destino mais frequentes desses migrantes:

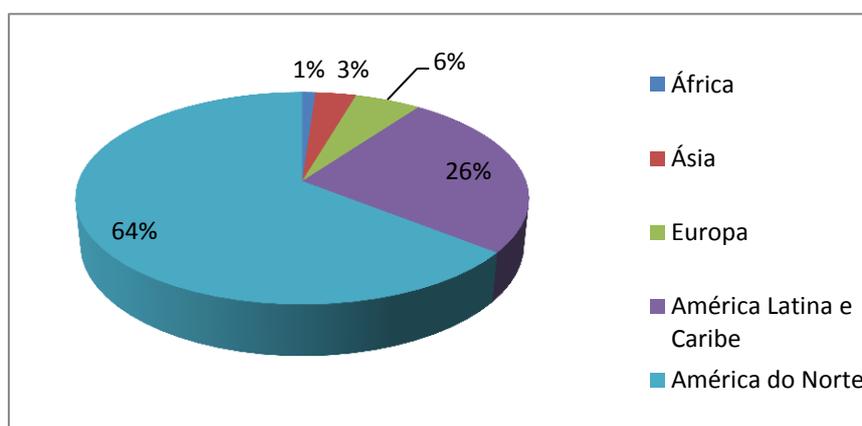


Figura 1 - Porcentagem de emigrantes haitianos por continente de residência (2000-2002).
Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano, PNUD, 2009. (Gráfico de minha autoria).

pena de perder seu poder analítico. Oliveira demonstra como, nas práticas cotidianas, uma está imersa na outra e dificilmente podem ser consideradas autônomas e muito menos estando em relação de exclusão mútua, já que por vezes elas se reforçam.

³⁸ A taxa de migração líquida é calculada pelo número total de imigrantes menos o número de emigrantes em um ano, incluindo cidadãos e não cidadãos. Fonte: World Development Indicators (WDI), 2012.

³⁹ Essa estimativa encontra-se no site do Ministério dos Haitianos que Vivem no Exterior (MHAVE). Disponível em: [<http://www.mhave.gouv.ht/index.html>]. Acesso em: 13/11/2013.

Quase a totalidade dos emigrantes – 90% do total – se encontra no continente americano e no Caribe. Isso se deve à grande expressão das comunidades haitianas nos EUA e no Canadá, tanto numericamente quanto em termos de representação e visibilidade internacional. As ilhas e Estados insulares do Caribe constituem destino antigo dos migrantes haitianos, enquanto os EUA e Canadá surgiram como países de acolhida significativos após a década de 60, especialmente em consequência da extrema insegurança política reinante durante o regime ditatorial de Duvalier e da intensificação das desigualdades e das restrições socioeconômicas. As primeiras ondas migratórias para os países da América do Norte eram constituídas por membros da elite e intelectuais haitianos, sendo a emigração paulatinamente popularizada como estratégia entre todas as classes sociais, alcançando até os camponeses, situados na base da pirâmide social.

Esse contingente de emigrados representa uma importante fonte de renda para familiares que se encontram na pátria mãe, já que o costume do envio de remessas é uma prática comum no interior da organização familiar haitiana. Apresento a seguir informações a respeito do valor das remessas recebidas no Haiti nos últimos anos:

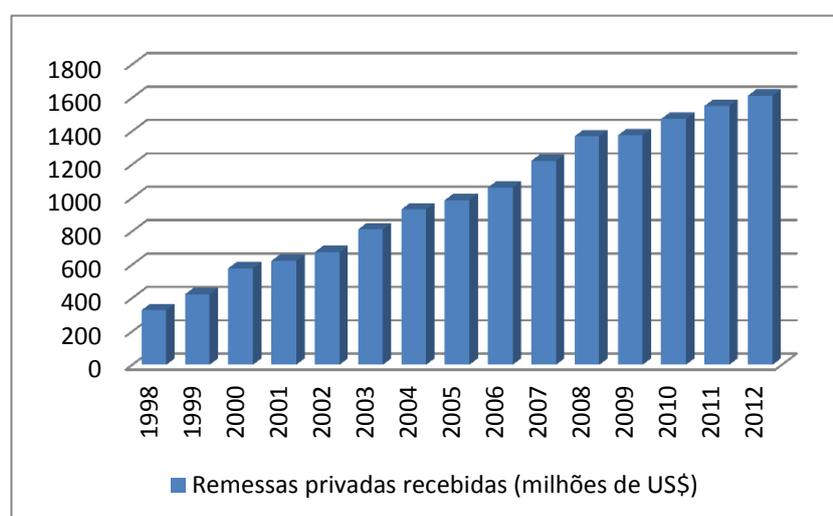


Figura 2 - Legenda: Valor das remessas privadas recebidas pelo Haiti em milhões de dólares americanos. Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial (World Development Indicators). (Gráfico de minha autoria).

Se a renda de familiares emigrados que trabalham no exterior já era um meio de reprodução e de ascensão socioeconômica de diversas classes sociais no Haiti, a tendência observada é aumentar cada vez mais seu peso na vida econômica do país. Os últimos dados disponíveis, referentes a 2012, mostram que as remessas representaram

significativos 20,6%⁴⁰ do Produto Interno Bruto do Haiti. A capacidade de envio de remessas dos imigrantes aos familiares no Haiti varia conforme o país de destino:

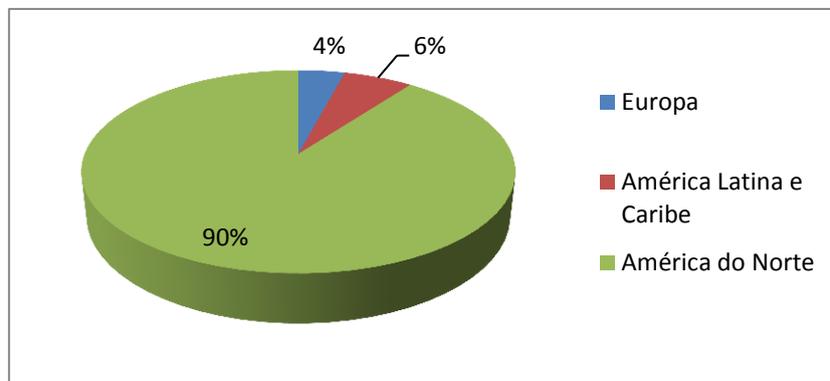


Figura 3 - Legenda: Porcentagem de fluxos de entrada de remessa totais por continente de origem. Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano, PNUD, 2009. (Gráfico de minha autoria).

Dados⁴¹ do mesmo ano, 2009, indicam que a América do Norte abrigaria 64% do contingente total de emigrantes haitianos, entretanto, foi responsável por 90% das remessas totais enviadas ao Haiti. Já a América Latina e Caribe contariam com 26% dos estoques totais de emigrantes haitianos e apenas 6% das remessas totais. Essa disparidade entre o número de imigrantes e a capacidade de envio de remessas por continente de recepção deve-se às diferenças entre eles: a valorização da moeda, o estado da economia, o custo de vida, a oferta de empregos acessíveis aos imigrantes, entre outras. Além disso, embora também sejam destinos comuns das classes populares haitianas, os EUA e o Canadá são os países de recepção preferenciais dos imigrantes haitianos com os maiores índices de capital humano, ou seja, daqueles mais capacitados a auferir as maiores rendas.

A migração se inscreve frequentemente como uma estratégia da unidade doméstica e não como simples projeto do indivíduo apartado dos vínculos sociais. A imigração envolve altos custos financeiros e emocionais e, nesse sentido, a mobilização das redes – especialmente a de parentesco – se configura como estratégia necessária, ainda mais em contextos econômicos debilitantes como o do Haiti. As remessas constituem importante estratégia de sobrevivência e de mobilidade social, já que compõem parte significativa da renda domiciliar em contextos de precariedade do mercado de trabalho, ou seja, altos índices de desemprego e subemprego (Itzigsohn, 1995). O Haiti não apresenta muitas chances reais de empregabilidade aos seus

⁴⁰ Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial (WDI), 2012.

⁴¹ Ver figura 1.

habitantes, o que pode ser inferido pela taxa de desemprego de 40,6%⁴². O estudo de Itzigsohn (1995) sugere inclusive que as remessas tem impacto positivo no desenvolvimento de pequenos comércios no Haiti.

O reconhecimento do valor estratégico dos emigrantes pelo governo haitiano é demonstrado pela existência de um ministério no Haiti cuja função é servir de intermediário entre o Estado e os haitianos que vivem no exterior a fim de promover a integração da chamada diáspora haitiana e oportunizar o seu protagonismo no desenvolvimento socioeconômico e cultural do país de origem. Intitulado “Ministère des Haïtiens vivant à l'étranger”⁴³, essa instituição reconhece as comunidades haitianas da diáspora como um segmento significativo da sociedade civil haitiana, o que é indicado por um dos projetos institucionais: a criação de uma carta de identificação nacional, que viabilizaria a participação daqueles nas eleições futuras através do voto. Esse projeto faz parte de um dos objetivos gerais do MHAVE, que é promover reformas legais e administrativas que garantam o princípio de igualdade entre todos os cidadãos de origem haitiana. Nesse sentido, existe claramente a reivindicação da desvinculação da noção de cidadania à condição estrita de permanência no país ao qual se solicita o reconhecimento como membro pleno de direitos. A identificação da diáspora, se realizada com sucesso, oportunizará no futuro a obtenção de informações mais confiáveis acerca da composição do universo de imigrantes, suas características socioeconômicas, condições de vida no exterior e reivindicações relativas à pátria-mãe. Outro objetivo atribuído ao MHAVE que se destaca é a criação de um "Fundo de Apoio as iniciativas da diáspora" a fim de incentivar maiores investimentos no Haiti por parte das comunidades haitianas no exterior.

2.2 – Os principais destinos dos fluxos migratórios de haitianos

2.2.1 – As ilhas Caribenhas

Já mencionamos os movimentos migratórios internos à região do Caribe, que eram formados tanto por migrações duradouras, quanto por migrações sazonais. Geralmente esses fluxos estavam vinculados ao trabalho nos latifúndios de cana de açúcar e de café, uma vez que as ilhas dessa região compartilham uma história

⁴² Fonte: The World Factbook, CIA, 2010.

⁴³ Fonte: [<http://www.mhave.gouv.ht/>]. Acesso em: 13/11/2013.

semelhante de colonização baseada no sistema de *plantation* com fins de exportação para as metrópoles e, posteriormente, para o mercado europeu, estrutura que se manteve mesmo com o fim do sistema colonialista, apenas com a substituição de uma elite estrangeira por outra da colônia. Um dos marcos migratórios na história do Haiti, que dinamizou a circulação de pessoas nas Antilhas, ocorreu em consequência da revolução haitiana, entre 1791 e 1804, que impeliu a saída de colonizadores com seus escravos para as ilhas vizinhas, com destaque para Cuba e Bahamas como destinos escolhidos.

Os colonizadores que se refugiaram em Cuba, em consequência da revolta dos escravos haitianos, contribuíram para o desenvolvimento do cultivo de cana e a implantação das refinarias de açúcar no país, sempre explorando a mão-de-obra escrava e depois a força de trabalho dos mais pobres. A queda do preço do açúcar, na década de 30, acarretou uma onda de expulsão de trabalhadores haitianos de Cuba, mas ainda se manteve uma forte comunidade haitiana no país. Depois do espanhol, o crioulo haitiano é a segunda língua mais falada em Cuba. Aproximadamente 300 mil haitianos teriam se deslocado para Cuba nas últimas décadas, mas esses dados já estão ultrapassados⁴⁴.

A circulação de haitianos – escravos e depois trabalhadores manuais – entre seu país de origem e Bahamas é antiga, data do período colonial. As ditaduras de Papa Doc e Baby Doc impulsionaram a fuga de muitos trabalhadores haitianos em direção à Bahamas, que constituía uma alternativa mais acessível às classes populares devido à proximidade do país e ao baixo custo da viagem, em comparação as outras alternativas. Como reflexo dessa onda migratória, entre 1963 e 2000, a comunidade de haitianos em Bahamas cresceu de 4.170 para 21.426 mil habitantes (The College of The Bahamas, 2005, p.95). Cabe ressaltar que Bahamas faz parte de uma das rotas de imigração ilegal com destino aos EUA e, nesse sentido, também é palco de fluxos transitórios. É difícil calcular o número de haitianos que vivem no país, pois há uma grande quantidade de imigrantes ilegais que escapam às estatísticas oficiais. Eles entram tanto pelos aeroportos, quanto pelos portos do país. Estima-se que a população de imigrantes haitianos ilegais corresponda entre 55% a 75% do total de haitianos no país (The College of The Bahamas, 2005, p.98). Em 2005, a população total chegaria aos 60 mil, mas estas são apenas estimativas imprecisas (The College of The Bahamas, 2005, p.98). As restrições à imigração haitiana no país aumentaram na década de 70, tornando os

⁴⁴ Essas informações foram retiradas de uma reportagem divulgada por um site canadense em 15/01/2010. Disponível em: [<http://www.radio-canada.ca/nouvelles/International/2010/01/15/015-Diaspora.shtml>]. Acesso em 05/03/2013.

haitianos clandestinos mais vulneráveis à exploração do seu trabalho. Dados de 2000 revelam que 25% dos trabalhadores haitianos legalizados são empregados domésticos, 23% dedicam-se à construção civil, 13% à agricultura e 12% ao comércio⁴⁵ (The College of The Bahamas, 2005, p.32), caracterizando trabalhos que exigem baixa qualificação profissional. A dificuldade com a língua, o inglês, também é um fator que dificulta melhores colocações profissionais dos haitianos no país.

Os departamentos ultramarinos franceses, nomeadamente, Martinica, Guadalupe e Guiana Francesa, também constituem destinos tradicionais dos haitianos nas Antilhas. A maior familiaridade com a língua é um dos fatores de atração desses migrantes. Os trabalhos desempenhados pelos migrantes haitianos – a maioria em situação de ilegalidade – estão associados ao corte da cana-de-açúcar, ao cultivo de outros gêneros alimentícios e a indústria de construção. Segundo estatísticas oficiais⁴⁶ de 2010, existiriam ao menos 1.968 haitianos em situação regular na Martinica (0,5% da população), 11.429 haitianos em Guadalupe (2,8% da população) e 20.208 haitianos na Guiana Francesa (8,8% da população). De acordo com a mesma fonte⁴⁷, 35,5 % da população da Guiana Francesa é composta por estrangeiros. A comunidade haitiana é a segunda maior no país, perdendo apenas para os surinameses. No caso da Guiana, na década de 80, muitos trabalhadores haitianos também foram atraídos como força de trabalho barata para a exploração da floresta amazônica e para servir aos grandes projetos desenvolvimentistas do país (Télémaque, 2012, p.29). Na década de 90, o Estado da Guiana Francesa intensificou as medidas contra a imigração haitiana, como a maior fiscalização das fronteiras e o aumento de restrições legais (Télémaque, 2012, p.30).

2.2.2 – A vizinha República Dominicana

Embora a República Dominicana seja uma das rotas migratórias internas à região do Caribe, optamos por reservar um tópico específico para ela, já que a República Dominicana é o único país que faz fronteira terrestre com o Haiti, constituindo um destino antigo e contínuo de migrantes haitianos, desde fluxos sazonais

⁴⁵ A categoria utilizada foi “Trades, wholesale/retail, repairs” (The College of The Bahamas, 2005, p.32).

⁴⁶ Fonte: Institut National de la Statistique e des Études Économique (Insee), RP. 2010 exploitation principale. Disponível em: [http://www.insee.fr/fr/themes/]. Acesso em: 01/12/2013.

⁴⁷ Fonte: Institut National de la Statistique e des Études Économique (Insee), RP. 2010 exploitation principale. Disponível em: [http://www.insee.fr/fr/themes/]. Acesso em: 01/12/2013.

de trabalhadores para o cultivo e corte da cana e até outros de caráter mais permanente. É importante observar que não existe realmente uma distinção absoluta entre autóctones e estrangeiros. Quantos anos ou gerações são necessários para fazer de um forasteiro um nativo socialmente reconhecido? Obviamente isso dependerá da estrutura e da dinâmica de atualização das fronteiras identitárias. No caso da República Dominicana, a história de interação com seu vizinho revela um recrudescimento paulatino das identidades nacionais, com ênfase na oposição e reificação da diferença.

A história de construção e transformação da haitianidade e da dominicanidade se entrelaça com a história de concepção e gerenciamento da fronteira entre os países. Em primeiro lugar, é necessário atentar às raízes antigas da rivalidade entre esses países. O Haiti foi militarmente dominante na ilha durante a primeira metade do século XIX, cujo ápice de seu poderio foi a ocupação e anexação da República Dominicana – até então colônia espanhola – entre 1822 e 1844, de modo que esta última tornou-se independente quando se libertou do poder do Estado haitiano e não da metrópole espanhola. A unificação da ilha pelo Haiti era parte da estratégia de defesa contra a invasão francesa. Parte da rivalidade entre os países também é fruto da consciência dos antagonismos coloniais entre a França e a Espanha, além da distinção da cultura e da língua entre esses povos. É certo que a existência desse passado não selou antecipadamente a hostilidade entre os países como destino inescapável de suas relações, não obstante faz parte do repertório mobilizado até hoje por haitianos e dominicanos quando se trata de explicar a origem dos conflitos.

A fronteira entre o Haiti e a República Dominicana nem sempre despertou a preocupação do povo e do Estado dominicanos. O alarde de uma “invasão” haitiana é mais recente que a emergência de significativos fluxos migratórios de haitianos em direção à República Dominicana. Enquanto o primeiro remonta a meados da década de 30, o segundo é mais antigo que a própria consolidação dos estados nacionais. Não há coincidência nisso, a novidade não é a existência ou a densidade dos fluxos migratórios de haitianos em solo dominicano, mas sim a transformação do significado da fronteira e, ao mesmo passo, dos jogos identitários.

Antes do fim da escravidão no Haiti, cruzar a fronteira em direção ao território dominicano representava aos escravos a possibilidade de conquistar uma vida em liberdade, uma vez que a vizinha República Dominicana ainda era um país escassamente povoado e de fácil acesso às terras. Enquanto no século XIX o Haiti era a mais cobiçada colônia exportadora de açúcar, a economia da República Dominicana era

voltada mais à criação de gado e à economia de subsistência. O estabelecimento de latifúndios de cana de açúcar e refinarias no país ocorreria apenas em 1875, consolidando-se em 1930 (Martinez, 1999, p.60). Com a independência do Haiti, ocorreu um amplo deslocamento de ex-escravos em direção ao interior do país e, em consequência da relativa escassez de terras, também ao território vizinho. Nessa fase da migração, que se estende até as décadas iniciais do século XX, a fronteira não era vista e muito menos vivenciada como barreira ao fluxo de mercadorias e, especialmente, de pessoas. Nessa época, inclusive a integração econômica da fronteira dominicana era maior com o comércio dos centros urbanos do Haiti do que com a própria capital, Santo Domingo, isso devido a insuficiência de estradas (Derby, 1994, p.492). As relações entre dominicanos e haitianos nas zonas fronteiriças não se limitavam ao comércio, mas também eram tecidas através de intercasamentos, compadrio e outros tipos de interdependência (Derby, 1994, p.493). Isso não significa, entretanto, que inexistiam formas de segregação e de marcação de diferenças étnicas e raciais entre eles, mas estas ainda implicavam a co-presença, além de serem pautadas por modelos identitários mais matizados (Derby, 1994, p.495). Tradicionalmente dominicanos e haitianos definem suas identidades em oposição um ao outro. Veremos adiante que as transformações se deram quanto ao grau de rigidez desses modelos identitários e ao conteúdo das representações socioculturais.

No final do século XIX, os grandes fazendeiros dominicanos geralmente empregavam seus compatriotas para cuidar do gado e do rebanho de ovelhas e porcos. Estes últimos, por sua vez, contratavam haitianos como meeiros a fim de que trabalhassem no plantio e na colheita de café, além de outros gêneros alimentícios para uso doméstico e trocas (Derby, 1994, p.511). Aos poucos se desenvolveu nas zonas fronteiriças dominicanas uma complexa divisão étnica do trabalho. Com o início do século XX, a mão-de-obra haitiana foi direcionada cada vez mais à indústria açucareira até se tornar – na década de 30 – a nacionalidade majoritária dos cortadores de cana no país (Martinez, 1999, p.66). A indústria açucareira dominicana só se mantém como atividade suficientemente competitiva no mercado externo devido à intensa exploração do trabalho dos imigrantes haitianos, pois a tecnologia utilizada é defasada, apresentando níveis mínimos de produtividade (Grasmuck, 1982).

A aceitação da porosidade da fronteira como algo naturalizado pelas práticas cotidianas dos habitantes das zonas fronteiriças deu lugar a uma ânsia de controle cada vez maior do Estado. Nesse sentido, o movimento de consolidação do Estado

dominicano influenciou diretamente na polarização das identidades dominicana e haitiana como absolutamente descontínuas e intransponíveis (Derby, 1994). A fronteira se tornou então uma ameaça, uma vez que se constituía enquanto um espaço híbrido de intercâmbio comercial, sociocultural e racial. A ocupação americana da República Dominicana, entre 1916 e 1924, teve grande impacto no fortalecimento da estrutura do Estado, em consequência das reformas institucionais e fiscais que visavam a extensão do poder do mesmo, além de um reordenamento da sociedade segundo os axiomas da modernidade. Derby analisa os efeitos desse movimento de construção do estado-nação dominicano no remodelamento do espaço público:

“(…) that state formation was accompanied by a new set of natural metaphors which created a purified public space by defining the popular as transgressive, dangerous, and in need of expurgation. The elevation of the public was achieved by debasing the popular, as the new social order was built on eliminating the socially hybrid. State formation entailed cleansing the public sphere, bathing it in the light of modernity, and enshrining it in clean whitewashed schools and post offices; the new public sphere was also one defined as purely Dominican. (...) Policing the purity of the race, now defined in national terms, became a means of protecting the boundaries of the body politic. The Haitians would become the scapegoats in this new attack.” (1994, p.524).

A fronteira geopolítica entre a República Dominicana e o Haiti é então reordenada a partir dessas novas concepções de espaço público, que exigem uma purificação dos mesmos, ou seja, a eliminação de espaços relacionais que oportunizam a mistura de categoriais nacionais, étnicas e raciais, subvertendo a nova concepção de limites geopolíticos internacionais. É nesse contexto ideológico que ocorreu, em 1937, o massacre de civis – imigrantes haitianos e dominicanos de ascendência haitiana – na zona fronteira executado por soldados e policiais dominicanos sob comando do ditador Trujillo. Estima-se que 25 mil haitianos – entre eles homens, mulheres e crianças – foram assassinados nesse episódio (Martinez, 1999, p.70). Esse genocídio e o controle militar da fronteira não respondiam simplesmente à política institucional de eliminação da presença de imigrantes ou de descendentes de haitianos em solo dominicano, mas cumpriam uma função muito mais sofisticada: definir os espaços socialmente adequados aos haitianos. E quais seriam? Os *bateys*, como são denominadas as áreas rurais dedicadas exclusivamente ao plantio da cana de açúcar. São comunidades criadas pela indústria açucareira com a finalidade de alocar os trabalhadores e suas famílias, geralmente isoladas e desprovidas de uma estrutura mínima de vida: sem acesso a saneamento, água potável, assistência médica e educação. Em meados de 1930, os *bateys* já se constituíam como espaços étnicos, uma vez que os

imigrantes haitianos eram predominantes nas atividades de plantio e de corte da cana-de-açúcar.

O Estado dominicano não almejava o fim da imigração haitiana ao país, mas o controle do fluxo desses imigrantes, de sua mobilidade e de sua força de trabalho. Há diversas tecnologias políticas de gerenciamento de populações que criam condições de controle de sua mobilidade e de sua força de trabalho. A mais importante delas é a criação de, para usar uma categoria de Carolina Moulin (2012), *modalidades de corpos móveis*. Em outras palavras, a definição de quem é cidadão, quem é estrangeiro, quem é migrante temporário, entre outras categorias possíveis, é uma tecnologia governamental de produção da diferença que, como corolário, estratifica tipos de mobilidades consideradas adequadas e restringe outras. O resultado não é a absoluta obstrução da entrada de certas categorias de indivíduos. Por mais que se tome o limite geopolítico de um território como um muro que detém o outro indesejado, a fronteira jamais deixará de ser porosa. Seu objetivo último não é obstruir e nem apenas selecionar a entrada, mas instituir a diferença: uma hierarquização daqueles cuja mobilidade é livre e outros que tem a clandestinidade imposta como modo de vida.

A população fronteiriça assassinada no genocídio de 1937 foi representada pela imprensa dominicana como uma massa recente de invasores haitianos que ameaçavam corromper a nacionalidade dominicana. O discurso nacionalista dominicano, por sua vez, era de caráter declaradamente anti-haitiano. Ele se caracterizava pelo essencialismo com ênfase na suposta branquidade, hispanidade e catolicismo absolutos da cultura/raça dominicana. Essa imagem se construía como negação do seu oposto, a nacionalidade haitiana, que seria completamente incivilizada, decadente, atrasada e africana. Esta dinâmica identitária era uma estratégia para apagar a memória das raízes africanas da nação dominicana e construir uma hispanidade idealizada. O massacre de 1937, assim como a política migratória restritiva que se seguiu, eram parte de um plano de dominicanização das zonas fronteiriças e de nova territorialização do controle do Estado (Derby, 1994; Martinez, 1999; Afonso & Cedano, 2005). Nesse sentido, a definição dos haitianos como ameaça emergente que clamava por uma solução foi uma construção ideológica que se tornou dominante a partir da década de 40. Muitos dos mortos no massacre de 1937 faziam parte da segunda geração de residentes de origem haitiana, além disso, já estavam plenamente estabelecidos e integrados à vida em sociedade na fronteira dominicana (Derby, 1994, p.508). Entretanto, eles não se encaixavam no critério estabelecido de dominicanidade. Essa ideologia anti-haitiana, abertamente

xenofóbica e racista, se mantém até os dias atuais (Rosa, 2007, 2010). Ela se revela em diversas facetas: acusações de incivilidade, comportamento moralmente impróprio, disseminação de doenças, mazelas sociais, sobrecarga dos serviços públicos, entre outras.

Investigar a relação histórica entre os dois países, Haiti e República Dominicana, é uma tarefa rica por revelar a dinâmica de funcionamento de mecanismos identitários, além de esclarecer técnicas governamentais de gestão da mobilidade, de reificação da alteridade, de racialização das relações de trabalho e de exploração. Cabe explorar mais o modo como se desenvolveu a divisão étnica hierárquica do trabalho nesse país, já que a marginalização de grupos étnico-raciais no contexto migratório brasileiro é uma realidade a ser evitada. A partir de 1930, a atividade de cultivo e corte da cana se tornou um nicho de trabalho de imigrantes haitianos no país. A presença de camponeses haitianos explorados nos *bateys* dominicanos ainda é significativa nos dias atuais (Rosa, 2010), mas também surgiram novos nichos de trabalho urbanos, com destaque para a construção civil, o serviço doméstico e o comércio de rua informal. Na ausência de dados oficiais confiáveis, estima-se que mais de 1 milhão de haitianos vivam atualmente na República Dominicana (Rosa, 2010). O Relatório Nacional sobre o Desenvolvimento Humano na República Dominicana⁴⁸ considerou uma estimativa média 416 mil haitianos residentes no ano de 2003, contabilizando apenas aqueles nascidos no Haiti e não seus descendentes.

As primeiras ações de recrutamento em larga escala de imigrantes haitianos para trabalhar nas indústrias açucareiras dominicanas foram gerenciadas pelo setor privado. A partir de 1930, com a consolidação do poder do Estado, o controle da mobilidade dos imigrantes foi gradualmente apropriado pelos governos, tanto dominicano como haitiano. Os contratos eram temporários, já que dessa forma se tornavam mais vantajosos: a indústria açucareira se apropriava ao máximo da força de trabalho dos imigrantes com um mínimo de custo e sem comprometer o país a oferecer os direitos de cidadania. Os imigrantes servem frequentemente de bode-expiatório para os problemas econômicos do país, no entanto são os responsáveis pelas riquezas acumuladas a partir da exploração de sua força de trabalho, o que é silenciado. A condição atribuída de imigrante temporário torna esses trabalhadores mais vulneráveis à exploração seu

⁴⁸Fonte: Informe Nacional para Desenvolvimento Humano (PNUD, 2005). Disponível em: <http://odh.pnud.org.do/publicaciones/informenacionaldesarrollohumano2005>. Acesso em: 01/12/2013.

trabalho. Os pagamentos são mais baixos, a imposição da disciplina é mais coercitiva e, no caso dos contratos, o controle sobre a oferta de mão-de-obra é quase absoluta, já que os contratados legalmente não são autorizados a abandonar o posto ou a buscar melhores condições de trabalho e dependem dos empregadores para voltar para sua terra de origem. A curta duração do contrato de trabalho também é vantajosa aos empregadores, já que em tais condições os contratados estariam menos dispostos a pressionar os patrões por melhores condições de trabalho e de salário, uma vez que disporiam de um curto tempo e um poder de barganha quase nulo. Outra estratégia frequente de exploração é o pagamento por quantidade produzida – tonelada de cana cortada e reunida – pois assim extrairia o máximo de produtividade dos trabalhadores até o limite de seus corpos sem a necessidade de supervisão da jornada de trabalho para tal. O contexto de acolhimento também influencia no grau de vulnerabilidade do imigrante em relação à exploração do seu trabalho. Quanto mais apartado de seus vínculos sociais originários – suas redes – mais vulneráveis eles se encontram. O estranhamento do contexto sociocultural do país de recepção também é um fator importante. Nesse caso, muitos camponeses haitianos recrutados como *braceiros* na indústria de cana-de-açúcar tem dificuldade com o espanhol. Se somarmos esses elementos à hostilidade da população dominicana frente aos haitianos, entenderemos o porquê de sua condição de extrema marginalização no mercado de trabalho.

Desde 1952, uma série de acordos oficiais entre os Estados haitiano e dominicano foram estabelecidos no que tange à contratação temporária de mão-de-obra haitiana pelas indústrias açucareiras dominicanas (Grasmuck, 1982). A oficialidade dos contratos não tornava as condições de trabalho mais dignas, pelo contrário, dava mais poder coercitivo aos contratantes para explorar a força de trabalho a custos mínimos. Os militares dominicanos que vigiavam a fronteira não apenas interceptavam os imigrantes clandestinos, impedindo de entrar em solo dominicano, mas sim os direcionava à força às indústrias açucareiras (Martinez, 1999). Se a mobilidade fosse livre aos imigrantes haitianos, eles não escolheriam os *bateys*, mas explorariam outros setores em expansão da economia dominicana com melhores oportunidades de trabalho. O uso da força pelo aparelho governamental era de extrema importância para manter esse regime de exploração. Durante a ditadura de Duvalier, por exemplo, os *tontons macoutes* eram mobilizados para recrutar trabalhadores à força, enquanto os militares dominicanos possuíam o direito legal, a partir dos contratos de trabalho, de repatriar os trabalhadores temporários quando o prazo expirasse (Martinez, 1999). Os abusos de poder eram

constantes, já que na prática não importava se os haitianos repatriados contra sua vontade eram os mesmos contratados para o trabalho temporário ou se eram quaisquer outros. Aqueles que se encontravam sob a condição de “imigrantes contratados para trabalho temporário” ou de “imigrantes clandestinos” poderiam ser livremente gerenciados pelo Estado, alocados nos setores mais lucrativos, independente das condições de exploração, e descartados quando necessário. O esquema de contratação só foi suspenso em 1986, com a queda de Baby Doc. Os meios clandestinos de imigração, no entanto, operaram mesmo quando os regimes de contratação estiveram vigentes.

2.2.3 – A América do Norte

Já mencionamos que o Canadá e os EUA são dois grandes destinos dos migrantes haitianos, no sentido de receberem um dos maiores contingentes migratórios e de apresentarem uma visibilidade maior no universo da diáspora haitiana, dado o prestígio dos mesmos. Abordaremos mais especificamente no presente tópico o contexto de recepção dos EUA e sua política migratória frente aos haitianos, já que existe uma abundante literatura a respeito.

A década de 60 marca o início da consolidação da rota migratória Haiti-EUA como estratégia das elites políticas, econômicas e intelectuais, assim como de outros segmentos profissionais de alta qualificação, os quais eram motivados pelo desejo de escapar do regime de repressão política de Duvalier e das restrições econômicas do país. Gradualmente se somaram a esses fluxos classes mais populares, urbanas e rurais, que fizeram da migração e dos circuitos transnacionais uma estratégia amplamente acionada por todos os segmentos da sociedade com vista à manutenção ou ascensão de suas posições de classe no país de origem (Basch, Schiller, Blanc, 1994).

O contexto de recepção dos EUA é marcado por um racismo arraigado em suas relações sociais. Os migrantes negros, independente da classe social ou do estado-nação de origem, inserem-se na sociedade norte-americana como segmentos subordinados em consequência do racismo. Em outras palavras, enfrentam mais obstáculos em sua inserção no mercado de trabalho, recebem salários menores e ascendem mais lentamente na carreira. A construção de identidades nacionais desterritorializadas é, nesse contexto, incentivada como uma forma de reconhecimento e de auto-afirmação desses grupos, além de ser um meio valorizado de participação política nos EUA. A

construção de identidades com ênfase nas noções de raça, etnicidade e nacionalidade encontrou terreno fértil no contexto norte-americano a partir da década de 60 (Basch, Schiller, Blanc, 1994). Não obstante, de início os imigrantes haitianos de classe alta que viviam nos EUA relutaram em assumir uma identidade étnica, uma vez que temiam a associação simbólica com seus conterrâneos de status inferiores e com os afro-americanos, que se encontravam nos estratos subalternos da sociedade norte-americana. Os clubes sociais de elite, de participação restrita, gradualmente cederam espaço no campo político às associações organizacionais de caráter mais abrangente, uma vez que fundamentada na noção de grupo étnico (Basch, Schiller, Blanc, 1994). As identidades, não obstante, se mantêm situacionais, ou seja, dependem dos contextos inter-relacionais para definir a configuração de distinções mais relevantes: de etnia, classe, raça, gênero, geração, entre outras. A maior incorporação na arena política norte-americana disponível aos imigrantes depende da afirmação de identidades étnicas com vínculos transnacionais, devido à hegemonia do multiculturalismo nos EUA.

A migração com destino aos EUA é realizada majoritariamente através mobilização da rede extensa de parentesco, que inclui não apenas os consanguíneos, mas outros tipos de vínculos que se inscrevem no registro das relações familiares: compadres, comadres, tios/as e primos/as (Basch, Schiller, Blanc, 1994). Além de facilitar a mobilização de recursos financeiros e de mão-de-obra, a rede de parentesco também opera como um centro a partir do qual se tece outros tipos de relações sociais transnacionais, como as de caráter religioso, comercial, profissional e organizacional (Basch, Schiller, Blanc, 1994). O dever de ser solidário com os seus, a crença nos interesses compartilhados e nas responsabilidades mútuas fazem dos vínculos de parentesco uma fonte de apoio e de confiança, mas não impede a existência de contradições internas, conflitos e exploração do trabalho.

As classes populares apresentam um campo de possibilidades mais restrito quanto às rotas migratórias, o que se reflete em uma maior aceitação de riscos. A escassez de recursos disponíveis, os níveis inferiores de escolarização e de qualificação profissional e a dificuldade com o idioma são obstáculos que interferem na escolha dos percursos migratórios. O acesso à migração legalizada é privilégio de poucos haitianos. As classes trabalhadoras urbanas e rurais frequentemente se veem na necessidade de recorrer à migração clandestina, o que as torna vulneráveis à exploração do trabalho no país de destino. A rota migratória clandestina de chegada pelo mar da Flórida em pequenas ou médias embarcações de carga se tornou popular entre as classes mais

pobres do Haiti, expondo-as ao risco de interceptação e de deportação pela Guarda Costeira norte-americana e de acidentes em alto mar em consequência das condições precárias dos meios de transporte. Esses imigrantes se tornaram conhecidos pela mídia como *boat people*.

As políticas migratórias norte-americanas voltadas aos haitianos são historicamente restritivas, caracterizadas por dispositivos seletivos, que favorecem a entrada de indivíduos que já possuem familiares residindo no país, que apresentem especializações profissionais escassas ou que disponham de uma grande quantidade de capital para investimentos, além das ações estatais recorrentes de interdição, deportação e inclusive de detenção temporária de imigrantes clandestinos interceptados pela Guarda Costeira (Charles, 2006; Mitchell, 1994).

Antes de prosseguir a análise da política migratória norte-americana, cabe apresentar sucintamente⁴⁹, os dois principais instrumentos internacionais de proteção aos refugiados, os quais padronizam minimamente a definição do status de refúgio. De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, o refugiado é aquele que teme ser perseguido por motivos de *raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política* e que se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país. A Convenção de Genebra, no entanto, apresentava uma limitação de tempo: apenas considerava os eventos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951. O Protocolo de 1967 foi estabelecido para eliminar quaisquer restrições de espaço e de tempo. Os Estados signatários que incorporaram⁵⁰ esses instrumentos em suas legislações internas, como os EUA, se comprometeram a cooperar com o Alto Comissariado das Nações Unidas na supervisão da aplicação desses instrumentos, mas – em última instância – o reconhecimento do *status* de refugiado depende da decisão das instituições internas ao Estado, já que prevalece o princípio de soberania do mesmo. Entre os princípios fundamentais dos dispositivos internacionais de proteção ao refugiado está a não discriminação por raça, religião, sexo e país de origem e a cláusula de não devolução, ou seja, o impedimento do ato de deportação do refugiado, após o reconhecimento oficial de seu *status*, com destino ao país em que o mesmo ainda sofra perseguição.

⁴⁹ A lógica subjacente à classificação dos tipos de mobilidade, como o refúgio, será analisada mais detidamente no Capítulo 3.

⁵⁰ As legislações internas quanto ao refúgio podem conter adaptações, desde que não descaracterizem os princípios fundamentais dos acordos internacionais sobre o tema.

Desde o início da constituição dos EUA suas políticas migratórias têm sido moldadas a partir de uma concepção restritiva de cidadania, que estabelece acessos diferenciados aos direitos a depender da raça, etnia e religião (Charles, 2006). A desigualdade no tratamento aos imigrantes é claramente demonstrada pelo sistema de cotas diferenciadas por nacionalidade que foi estabelecida em 1924 (Charles, 2006, p.194). Os imigrantes de descendência africana eram marginalizados e excluídos através desse sistema de cotas, já que eram percebidos como indesejáveis devido a sua inadequação ao projeto de construção da nação norte-americana e ao racismo institucionalizado.

Durante o regime ditatorial de Papa Doc e Baby Doc no Haiti, apenas uma parcela diminuta dos imigrantes haitianos tiveram suas solicitações de refúgio autorizadas pelos EUA, apesar do reconhecimento por organismos internacionais da gravidade da situação de medo, insegurança e repressão política violenta que se desenvolvia no Haiti. Ao invés de ratificar os pedidos de refúgio dos imigrantes haitianos, o governo dos EUA opta, em 1981, por instituir um acordo de repatriamento com o governo ditatorial do Haiti. Esse pacto autorizava a Guarda Costeira norte-americana a realizar patrulhas em águas internacionais a fim de coibir os fluxos crescentes de migrantes clandestinos e deportá-los ao Haiti. Essa atitude do governo norte-americano demonstra claramente a influência de interesses geopolíticos externos no reconhecimento da situação de refúgio, além do racismo institucional.

A continuidade da ditadura dos Duvalier representava uma garantia contra o avanço do comunismo na região caribenha, o que foi considerado mais relevante pelo governo norte-americano que os danos sociais sofridos pela sociedade haitiana. O reconhecimento do *status* de refugiado, portanto, depende da relação entre os governos do país de acolhida e os do país de origem do solicitante (Mitchell, 1994). Se a relação é amistosa ou há interesses envolvidos na manutenção da mesma, a existência de um regime repressivo que em tese justifique o “fundado medo de perseguição” não impedirá uma interpretação em contrário. As concessões de refúgio pelos EUA seguiam na prática um padrão identificado por Charles (2006), que estavam em conformidade com sua política externa: solicitantes oriundos de países comunistas – com destaque para o Leste Europeu e Cuba – apresentavam mais chances de obter refúgio. Eles se encaixavam perfeitamente na imagem de “vítimas” de um contexto político opressor na visão norte-americana, no caso, o comunismo, elegido como seu grande inimigo externo.

A interceptação de embarcações suspeitas de atuar na imigração clandestina de haitianos pela Guarda Costeira ainda em águas estrangeiras era uma estratégia para contornar as diretrizes internacionais relativas à proteção aos refugiados. Todo país signatário da Convenção de Genebra de 1951 e do Protocolo de 1967 se compromete a garantir que indivíduos de quaisquer nacionalidades exerçam o direito de ter seu pedido de refúgio analisado. Entretanto, se eles são impedidos de entrar em território norte-americano, não se encontram ao alcance da jurisdição das cortes e, portanto, não estão em condições de apelar à proteção do refúgio (Charles, 2006; Mitchell, 1994). Esses atos de interceptação ocorriam simultaneamente a outros de caráter igualmente abusivo, como a detenção de imigrantes clandestinos por tempo indeterminado e em condições precárias de vida.

A implementação dessas políticas migratórias restritivas pelos EUA não ocorreu sem contestações. Além da oposição relativa dos organismos internacionais, a ONU e a OEA, que nunca impuseram sanções efetivas aos EUA, existia aquela exercida por organismos defensores dos direitos humanos, alguns grupos políticos afro-americanos e, claro, a comunidade de haitianos residentes nos EUA. Na década de 80, ao mesmo tempo em que as políticas migratórias restritivas adquiriam mais popularidade na mídia e na opinião pública norte-americana, foi criada a Coalisão Nacional pelos Refugiados Haitianos, que reuniu quarenta e duas organizações norte-americanas e haitianas de caráter religioso, profissional e em defesa dos direitos humanos (Charles, 2006, p.203). A comunidade haitiana nos EUA exerceu um papel significativo ao responder criativamente às diretrizes e posicionamentos governamentais a fim de influenciar no reconhecimento e na adoção de seus interesses e agendas políticas (Charles, 2006; Mitchell, 1994).

Em relação às ditaduras de Papa Doc e Baby Doc, conformou-se um relativo consenso na comunidade haitiana em defesa do caráter político das migrações de seus conterrâneos (Charles, 2006). Nesse sentido, a contestação às políticas estatais valia-se da mesma gramática de classificação dos tipos de mobilidade que estava presente no discurso oficial norte-americano e nos instrumentos internacionais de proteção ao refugiado. Defender a categorização dos imigrantes indocumentados como refugiados implicava, de acordo com essa gramática, representá-los eficazmente como vítimas de causas políticas exógenas à vontade dos solicitantes, as quais deveriam necessariamente configurar um “fundado temor de perseguição”. Essa óptica excluía a pobreza extrema como motivo suficiente para a concessão legítima do refúgio. Apesar das contestações

por parte de grupos específicos, os EUA continuaram a negar sistematicamente as violações dos direitos humanos que ocorriam no Haiti durante a ditadura dos Duvalier. Aos imigrantes haitianos restava a classificação como imigrantes econômicos, o que limitava a chance dos mais pobres em entrar legalmente nos EUA com seus direitos reconhecidos, já que essa classificação não goza de nenhuma proteção diferencial de acordo com o direito internacional que não os direitos humanos.

Os imigrantes haitianos eram representados pelo Estado norte-americano como grupo de difícil assimilação e administração (Charles, 2006). A partir das discussões por nós realizadas, torna-se evidente que a definição do grau de assimilação é – em grande medida - efeito de um processo de reificação da diferença. Outras ações estatais de classificação do outro, além das políticas migratórias, também contribuem à reificação da diferença. Em 1982, por exemplo, os haitianos foram classificados como principal grupo de risco de AIDS pelo Centro de Controle de Doenças dos EUA, o que intensificou as tendências anti-haitianas expressas pela opinião pública. As dinâmicas classificatórias, embora assimétricas, não são unidirecionais, uma vez que congregam as inter-relações entre as auto-representações e as atribuições externas. É o que indicam Glick-Schiller e Fouron (1990) ao analisar as disputas e os movimentos de ressignificação das categorias acusatórias direcionadas aos imigrantes haitianos no referido contexto norte-americano. De um lado existia a imagem dominante de que os imigrantes haitianos seriam os principais agentes causadores da violência urbana, do crime, do aumento do tráfico de drogas e dos índices de desemprego, além de serem veiculados como a população em risco de AIDS. De outro lado, existia o esforço por parte da comunidade haitiana em transformar a imagem negativa de si como população “*at risk*” para população “*in danger*”, ou seja, ressaltar que os imigrantes haitianos possuíam mais chances de sofrerem maus tratos e enfrentarem obstáculos criados por vários estados-nação contra a sua entrada, além da resgatar a espoliação exercida historicamente pelos países desenvolvidos em relação ao Haiti.

No início da década de 90, em consequência de uma ordem de restrição que impediu temporariamente a deportação dos imigrantes haitianos sem o respeito aos procedimentos previstos por lei – entre eles a oportunidade de avaliação dos pedidos de refúgio – os EUA optaram por criar um campo em Guantánamo para receber os candidatos ao refúgio e analisar a elegibilidade dos mesmos (Charles, 2006). Em aproximadamente um ano de abertura, apenas 32,6% das solicitações de refúgio foram julgadas plausíveis (Mitchell, 1994, p.74). Em pouco tempo o campo de Guantánamo

foi fechado com o argumento de que ele atraía um número cada vez maior de imigrantes. A política migratória voltou-se novamente à interceptação e deportação sem possibilidade de solicitação de refúgio.

Se a comunidade haitiana residente nos EUA apresentava um relativo consenso quanto à avaliação dos governos de Papa Doc e Baby Doc enquanto ditaduras que, por sua violência, impulsionavam a emigração de indivíduos que temiam a perseguição política, o mesmo não ocorreu em relação ao conturbado segundo mandato de Aristide (2001-2004). A comunidade haitiana estava mais ou menos propensa a criticar a negação sistemática do governo norte-americano em conceder refúgio aos imigrantes haitianos a depender do posicionamento frente ao regime de Aristide, se eram grupos aliados ou opositores (Charles, 2006). A comunidade haitiana sempre foi internamente heterogênea, com divisões por classe, cor, gênero, geração e opiniões políticas, mas esse foi o momento de maior cisão interna, o que prejudicou a solidariedade do grupo e, conseqüentemente, a sua força.

Em 2003, o Procurador-Geral dos EUA deliberou que a detenção de imigrantes haitianos por tempo indefinido e sem direito a fiança estava em conformidade com as leis, uma vez que a ação era justificada pela situação de risco à segurança da nação (Charles, 2006, p.202). Esse é apenas um exemplo da recorrente mobilização da razão de Estado como argumento decisivo que, no imaginário moderno, autoriza a execução de intervenções que refletem negativamente na vida de segmentos sociais inteiros. A razão de Estado se põe acima da moralidade comum e dos efeitos sociais catastróficos. Em suma, a tendência histórica de bloqueio das fronteiras aos haitianos continuou a imperar no contexto norte-americano e se mantém até os dias atuais.

A definição do refúgio em circunstâncias e contextos históricos particulares se encontra em campos de disputa entre atores sociais que, embora utilizem uma gramática comum, apresentam uma significativa margem de manipulação. O resgate histórico das relações entre o Haiti e outros países do mundo, assim como entre os imigrantes haitianos e seus múltiplos contextos de recepção, é profícuo por nos alertar para os deslocamentos de sentido possíveis em torno das categorias de ‘refugiado’ e ‘imigrante econômico’, da representação dos imigrantes pela sociedade receptora e dos esforços dos imigrantes em influenciar os modos de incorporação de seus conterrâneos.

2.3 – O terremoto como evento crítico

Partimos da perspectiva sustentada tanto por Veena Das (2007), quanto por Sahlins (1997), de não substancializar a distinção entre evento e estrutura ou entre ordinário e extraordinário como alternativas mutuamente excludentes, reconhecendo uma linha de continuidade entre eles e, por vezes, mesmo de sobreposição e de influência recíproca. As fronteiras entre evento e estrutura ou entre ordinário e extraordinário podem se mostrar nebulosas ao observador. Veremos que essas são dimensões abstraídas de um mesmo objeto, a experiência vivida, e não polos opostos. Mesmo os acontecimentos que destoam do comum e desafiam as gramáticas que informam as visões de mundo dos sujeitos sociais logo são incorporados ao cotidiano através da atualização de valores e práticas. Definir um evento como crítico ou extraordinário nos permite, portanto, ressaltar a sua capacidade de transformar realidades. É o que nos motiva a adotar essa perspectiva.

A relação entre evento e estrutura é objeto de uma reflexão mais detida em Sahlins (1997), que nos adverte contra os danos epistemológicos advindos da reificação da dicotomia entre evento e estrutura, que nos impede de apreender a cultura enquanto movimento. Na perspectiva de Sahlins (1997), se a estrutura é dinâmica e se realiza apenas na ação histórica, o evento é a relação entre um acontecimento e a estrutura ou estruturas envolvidas, estas definidas como relações simbólicas de ordem da cultura. Nesse sentido, o evento não é um mero acontecimento no mundo em suas formas supostamente objetivas, mas a relação entre um acontecimento e um dado sistema simbólico, o qual lhe confere sua significância. Nas palavras do autor:

“(…) é a significância que transforma um simples acontecimento em uma conjuntura fatal” (1997, p.191).

Ao aplicar essa perspectiva à análise do nosso objeto, o terremoto de 12 de janeiro de 2010, não o conceberemos como uma força da natureza propriamente dita, a qual imporia à experiência – a partir de seus supostos efeitos objetivos⁵¹ – um conjunto de significados unívocos e inescapáveis àqueles afetados direta ou indiretamente por ele. De modo contrário, entendemos o evento em questão como uma confluência de

⁵¹ Para Sahlins (2003), mesmo as categorias a partir das quais definimos a objetividade são culturais. O conceito de cultura seria capaz de superar o dualismo entre idealismo e materialismo por ser constituído a partir da noção de arbitrariedade do símbolo – e da lógica de classificação – em relação às propriedades concretas dos objetos e da natureza. Sahlins entende que a experiência diante da natureza e de seus objetos não conteria em si uma significação objetiva. A condição de possibilidade da experiência concreta do sujeito é o significado, que se constitui a partir de sua inserção diferenciada dentro de um sistema de relações e não de supostas propriedades auto-evidentes dos objetos.

fatores multidimensionais – sociais, culturais, políticos, econômicos, jurídicos, religiosos, demográficos, ambientais, entre outros – e multiescalares, que são atravessado por uma miríade de ideias e valores – não necessariamente coerentes entre si – que tornam o evento apreensível aos diferentes sujeitos sociais. A multidimensionalidade do *evento crítico* é sublinhada por Veena Das (1996), que o aciona como uma estratégia de escrita e de análise. Por atravessar diversas instituições simultaneamente, a descrição do evento crítico seria como uma incisão que revelaria a configuração específica de relações entre as instituições, seus diálogos e distanciamentos. Essa abordagem é vantajosa por se aproximar da experiência dos sujeitos sociais, que é una e não fragmentada em compartimentos das diferentes dimensões da vida.

O evento sempre carrega em si uma dimensão moral, o que não significa que essa seja facilmente identificável, mas em alguns casos são notórios. Seguem algumas palavras de George Samuel Antoine, cônsul do Haiti em São Paulo, amplamente divulgadas pela mídia⁵²:

“A desgraça de lá [o terremoto] está sendo uma boa pra gente aqui [o consulado], fica conhecido. Acho que de tanto mexer com macumba, não sei o que é aquilo. O africano em si tem uma maldição. Todo o lugar que tem africano tá foda” (14/01/2010).

O cônsul geral do Haiti em São Paulo, George Samuel Antoine, emitiu as opiniões acima depois de conceder uma entrevista ao canal de televisão “SBT Brasil” sem saber que ainda estava em gravação. O cônsul – de tez alva e origem haitiana – residia no Brasil desde 1975. Pela sua declaração, observamos claramente que, além de não se identificar com a religião de muitos haitianos, o vodu, considerava que a mesma seria a causa da catástrofe que assolou o Haiti. Nesses termos, o terremoto não era apreendido como um evento da natureza, mas como o vetor de castigo divino. Mencionamos essa visão de mundo apenas como mostra da complexidade do evento em questão e não com o objetivo de mensurar a sua abrangência, mas é certo que não se trata de um caso isolado de interpretação⁵³. A história do Haiti já nos mostra que culpar

⁵² Fonte: Desgraça no Haiti está sendo boa para nós aqui, diz cônsul no Brasil. Folha de São Paulo, São Paulo, 15 jan. 2010. Disponível em: [<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u679672.shtml>] Acesso em 05/04/2011.

⁵³ Há outros casos divulgados pela mídia. Marion Gordon Pat Robertson, pastor pentecostal norte-americano, criador e apresentador do programa cristão de televisão “The 700 Club”, atribuiu a ocorrência do terremoto de 12 de janeiro de 2010 a uma maldição divina que teria vindo para punir o povo haitiano devido à prática do vodu. Fonte: Guimarães, Lúcia. “Não posso ficar relaxando em casa”: Para Edwidge Danticat, os artistas que saem de um país como o dela tem a obrigação social de ir a campo e produzir sempre. O Estado de São Paulo. 7 de março de 2010.

e criminalizar o negro por sua condição, seja ela a escravidão, a pobreza, os conflitos civis, as doenças ou as catástrofes naturais, não são novidades: fazem parte de resquícios do colonialismo e do racismo que ainda resistem em ideologias ocidentais contemporâneas.

Mas o que define o modo como um evento será assimilado pelos indivíduos, ou melhor, o grau em que um evento será percebido enquanto ruptura ou enquanto continuidade com a ordem estabelecida, seja esta a cultura ou a experiência vivida? O terremoto que devastou o Haiti em janeiro de 2010 poderia ser apreendido de diversas formas pelos sujeitos sociais que o vivenciaram ou que foram de alguma forma afetados por ele: como um evento único e inesperado que se destacaria em meio ao longo histórico de desastres naturais – furacões, enchentes, tempestades, terremotos – que frequentemente atingem o Haiti; como a manifestação de uma mesma estrutura de acontecimentos, uma espécie de eterno retorno ou de ciclo de desastres; ou como mais um acontecimento que se soma à sucessão de outros cataclismos climáticos e ambientais, destinado à indiferenciação e apagamento com o transcorrer do tempo. O quadro teórico oferecido por Sahlins (1997) nos auxilia a responder essas questões. O autor propõe que a forma de assimilação do evento – o grau em que se aproximará de um *presente irredutível* ou de um *passado inescapável* – dependerá de dois fatores: a *ordem cultural* e a *situação prática*.

O modo de assimilação do evento depende, então, do sistema simbólico em particular, uma vez que cada um apresenta notórias diferenças quanto aos tipos de historicidades adotas, sendo estes mais ou menos abertos para a história. É importante ressaltar que, independente da aparência dos sistemas sociais ou culturais, seja ela de imobilidade ou de constante metamorfose, eles estão sempre em transformação, uma vez que são constructos históricos. Dito de outro modo, os sistemas culturais apresentariam variados tipos de historicidades, assim como de consciências históricas: uns valorizando os eventos mais pelo seu caráter singular e contingente e outros pela sua similaridade com a ordem constituída. Entretanto não devemos concluir que, de acordo com Sahlins (1997), os sistemas culturais determinem de forma absoluta e sem interferências imprevistas o sentido dos objetos e dos eventos. É nesse ponto que entra o

A mesma interpretação também foi retratada por uma reportagem do jornal Estadão, que trazia entrevistas com alguns dominicanos. Segue trecho: “Eles enfrentaram esta tragédia porque não acreditam em Deus, dizia um dominicano, logo respaldado pelos amigos. Todos no grupo temem que um novo tremor volte a castigar o Haiti, onde o vodu é largamente praticado, e afete também a República Dominicana.”. Fonte: Chacra, Gustavo & Chade, Jamil. *ONU alerta para o risco de onda de refugiados: Tragédia ameaça produzir maior emigração no Caribe em duas décadas*. O Estado de São Paulo. 19 de janeiro de 2010.

segundo fator considerado por Sahlins: a *situação prática*. A força argumentativa de Sahlins (1997) se encontra exatamente na tentativa de superar dicotomias esterilizantes como: estrutura e evento; sistema simbólico e referência prática ou, em outras palavras, o acionamento dos signos em referência a objetos ou eventos concretos, o que constitui propriamente a experiência humana. Essa postura é evidenciada pela escolha dos conceitos-chave de Sahlins, a saber, a ação simbólica e a estrutura da conjuntura, que são definidos por ele como:

“[a estrutura da conjuntura é o] conjunto de relações históricas que, enquanto reproduzem as categorias culturais, lhes dão novos valores retirados do contexto pragmático” (1997, p.160).

Compreender que o acionamento das categorias culturais pelos indivíduos em situações concretas constitui a própria condição de existência das categorias culturais, cuja reprodução envolve necessariamente a assimilação de conteúdos empíricos novos, em maior ou menor grau, serve como um alerta aos cientistas sociais. É sempre importante ter em mente que as ficções de estabilidade, imobilidade e circunscrição dos objetos culturais são construções nossas e não atributos dos mesmos.

Para Sahlins (1997), a ação simbólica sempre comportaria riscos e efeitos imprevistos ao sentido dos objetos e eventos. Isso ocorreria por dois motivos. Em primeiro lugar, os conceitos culturais são aplicados por sujeitos inteligentes, criativos e motivados pelos mais diversos projetos, que – por sua vez – dependem de diferentes experiências sociais e de interesses individuais. Além disso, o grau de abrangência em que uma nova improvisação de sentido será adotada pelos demais está relacionada intimamente às diferenças de poder e de interesses entre os indivíduos e grupos. Essas improvisações semânticas apresentam limites, uma vez que, mesmo para transformar o sentido de um signo, é necessário fazer referência ao sistema simbólico constituído historicamente, pois a comunicação pressupõe o compartilhamento de códigos mínimos que permitam a inteligibilidade. A ação simbólica é, portanto, um tipo de reconhecimento e classificação do mundo. Não obstante, esse ato de classificar o mundo para atribuir sentido ao mesmo não é tão simples, como adverte Sahlins (1997):

“As coisas não só tem sua *raison d'être* própria, independente do que as pessoas possam fazer com elas, como são inevitavelmente desproporcionais aos sentidos dos signos pelos quais são apreendidas” (p.9).

A desproporção entre o sistema simbólico classificatório e os objetos ou eventos específicos de referência é a outra razão do risco do acionamento de categorias em *situações práticas*. Em outras palavras, os sentidos atribuídos não encontram caminho

livre e sem obstáculos para serem indexados aos referentes no mundo, que são potencialmente refratários aos nossos projetos de significação. A admissão da influência das propriedades específicas dos objetos e dos eventos concretos nos processos de significação não é uma proposta simplista – no sentido de um materialismo radical – como poderia parecer a uma leitura apressada do autor. Os objetos e eventos apresentariam potencialmente à experiência, a partir de suas propriedades específicas, um quadro tão amplo e complexo de possibilidades de atribuição de relações sistemáticas diferenciais que jamais poderia ser totalmente expresso por uma linguagem. Nesse sentido, a “objetividade” absoluta da linguagem é impossível, já que a inteligibilidade pressupõe escolha e seleção. O acionamento dos signos – e da linguagem – opera sempre a partir de um ato classificatório que, portanto, requer a seleção limitada de relações de semelhanças e de distinções significativas da realidade, que – embora existam enquanto potencialidades do concreto – são incomensuráveis.

Tanto para Sahlins, quanto para Veena Das, respectivamente, os sistemas simbólicos ou as gramáticas interpretativas de referência não atuam como camisas de força aos indivíduos. Ambos os autores valorizam em suas abordagens a experiência dos sujeitos sociais como mecanismos de transformação da realidade. Veena Das também identifica essas possibilidades de transformação das visões de mundo através da falha de suas “gramáticas”. Segundo a autora:

“Boundaries between the *ordinary* and the *eventful* are drawn in terms of the failure of the grammar of the ordinary” (Grifo meu. 2007, p.7).

A falha em compreender o evento que, em um átimo, se impõe à apreciação e ao enfrentamento prático por parte dos sujeitos sociais, está sempre no horizonte das experiências sociais como virtualidade. O automatismo das interpretações do mundo é interrompido e dá lugar a uma reflexão mais detida, ou seja, um esforço criativo em estabelecer soluções possíveis e escolher a mais adequada aos projetos individuais ou coletivos. Foi o que aconteceu com as autoridades brasileiras, que de repente tiveram de lidar com o fluxo migratório de haitianos intensificado pelo terremoto. Veremos no capítulo seguinte como o Estado brasileiro chegou ao entendimento de que deveria criar um “visto humanitário” específico para os imigrantes haitianos, que ainda não figurava concretamente no campo de possibilidades da política migratória brasileira, mas foi a ele acrescentado. De toda forma, as soluções ou apreensões possíveis dos eventos críticos mobilizam o estoque de conhecimento disponível e a partir dele criam o novo.

No exemplo em questão, as normativas jurídicas nacionais e internacionais a respeito da migração, do refúgio e dos direitos humanos.

Sahlins tem o cuidado de deixar claro ao leitor que a cultura, enquanto um conjunto sistemático de relações diferenciais significativas entre categorias culturais, apenas existe como abstração e virtualidade na mente de antropólogos e de sujeitos sociais versados em tomar a cultura como objeto de reflexão. Mas o que existe na realidade são significados culturais em seus usos cotidianos. Em suma, o sentido dos eventos não é determinado nem pela criatividade livre do indivíduo; nem por características da realidade supostamente objetivas e auto-evidentes; nem por um sistema simbólico inerte e eterno.

Não dispomos de relatos detalhados a respeito das experiências da catástrofe vivida pelos haitianos, mas utilizaremos outras fontes de dados para pensar como a recorrente mobilização do evento do terremoto pelos imigrantes haitianos é uma das razões que impulsionaram a saída do país, o que foi indicado nas entrevistas e nas conversas informais realizadas durante o campo⁵⁴ em Tabatinga e em Manaus. Segue a fala de Lucien, imigrante haitiano que estava há dois anos e meio no Brasil:

“Lá no Haiti, a situação no nosso país... não digo... não era tão mal, mas depois do terremoto lá as coisas complicam muito, então nós deixamos o país pra buscar um lugar pra poder viver melhor e pra poder ajudar outras famílias que estiver longe de nós. Então este é o problema que fez a gente sair do país.” (Lucien, 33 anos).

Geralmente o terremoto era apresentado como um fator de agravamento do desemprego e das condições de vida da família no Haiti, o que justificaria o projeto de emigrar em busca de trabalho em outro país a fim de auxiliar aqueles que lá permaneceram. Além disso, é importante lembrar que as entrevistas são sempre direcionadas a um interlocutor específico ou a um grupo de interlocutores, no caso em questão, uma jovem estudante universitária brasileira. Faz sentido, portanto, que o evento do terremoto seja mobilizado pelos haitianos, uma vez que eles têm noção de que sua ocorrência era uma das raras informações amplamente conhecidas pelos brasileiros a respeito de seu país de origem. No caso da população⁵⁵ de Tabatinga foi constatado, através de entrevistas, que as informações mais difundidas a respeito do Haiti eram a ocorrência do terremoto, seguida da consciência da situação de extrema

⁵⁴ Foi realizado um pré-campo em Manaus entre os dias 19 e 31 de março de 2013, com um curto retorno de 5 dias em 26 de outubro do mesmo ano. O trabalho de campo propriamente dito foi realizado em Tabatinga-AM entre os dias 10 de setembro e 26 de outubro de 2013.

⁵⁵ Foram realizadas 32 entrevistas semi-estruturadas com moradores de Tabatinga, entre eles 22 brasileiros, 6 peruanos, 2 colombianos, 1 cubano e 1 jordaniano.

pobreza do país e da missão do exército brasileiro na ilha caribenha. Não há como afirmar que essa situação se confirme em outras regiões do Brasil por falta de dados, mas podemos realizar algumas suposições através da identificação dos temas mais abordados pela mídia a respeito do Haiti e dos haitianos. Segue um gráfico com os assuntos mais recorrentes nas reportagens do Estado de São Paulo no ano de 2010:



Figura 4 – Recorrência dos temas abordados nas reportagens do jornal Estadão referentes ao Haiti ou aos haitianos no ano de 2010. Não foi estabelecido um número limite de temas por reportagem analisada, sendo assim a porcentagem de recorrência temática tem como referência o universo total de reportagens analisadas: 304. (Gráfico de minha autoria).

Podemos notar que o terremoto foi o tema mais recorrente nas reportagens do ano de 2010 – está em 86% das notícias – seguido de outros temas correlacionados, como a assistência humanitária internacional e a atuação das forças de paz da MINUSTAH no cenário de devastação do terremoto. A extrema pobreza do país, que aparece explicitamente em 29% das reportagens, está subtendida em outros tópicos recorrentes, como a necessidade de recursos externos para o enfretamento da catástrofe e reconstrução do país. É válido notar também que o aumento do número e do destaque⁵⁶ de reportagens sobre o Haiti está relacionado à ocorrência do terremoto e à cobertura da tragédia. Paulatinamente as reportagens sobre o país diminuíram em número e em importância. De 304 matérias sobre o Haiti no jornal O Estado de São

⁵⁶ No caso do jornal O Estado de São Paulo, as reportagens relacionadas ao terremoto de 12 de janeiro de 2010 receberam uma classificação própria: “Especial: Tragédia no Haiti”, o que demonstra o destaque dado ao tema.

Paulo em 2010, passou-se a 61 em 2011 e 39 em 2012, ou seja, ocorreu um decréscimo de respectivamente 80% e 87% em relação ao ano de ocorrência do terremoto.

Além de figurar como uma das razões da migração no discurso dos haitianos – não a única, mas aquela que traz mais legitimidade às demandas de proteção, segundo a perspectiva do Estado brasileiro – o terremoto é acionado como marcador do tempo e da história do Haiti. Existe um Haiti pré-terremoto e um Haiti pós-terremoto, visão esta que não é construída apenas através da memória e do discurso dos haitianos, mas também pela mídia, que, ao abordar quaisquer assuntos referentes ao Haiti, frequentemente relembra o evento do terremoto como um fator necessário para compreender a situação atual do país em todos os aspectos. Se o terremoto enquanto evento crítico marca uma ruptura nas formas de vida dos haitianos, ele não inaugura o tempo de infortúnio do país e, nesse sentido, não é representado como a causa absoluta da decadência das condições de vida, mas como o ápice da ruína e a gota d'água que faz o copo transbordar. Nesse sentido, o terremoto também se transforma em uma potente metáfora capaz de expressar eficazmente a indignidade das condições de vida a que foram submetidos os haitianos: um tempo de penúria que sempre ameaça voltar. Segue o trecho de uma entrevista apresentada em uma reportagem⁵⁷ que discute as condições do abrigo destinado aos imigrantes haitianos em Brasiléia, no Acre:

“O que vivemos aqui em Brasileia não é para um ser humano. Eles nos colocaram de novo no Haiti que tínhamos logo após o terremoto: a mesma sujeira, o mesmo tipo de abrigo, de água, de comida. Isso me machuca e me apavora. Eu sabia que o caminho até aqui seria duro, porque você está lidando com criminosos, mas, ao chegar aqui no Brasil, estar num lugar desses é inacreditável.”⁵⁸ (Osanto Georges, 19 anos).

Osanto compara a situação de graves privações vividas no abrigo de Brasileia àquela sofrida após o terremoto que abalou o Haiti. Como dissemos, essa é uma forma eficaz de comunicar a desumanidade imposta aos haitianos no contexto de recepção da fronteira do Brasil. O município de Brasileia, com população de apenas 21.398 mil habitantes, de acordo com o censo de 2010 do IBGE, é a principal porta de entrada dos imigrantes haitianos em território brasileiro. Improvisou-se um abrigo a partir do espaço do Clube Social Brasiléia, que se mostrou absolutamente impróprio ao grande contingente de imigrantes. É um galpão de 200 m², de teto de zinco, o que aumenta o calor já intenso da região acreana, com capacidade para, quando muito, 200 pessoas.

⁵⁷ Fonte: Charleaux, João Paulo. O Haiti também é aqui: centenas de refugiados haitianos se amontoam num limbo humanitário na pequena Brasiléia. 7 de janeiro de 2014. Disponível em: [http://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/o-haiti-tambem-e-aqui/]. Acesso em 11/01/2014.

⁵⁸ A entrevista foi dada em *créole*, segundo informações da reportagem, em fevereiro de 2012.

Embora o fluxo de imigrantes seja inconstante, esse abrigo frequentemente recebe um número de indivíduos quatro vezes maior que sua capacidade, o que sobrecarrega a estrutura sanitária, tornando o espaço insalubre, ainda mais em um contexto onde a maioria dos imigrantes sofre de diarreia. Como a Polícia Federal tem uma capacidade limitada de emitir os protocolos de solicitação de refúgio, documento necessário para prosseguir viagem, muitos imigrantes chegam a esperar meses na cidade em meio a essas condições desumanas. Não é por acaso que essa nova experiência tem suscitado lembranças dolorosas do cenário pós-terremoto. A catástrofe gerou milhares de desabrigados que passaram a dormir nas ruas em barracas improvisadas por terem perdido suas casas ou por medo da ocorrência de novos tremores e desabamentos. Tempo depois, enquanto muitos se deslocaram para a casa de parentes em outras regiões do Haiti ou emigraram, outros continuaram vivendo em campos supostamente temporários para os desabrigados pelo terremoto, cujas condições de vida eram igualmente deploráveis. O abrigo em Brasileia, assim como outros espaços sociais, suscita a rememoração e, portanto, a atualização do evento crítico em outros cenários de vida.

Se a rota migratória Haiti-Brasil é, aos nossos olhos, um evento novo, o mesmo não acontece em relação aos próprios haitianos, que acumulam experiências históricas de deslocamentos internacionais, tanto os de caráter temporário como os mais permanentes. Constatamos, entretanto, que o evento crítico do terremoto se desdobrou em práticas sociais relativamente inovadoras. No capítulo a seguir abordaremos especificamente as transformações na política migratória brasileira a partir da criação e da instituição temporária do “visto permanente por razões humanitárias”, este voltado aos imigrantes haitianos.

Capítulo 3 – O Brasil como destino e suas categorias migratórias

O significado da imigração haitiana ao Brasil só pode ser por nós plenamente apreciado se considerarmos o que veio antes: o histórico das políticas migratórias nacionais. Embora o Brasil tente sustentar a autoimagem de um país acolhedor e hospitaleiro, que tradicionalmente não discriminaria os imigrantes por critério nenhum, seja de raça, nacionalidade, religião, cultura ou opinião política, essa representação não resiste nem mesmo a um exame rápido das práticas migratórias brasileiras, capaz de contradizer o mito nacional mais persistente: o da democracia racial.

Azevedo (1987) identifica a presença sistemática de visões racistas nas políticas imigrantistas brasileiras do final do século XIX. Elas eram marcadas pela crença na inferioridade racial do negro, ao mesmo passo que se exaltava a superioridade biológica e cultural dos europeus, estes situados no topo da escala civilizatória. Os negros seriam condenados por sua suposta incapacidade de adequação ao sistema de trabalho livre, que requer autodisciplina, racionalização das atividades produtivas, ética do trabalho e habilidade de lidar com uma ordem social competitiva: em suma, capacidade à ‘civilização’. Seja a noção racista do negro como incapaz de se incorporar ao mercado de trabalho livre devido a sua suposta inferioridade racial, sejam as noções mobilizadas pela historiografia, que pretendem explicar a marginalidade econômica, social e cultural do negro como consequências da herança deformadora da escravidão, ambas assumem acriticamente que a não incorporação do negro na sociedade brasileira era o único destino histórico viável. Dessa forma, as elites dirigentes se eximem da responsabilidade pelo fracasso da integração dos negros na sociedade após o fim da abolição, como se isso não fosse resultado de uma política deliberada de marginalização do negro pelo Estado.

Seyferth (2002) argumenta que o projeto de colonização a partir do agenciamento de imigrantes europeus, que foi concomitante à proibição da escravidão nas colônias, fazia parte de uma política reformista de caráter modernizante e civilizatório. Os imigrantes não deveriam substituir a força de trabalho dos escravos nas grandes propriedades, mas inaugurar um novo modelo de colonização. Ele seria assentado na produção agrícola a partir de pequenas propriedades familiares, que também cumpriam a meta de ocupação de terras públicas consideradas “vazias”. Desde meados do século XIX, as políticas imigratórias seguiam os desígnios da colonização e ocupação do território, os quais eram diretamente relacionados à missão civilizadora de

modernizar o país e de moralizar a sua população (Seyferth, 2002). É revelador que os projetos colonizadores excluía os contingentes nacionais, estes majoritariamente formados por negros, indígenas, mestiços, mulatos e caboclos, considerados bárbaros, atrasados e supersticiosos (Seyferth, 2002). Essa visão racista se alimentou do determinismo racial propalado pela comunidade acadêmica europeia no século XIX, mas que ainda persistiu até a década de 40, mesmo depois da crítica científica à ideologia do determinismo biológico, que visava afirmar a superioridade europeia (Seyferth, 2002).

As políticas migratórias do Império, na primeira metade do século XIX, selecionavam e incentivavam como colono ideal o agricultor europeu branco acompanhado de sua família (Seyferth, 2002). Nem todas as nacionalidades europeias eram igualmente valorizadas. Havia a avaliação das virtudes e dos defeitos pressupostos de cada nacionalidade europeia, com a seleção dos que exibiam maior pendor à agricultura (Seyferth, 2002). Além das habilidades produtivas, outras qualidades valorizadas eram o respeito à família e às autoridades governamentais, além da perseverança para desbravar as matas selvagens⁵⁹ e cultivar as terras (Seyferth, 2002). A partir desses critérios de eficiência agrícola, os alemães e os italianos eram os mais valorizados.

No final do século XIX, entretanto, ocorreu um pequeno desvio de concepção do imigrante/colono ideal: além dos requisitos anteriormente descritos, houve uma valorização mais acentuada dos estrangeiros considerados mais assimiláveis, em outras palavras, os que mais se aproximavam da formação latina e católica do país (Seyferth, 2002). Os naturais da Península Ibérica e da Itália ganharam preferência, enquanto os protestantes e as nações supostamente avessas à assimilação passaram à condição de indesejáveis. Nessa época surgiu a oposição mais forte à imigração em massa de alemães, pois – embora fossem considerados hábeis agricultores – eram vistos como menos assimiláveis (Seyferth, 2002). Já os africanos e os asiáticos eram classificados como indesejáveis desde as políticas migratórias iniciais. Havia a pressuposição de que a miscigenação com esses povos resultaria em mais degeneração física e moral da população brasileira.

⁵⁹ Não só as matas eram consideradas selvagens, mas também sua população nativa. Era esperado que a imigração europeia aplicada ao projeto colonizador e civilizador do território brasileiro também servisse aos propósitos de extinção dos indígenas, estigmatizados como bugres (Seyferth, 2002).

Desde a década de 1890, a questão da assimilação e da miscigenação ganharam maior destaque nas discussões sobre a definição das políticas migratórias brasileiras (Seyferth, 2002). A preocupação era selecionar imigrantes que contribuíssem à formação e à evolução do tipo nacional através do fortalecimento da latinidade, do catolicismo e, mais importante, pelo branqueamento da população brasileira (Seyferth, 2002). Não era suficiente qualquer tipo de assimilação, agora se desejava a integração dos imigrantes pela mestiçagem com os nacionais. De acordo com a tese do branqueamento, a população pretendida – irremediavelmente mestiça, mas com fenótipo branco – seria alcançada se o país mantivesse alto o fluxo de imigrantes europeus brancos assimiláveis – italianos, espanhóis e portugueses – e impedisse a entrada de negros e amarelos (Seyferth, 2002). Essa ideologia foi construída a partir da apropriação de teorias raciais europeias, mas adaptada à realidade do Brasil. As noções morfológicas de raça e a crença na superioridade europeia são mantidas, o que implica a inferiorização dos ex-escravos, negros, indígenas e mestiços que compõem a sociedade brasileira (Seyferth, 2002). Entretanto, a miscigenação não é condenada totalmente. Acredita-se que, obedecendo a certos critérios de seletividade, é possível desenvolver o tipo brasileiro: ibérico, católico, mestiço, mas de feições brancas (Seyferth, 2002).

O nacionalismo assimilacionista foi intensificado com o Estado Novo. Além de favorecer a entrada dos europeus de nacionalidades latinas através de um regime de cotas migratórias e impedir o enquistamento étnico através da fundação de colônias mistas, o governo também criou campanhas de nacionalização para impor a assimilação às etnias tidas como exclusivistas, como os alemães e os japoneses⁶⁰ (Seyferth, 2002). Como exemplo, a partir de 1939 e durante toda a Segunda Guerra Mundial, proibiu-se o uso público de línguas maternas estrangeiras, fecharam-se instituições de caráter étnico e impôs-se o “espírito nacional” através da educação cívica (Seyferth, 2002). Diferenças de natureza racial, étnica e cultural eram desqualificadas, afastadas e combatidas como ameaças imaginadas à segurança e à unidade do Estado-nação (Seyferth, 2002).

Além da seletividade dos fenótipos raciais, das origens nacionais e das capacidades produtivas dos imigrantes, que foi característica das políticas migratórias brasileiras desde o Império até o Estado Novo, existia também a exclusão de

⁶⁰ Apesar de considerados como inassimiláveis, os japoneses e os alemães mantiveram um fluxo migratório significativo em direção ao Brasil (Seyferth, 2002). Os japoneses eram vistos como bons agricultores, mas temia-se sua miscigenação com o povo brasileiro, já que se afastavam do ideal de latinidade. Entretanto, no início do século XX e especialmente na década de 30, ocorreu uma expressiva entrada de japoneses majoritariamente destinados a São Paulo. O fato do Japão se destacar como potência econômica asiática foi decisivo para a abertura das fronteiras aos imigrantes japoneses.

indesejáveis mesmo dentro do seleto grupo de europeus: desordeiros, criminosos, mendigos, vagabundos, portadores de doenças contagiosas ou deficiências físicas ou mentais, velhos, ativistas políticos, apátridas, refugiados e ciganos (Seyferth, 2002). É importante lembrar que os refugiados só se tornaram objetos de proteção internacional em 1951, a partir da Convenção das Nações Unidas em Genebra. Ademais, o Brasil só incorporou as normativas internacionais a respeito da proteção aos refugiados em 1997, ou seja, muito recentemente.

Atualmente as políticas migratórias no Brasil não obedecem a critérios raciais explícitos, mas a exigências de ordem econômica. Priorizam-se os imigrantes que apresentam a capacidade financeira e a intenção de realizar investimentos no país e também os que exibem alta qualificação profissional, principalmente quando atendem a demandas específicas do mercado de trabalho brasileiro que apresentam escassez de candidatos nacionais. É notório, portanto, como o Brasil nunca teve uma política que favorecesse a entrada de imigrantes negros, apenas quando inclusos na condição de escravidão. Se hoje ela não é mais vetada diretamente, também não é incentivada. Nesse sentido, a criação de um visto direcionado aos imigrantes haitianos, majoritariamente negros, mesmo que através de uma resolução normativa temporária, posto que vinculada aos efeitos do terremoto, é uma novidade.

Antes de analisar o impacto do terremoto enquanto evento crítico na definição das políticas migratórias brasileiras, é importante elencar alguns fatores de atração do Brasil como destino migratório aos haitianos. Silva (2012) explica a construção do imaginário do Brasil como “eldorado” aos olhos haitianos através de fatores como: a visibilidade do mesmo através da atuação do exército brasileiro na liderança das forças de paz da ONU desde 2004; a robustez da economia brasileira – a 6ª no ranking dos maiores PIBs mundiais no ano de 2010 – em face da desaceleração das economias europeias; o aumento das restrições à entrada de migrantes nos países centrais; e o discurso da diplomacia brasileira no cenário internacional, que se posiciona como defensor ativo dos direitos humanos e como incentivador da cooperação dos demais países na reconstrução do Haiti. Quanto ao primeiro fator, a liderança do Brasil frente à missão de estabilização do sistema político democrático do Haiti – nomeadamente, a MINUSTAH –, ela certamente exerceu uma influência na constituição do nosso país no imaginário haitiano que não pode ser ignorada, embora não estejamos defendendo que este seria nem o único fator, nem um dos mais determinantes na atração dos referidos imigrantes. Curioso é o fato aparente de o Brasil não ter antecipado um dos possíveis

efeitos colaterais do destaque de suas Forças Armadas no Haiti: a emergência de um fluxo migratório de haitianos em direção ao território brasileiro. Agora os olhos do mundo inteiro não apenas avaliam a liderança do Brasil na missão de paz no Haiti, mas especialmente a forma como o país está lidando com a chegada dos imigrantes haitianos em nosso território. No afã de conquistar um status maior no Conselho de Segurança da ONU, o Estado brasileiro parece ter ignorado ou, ao menos não dado a devida atenção, à capacidade das políticas migratórias nacionais revelarem mais sobre as habilidades diplomáticas do país e sobre o caráter de seu compromisso com o Haiti do que a atuação militar isolada das Forças Armadas na MINUSTAH.

Declarações como a proferida pela presidenta Dilma Rousseff à imprensa em sua visita ao Haiti, no dia primeiro de fevereiro de 2012, é um exemplo emblemático do esforço brasileiro em conquistar reconhecimento de seu papel de líder na América Latina, cujo maior sucesso seria obter um assento de caráter permanente no Conselho de Segurança da ONU. Em suas palavras: “Reiterei que continuaremos cooperando com vistas a criar, para os haitianos, condições melhores de vida no próprio Haiti. Deixei claro, no entanto, que, como é de natureza dos brasileiros, estamos abertos a receber os cidadãos haitianos que optem por buscar oportunidades no Brasil”⁶¹. Essa declaração de Dilma Rousseff ganhou repercussão na mídia haitiana e somou-se a outros incentivos subjetivos à migração, embora o objetivo da presidenta não fosse esse, mas divulgar a resolução normativa n°97 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), de 12 de janeiro de 2012, a qual institui o visto permanente por razões humanitárias, que foram especificadas como aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto.

A criação da resolução normativa n°97 do CNIg, dois anos depois da catástrofe do Haiti, foi uma resposta do Estado ao expressivo fluxo de haitianos com destino ao território brasileiro. A solicitação de refúgio, geralmente nos próprios municípios brasileiros fronteiriços – com destaque para as cidades de Tabatinga, no estado do Amazonas, e de Brasiléia, no Acre – se tornou um procedimento comumente adotado pelos imigrantes haitianos que deixaram o país após o terremoto de 12 de janeiro de 2010. O ingresso inédito e relativamente imprevisível de numerosos grupos de imigrantes haitianos em território brasileiro representou um novo desafio ao Estado, uma vez que a situação dos haitianos, dentro das possibilidades de tipificação jurídica, não encontrava

⁶¹ Disponível em: [<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-porto-principi-haiti>]. Acesso em 10/04/2013.

anteriores semelhantes e soluções consolidadas na legislação migratória interna, nem nos marcos do direito internacional.

Criado pela lei Nº 9.474/97, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) tem como uma de suas competências avaliar as solicitações de refúgio no Brasil e declarar o reconhecimento do status de refugiado em consonância com os marcos jurídicos do direito internacional referente ao refúgio, especialmente as diretrizes da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, do Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967 e da Declaração de Cartagena de 1984. O CONARE é um órgão colegiado⁶², no âmbito do Ministério da Justiça, composto por representantes de órgãos governamentais, da sociedade civil e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Este último, criado em 1950 pela Assembleia Geral da ONU com a finalidade de proteger e assistir aos refugiados, além de intermediar processos de repatriação, integração local e reassentamento, tem direito a voz nas reuniões do CONARE, mas não a voto. O entendimento do CONARE a respeito do caso dos haitianos não foi imediato, diversas discussões oficiais foram realizadas com a finalidade de propor um caminho jurídico que resultasse em uma proteção diferenciada a esses imigrantes. Mais revelador que a via jurídica construída – a concessão do visto permanente por razões humanitárias – é o fato de o CONARE entender que a imigração haitiana deveria ser pensada a partir do marco jurídico da *migração forçada*. Mas para compreender essa perspectiva, é antes necessário abordar os conceitos de refúgio a partir das diretrizes internacionais mais consolidadas.

A Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 é o instrumento que inaugura a definição jurídica internacional do refúgio e o seu direito especial de proteção. Os termos dessa convenção predominam até hoje como definição internacionalmente acordada do refúgio, estando naturalmente incorporadas na legislação brasileira. Os incisos I e II do artigo 1º da lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, correspondem às diretrizes da referida convenção. Eles reconhecem como refugiado todo indivíduo que:

- I- devido a *fundados temores de perseguição* por motivos de *raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas*, encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

⁶² A estrutura do CONARE é composta por representantes de cinco ministérios – Ministério da Justiça, que preside o órgão colegiado; Ministério das Relações Exteriores, que exerce a vice-presidência; Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Saúde e Ministério da Educação –, da Polícia Federal, de ONGs que oferecem assistência aos refugiados e do Alto Comissariado das Nações Unidas.

- II- não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior. (Grifo meu).

De acordo com a interpretação do ACNUR, de outros organismos internacionais e de estudiosos do direito, a definição de refúgio tal como prevista na Convenção de Genebra de 1951 é *numerus clausus*, ou seja, não há margem para uma interpretação extensiva dos motivos reconhecíveis do refúgio para além dos cinco já citados expressamente pela normativa (Claro, 2011; Pereira, 2011). Além disso, há outros requisitos fundamentais que devem ser cumpridos a fim de configurar o refúgio, a saber: a existência de um *fundado temor de perseguição*; e a *incapacidade do Estado* de origem do solicitante ou de residência habitual, no caso dos apátridas, *de oferecer proteção* ao mesmo. Como o próprio termo indica, o fundado temor de perseguição inclui dois componentes fundamentais: um subjetivo, o medo alegado pelo indivíduo; e um objetivo, a constatação de um contexto sociopolítico de perseguição.

A Convenção de Genebra de 1951 ainda inaugura a instituição do princípio do *non-refoulement*, que é o impedimento da devolução do estrangeiro solicitante de refúgio antes deste ter seu pedido analisado pelas autoridades competentes, mesmo que ele ingresse no país ilegalmente. E se a condição de refúgio for reconhecida, o país de acolhimento não poderá deportar o indivíduo contemplado ao seu país de origem até que as circunstâncias de perseguição que motivaram sua migração tenham cessado. O princípio de não devolução está previsto na legislação brasileira, mais especificamente, no parágrafo 1º do artigo 7º da lei nº 9.474/97:

“Em hipótese alguma será efetuada sua deportação [do solicitante de refúgio] para fronteira de território em que sua vida ou liberdade esteja ameaçada, em virtude de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política”.

O artigo 8º da mesma lei assegura a não deportação do estrangeiro solicitante de refúgio mesmo nos casos de ingresso irregular ao território brasileiro. A única exceção que permitiria violar o princípio de *non-refoulement* ocorre quando o refugiado é considerado um perigo para a segurança nacional, ou seja, a soberania do Estado é garantida em última instância. Como não se pode alegar que os imigrantes haitianos representam um risco à segurança do país, eles têm o direito por lei de adentrar as fronteiras nacionais e solicitar junto às autoridades competentes o reconhecimento do refúgio. Durante o tempo de análise do pedido de refúgio, os imigrantes se encontram em situação temporariamente regular.

Também ratificado pelo Estado brasileiro, o Protocolo de 1967 não traz modificações significativas aos critérios de definição do refúgio já contidos na Declaração de Genebra, apenas elimina as suas restrições de espaço e tempo, já que esta última se aplicava apenas aos eventos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951.

A legislação brasileira avança em relação à Convenção de Genebra de 1951, já que não somente incorpora seus termos, como também expande os critérios de aplicação do instituto jurídico do refúgio com a assimilação das recomendações da Declaração de Cartagena de 1984. Elas estão expressas no inciso III do artigo 1º da lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, que complementa os outros dois já apresentados, ao considerar como refugiado também o indivíduo que:

- III- devido a *grave e generalizada violação de direitos humanos*, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. (Grifo meu).

Embora amplie o estatuto do refúgio para casos de indivíduos que sofrem de grave e generalizada violação dos direitos humanos, essa nova hipótese só deve ser aplicada – de acordo com as interpretações mais consolidadas do Direito Internacional – se vier acompanhada do elemento da *perseguição* e da incapacidade do Estado de origem de oferecer proteção. A natureza ou o clima não podem ser designados como agentes de perseguição, pois não podem assumir responsabilidade jurídica pelos “atos” praticados (Pereira, 2011, p.230). A partir dessas considerações, o CONARE concluiu que os casos dos imigrantes haitianos que deixaram o país devido às consequências funestas do terremoto não se enquadrariam no instituto do refúgio, mas ainda sim demandariam uma proteção diferenciada por serem considerados como resultantes de uma forma de “deslocamento forçado”.

É importante salientar que, se por um lado o conceito de “refúgio ambiental” desfruta de inegável popularidade no universo acadêmico-científico pelo menos desde a década de 80, geralmente citado em pesquisas sobre as tendências globais relativas a mudanças climáticas e catástrofes naturais, sua presença nos debates dentro do campo do Direito Internacional dos Refugiados ainda é muito recente e frágil (Pereira, 2011). Não há quaisquer instrumentos jurídicos internacionais consolidados sobre esse tipo de categoria e, além do mais, as perspectivas de criação de um mecanismo de proteção amplamente aceito pela comunidade internacional aos indivíduos deslocados em virtude de eventos ambientais extremos e que solicitam abrigo em outros países são muito remotas. O fato de existir uma relação íntima entre fatores ambientais e fatores

econômicos – que se sobrepõem como impulsionadores de movimentos migratórios internacionais – dificulta ainda mais o estabelecimento de um consenso acerca dos critérios de definição jurídica do refúgio ambiental. Não é por acaso que os países mais afetados por desastres ambientais sejam os mais pobres, pois não se trata da incidência de eventos naturais em si, mas da capacidade dos Estados de lidar com seus efeitos devastadores. Essas características fazem com que os refugiados ambientais se aproximem muito das chamadas migrações econômicas a ponto de se confundirem com elas. E essas últimas não gozam de nenhuma proteção internacional diferenciada, apenas o respeito aos princípios dos direitos humanos.

A categoria proposta por Carolina Moulin (2012), *modalidades de corpos móveis*, ajuda a compreender a lógica que subjaz o Direito Internacional do Refúgio, que despolitiza as situações de pobreza extrema como algo puramente econômico. O estabelecimento de modalidades jurídicas de corpos móveis – a definição de quem é cidadão, quem é estrangeiro, quem é migrante temporário, entre outras categorias possíveis – é uma tecnologia governamental de produção da diferença que, como corolário, estratifica tipos de mobilidades consideradas adequadas enquanto restringe outras.

Há uma significativa distância entre a ideologia de neutralidade subjacente aos instrumentos internacionais de proteção ao refugiado, como a Convenção de Genebra de 1951 e o Protocolo de 1967, e sua aplicação na realidade concreta, que revela a inescapável parcialidade dos processos de classificação dos tipos de fluxos migratórios: migração econômica ou refúgio. As categorias em questão são construções sociais que, como tais, estão erguidas em cima de valores e, portanto, dependem dos posicionamentos políticos dos envolvidos. Não são meras descrições objetivas de um estado de coisas.

As decisões em torno das solicitações de refúgio, portanto, não dependem apenas da incorporação dos instrumentos internacionais de proteção ao refugiado, mas de uma configuração de múltiplos fatores. Entre eles: a dinâmica entre fatores internos ao Estado e fatores externos; a relação política entre os países de origem e os de destino dos migrantes; as diretrizes ideológicas, as estratégias geopolíticas internacionais e as políticas de segurança nacional do país de acolhimento; a concepção de cidadania do país de recepção e sua interface com as noções de raça, etnia e religião; a opinião pública nacional e internacional; o posicionamento dos refugiados e de seus conterrâneos residentes no país de destino; a pressão de organizações em defesa dos

direitos humanos e de organismos internacionais como a ONU e a OEA, estas últimas habilitadas a impor sanções aos países que infringem seus critérios de respeito aos direitos humanos (Charles, 2006; Mitchell, 1994).

Há uma significativa margem de manipulação na classificação dos fluxos migratórios em refúgio ou em migração econômica pelos atores sociais implicados nesse processo: os organismos internacionais de proteção aos refugiados; o Estado-nação receptor dos migrantes; os candidatos ao refúgio; e os seus conterrâneos que já residem legalmente no país de acolhimento (Charles, 2006). O critério consolidado de definição do refúgio é construído a partir de duas questões fundamentais: a necessidade do deslocamento, se voluntário ou imposto por forças externas ao indivíduo; a natureza prevalente do deslocamento, se econômica ou política. A interpretação dessas questões varia de acordo com os fatores já aqui apresentados. A existência de variações interpretativas na aplicação concreta das categorias de mobilidade não exclui o acionamento diferenciado de uma gramática compartilhada pelos atores sociais em disputa.

A análise da referida gramática que orienta as definições de refugiado e de imigrante econômico é realizada por Moulin (2012), que caracteriza os movimentos de classificação dos tipos de mobilidade como tecnologias políticas de gerenciamento de populações. Segundo a avaliação da autora, os critérios normativos que orientam essas classificações estão intimamente articulados à visão de mundo moderna, que forja a normalidade e a anormalidade dos fluxos migratórios e, como corolário, os objetos de intervenção dos Estados. O registro das categorias de mobilidade como descrições objetivas se inscreve como estratégia de legitimação das intervenções estatais sem oportunizar a crítica a seus pressupostos normativos.

A crítica ao sistema dominante de tipificação da mobilidade passa, portanto, por uma análise da estrutura do pensamento ocidental moderno. Um dos maiores expoentes nesse campo de investigação é Dumont (1985), que identifica as ideias e os valores centrais na composição da ideologia moderna e seus desenvolvimentos no decorrer da história do Ocidente. A oposição categórica entre o refugiado e o imigrante comum apenas faz sentido em consequência do destacamento da política enquanto esfera autônoma da realidade no interior da visão de mundo moderna. Concebemos o mundo

como um conjunto de domínios⁶³ mais ou menos autônomos entre si no que se refere às dinâmicas internas de seu funcionamento. Segundo Dumont (1985), o ápice da autonomização da esfera política corresponderia à constituição desta como ciência independente. A partir desse estágio, o domínio político seria regido apenas pelo novo princípio de razão de Estado, este apartado da religião e da moral privada, ambas relegadas ao espaço da consciência do indivíduo. Como consequência desse quadro, no imaginário moderno a razão de Estado só está sujeita a questionamentos formulados a partir de sua própria linguagem – a soberania do Estado – sendo imune a outras esferas da vida. O registro da razão de Estado no campo da técnica e da ciência cria condições para a execução de dramáticas intervenções e gerenciamento de populações, com poder de decisão sobre a vida e a morte dos indivíduos, estas reduzidas a cifras distantes.

Outra característica da mentalidade moderna, nos termos de Dumont, que nos capacita à crítica das categorias de “refúgio” e “migração econômica” é a separação entre as ideias e os valores como duas dimensões independentes. Essa dicotomia entre ser/dever ser e fatos/valores é uma das consequências do avanço do individualismo⁶⁴. Em outras palavras, é mais uma faceta da visão atomista da realidade, já que requer o abandono de uma análise integrada da realidade que estabeleça a relação entre a parte e o todo. Para Dumont (1985), o valor é resultado dessa relação, o que explica a cegueira moderna frente a seus próprios valores. Um dos sintomas desta separação é o menosprezo do valor como resultado de estados afetivos, estes situados em oposição às realidades objetivas, e a negação do mesmo através do conceito de valores instrumentais.

Por sua vez, Moulin (2012) elege como dicotomia chave à compreensão dos conceitos de mobilidade a organização do mundo em duas esferas opostas e conflitivas: a esfera doméstica, onde reina a soberania do Estado e a cidadania, e a esfera internacional, o reino do medo, do conflito e do uso ilegítimo da força. A esfera internacional é associada ao estado de natureza pré-político no imaginário moderno⁶⁵, já que não se destacaria um poder soberano nessa esfera, somente poderes hegemônicos altamente contestados. Dado esse quadro, não é difícil ver porque o refúgio e a

⁶³ Podemos citar como exemplos de domínios da realidade os itens a seguir: religioso, econômico, político, social, cultural, ético, jurídico, entre outros. Essa realidade fragmentada se reflete no modo de produção do conhecimento: a tendência à especialização das áreas da ciência moderna.

⁶⁴ Para Dumont (1985), o individualismo é a marca predominante da configuração de ideias e valores modernos, que é orientada pela noção do homem como ser moral independente, autônomo e portador de valor supremo.

⁶⁵ A autora faz referência direta apenas a Thomas Hobbes, como um dos teóricos basilares do Estado moderno.

imigração econômica são tipos de mobilidade registrados como anormais: eles desafiam a ordem naturalizada das coisas, que advém da soberania do Estado e de sua territorialização.

A rigidez das classificações de modalidades de deslocamento como legais ou ilegais é um meio de disciplinamento dos tipos anormais, os quais representam uma ameaça à estrutura de poder do Estado-nação (Moulin, 2012). A percepção que os refugiados e os imigrantes econômicos seriam uma ameaça é evidente na forma de representação dos mesmos pela mídia e pela opinião pública, que frequentemente os retratam como “invasores” repletos de riscos à nação, seja o aumento do desemprego, o risco de disseminação de doenças, o aumento dos índices de criminalidade, a exaustão dos serviços públicos, etc.

Para enquadrar os imigrantes haitianos como refugiados é necessário construí-los como vítimas não apenas da pobreza alarmante da sociedade haitiana, mas de causas políticas exógenas à vontade do indivíduo, ou seja, de forças externas capazes de fazer do indivíduo um autômato sem capacidade de agência. A pobreza extrema, mesmo que mate tanto ou mais que um regime autoritário, não é vista como causa legítima para a constituição do refúgio, já que é interpretada como fator puramente econômico e sem interface significativa com o contexto político do país. Além disso, o refugiado idealizado é aquele movido apenas por causas exógenas que anulam quaisquer possibilidades de escolha e de constituição de projetos de ação, mesmo que limitados. A pobreza, nessa visão, não é consequência de causas estruturais que subjugariam completamente o indivíduo: ele sempre teria escolha e chance de superá-la. De acordo com a mesma ideologia, a perseguição política não daria espaço para a agência do indivíduo, a pobreza e o desejo de uma vida melhor sim. Apenas situações de violência generalizada que comprometessem a vida e a liberdade do indivíduo são consideradas como válidas, embora a pobreza seja capaz de gerar os mesmos efeitos. Com efeito, essa ação de adotar a linguagem das instituições estatais com o objetivo de contestá-la é em parte uma eficaz estratégia argumentativa, mas também é consequência da abrangência da ideologia moderna, no sentido de Dumont (1985). Dentro da linguagem dominante dos tipos de mobilidades, o imigrante é reduzido à condição de trabalhador movido por interesses puramente econômicos, como é interpretada a tentativa de escapar da situação de miséria. É o extremo oposto da condição de refugiado, uma vez que seu deslocamento é interpretado como pura escolha orientada pela esperança da conquista de melhores condições de vida (Moulin, 2012).

A imaginação limitada que se encontra por trás dessas categorias normativas de mobilidade só faz sentido no interior da configuração moderna de conhecimento, a qual fragmenta ao mesmo passo as áreas do conhecimento e as dimensões da vida, como descreve Dumont (1985). As representações modernas são frequentemente constituídas por fronteiras rígidas, arbitrárias e desprovidas de nuances, como essas que se instauram entre o político e o econômico. O migrante é interpretado como produto de uma causa exclusivamente econômica, ou seja, sem vínculos relevantes com contextos políticos mais amplos. Essa definição de migrante nos impede de apreciar as dimensões estruturais dos deslocamentos, que são – dessa maneira – despolitizados. Por sua vez, a despolitização dos fluxos migratórios é condição necessária para convertê-lo em objetos legítimos de cálculos racionais de custo-benefício autorizados por saberes técnicos das burocracias estatais.

Como os pedidos de refúgio feitos pelos imigrantes haitianos não atendiam aos requisitos de elegibilidade previstos na lei do refúgio, mas ainda assim foram considerados como em necessidade de proteção humanitária pelo CONARE, o órgão os encaminhou para apreciação do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) como situações especiais e casos omissos da lei de estrangeiros de 1980⁶⁶. A concessão do *visto permanente por razões humanitárias* foi estabelecida mais tarde pela Resolução Normativa N°97 de 12 de janeiro de 2012, que define explicitamente o sentido de “razões humanitárias” como “aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010”. Com essa medida, os haitianos que desejassem vir ao Brasil deveriam solicitar o visto no próprio Haiti e apenas após a posse do mesmo poderiam seguir viagem ao Brasil. Não foi o que ocorreu. Tornou-se comum o ingresso de imigrantes haitianos no Brasil desprovidos do visto humanitário. Eles solicitam o refúgio junto à Polícia Federal na fronteira e seguem viagem a outros estados brasileiros com o protocolo de solicitação de refúgio em mãos. Esse documento é necessário para conseguir registrar o CPF e a carteira de trabalho, além de dar continuidade aos procedimentos de requisição do visto. Por fim, o visto conquistado pelos haitianos que

⁶⁶ O Estatuto do Estrangeiro do Brasil, Lei 6.815/80, não prevê a concessão de visto humanitário como uma das atribuições do CNIg. Entretanto a Resolução Normativa nº 13, de 23 de março de 2007, estabelece que é permitido ao CONARE encaminhar ao CNIg pedidos de refúgio que não atendem aos requisitos de elegibilidade quando for constatada a necessidade de proteção humanitária. Isso ainda baseado na Resolução Normativa do CNIg de nº27, de 25 de novembro de 1998, que dispõe sobre situações especiais e casos omissos dos direitos humanos. Nesse sentido, não há um mecanismo claro de proteção humanitária consolidada no Estatuto do Estrangeiro, mas brechas que permitem a sua concessão.

adentram o país clandestinamente é o humanitário e não o refúgio propriamente dito, embora a solicitação do refúgio tenha se tornado parte do processo. Já é estabelecido que esses pedidos de refúgio devem ser encaminhados ao CNIg, pois é esse órgão e não o CONARE que é responsável por avaliar e conceder os vistos humanitários aos haitianos. É importante ressaltar que, apesar disso, a ambiguidade se mantém para o Estado brasileiro. Embora os haitianos não sejam oficialmente registrados como refugiados, o “visto humanitário” se mantém na fronteira com este, já que também é considerado como um tipo de proteção especial para “migrantes forçados”. Talvez em consequência da situação de penúria vivida pelos haitianos nos abrigos localizados nas fronteiras brasileiras ou então pela complexidade do processo de concessão do visto, a mídia também acabou por reforçar a imagem dos imigrantes haitianos como refugiados, uma vez que esse é um termo empregado amplamente pela mesma.

A mobilização pelo Estado brasileiro de um mecanismo de proteção humanitária excepcional voltada aos imigrantes haitianos é muito significativa. Ela só foi possível em consequência do enquadramento do “terremoto” como evento crítico, ou seja, um acontecimento que rompe com a estrutura ordinária da vida cotidiana. Por maiores que fossem os índices de pobreza e de fome que impelissent os imigrantes haitianos à emigração não haveria legitimidade para a concessão de visto humanitário, pois seria apenas uma situação ordinária, sem prazo para se extinguir. Além disso, como expusemos anteriormente, a pobreza não é vista como capaz de desencadear migrações forçadas. Seriam necessárias causas vistas como políticas, as quais configurariam o refúgio, ou o impacto de forças exógenas ao indivíduo, como o desastre natural causado pelo terremoto. Nesse sentido, o terremoto inaugurou novas possibilidades migratórias aos haitianos, dessa vez amparadas pelo reconhecimento da legitimidade jurídica da demanda pelo Estado brasileiro. Como situação extraordinária, a concessão do visto por razões humanitárias tem data para acabar. A Resolução Normativa N°97 do CNIg, a qual instituiu o visto humanitário, estabelecia o prazo de dois anos para a sua vigência, ou seja, até 12 de janeiro de 2014, com possibilidade de prorrogação. O prazo de validade dessa resolução normativa foi de fato estendido por mais um ano através da Resolução Normativa N°106, de 24 de outubro de 2013.

A Resolução Normativa N°97 apresentava, porém, restrições quanto ao número máximo de vistos: 1.200 por ano, emitidos somente na embaixada brasileira em Porto Príncipe. Mas esse não foi o único obstáculo para a legitimidade plena do direito dos imigrantes haitianos ao ingresso no Brasil. No mesmo mês da publicação dessa

resolução, não por acaso, o Peru passou a exigir vistos para que os haitianos passassem por seu território. Essa mudança na política migratório do Peru foi consequência da pressão do governo brasileiro, que intencionava conter os fluxos migratórios antes que alcançassem a fronteira do Brasil. Com efeito, tal resolução normativa acabou por se inscrever como uma política de controle do fluxo migratório de haitianos, uma vez que estabelecia arbitrariamente um limite de 1.200 vistos por ano, sem considerar a quantidade efetiva de vistos demandada pelos haitianos.

Segundo discursos oficiais do Estado, como a declaração do ministro da Justiça⁶⁷, José Eduardo Cardozo, o objetivo da resolução normativa não seria dificultar a entrada dos haitianos, mas regularizá-la. O sentido das novas medidas também seria combater as máfias – atravessadores conhecidos popularmente como coiotes – que exploram os migrantes haitianos ao cobrarem entre três a cinco mil dólares pelo trajeto completo até a entrada em território brasileiro, além de expô-los à coerção e violência. Na prática, no entanto, o fluxo de migrantes ilegais não foi redirecionado ao novo meio regularizado, até pela discrepância entre a oferta máxima – média de 100 vistos por mês – e a demanda, que a ultrapassa. Para candidatar-se ao visto na embaixada do Brasil em Porto Príncipe é necessário pagar duzentos dólares, ser residente no Haiti, apresentar o passaporte em dia e um atestado de bons antecedentes. Não são necessários documentos que comprovem vínculo com empresas ou qualificação profissional, como aconteceria se os haitianos fossem enquadrados como imigrantes econômicos. Só é exigida a comprovação da realização de atividade de trabalho formal no Brasil aos imigrantes que queiram renovar a autorização de permanência no país após o término do prazo de cinco anos. Embora a nova medida apresente oficialmente o objetivo de coibir a atuação das máfias, ela não foi capaz de – na prática – diminuir o fluxo de migrantes ilegais e apenas reforçou a criminalização dos mesmos, sem prejuízo direto aos coiotes e atravessadores. Estes últimos, inclusive, se beneficiaram com as novas medidas restritivas, pois passaram a cobrar mais pelos seus serviços.

Na época da publicação da resolução do CNIg, a mídia divulgou que os imigrantes haitianos em situação irregular poderiam ser notificados a deixar o país e, caso não seguissem a recomendação, seriam deportados. A sombra dessa ameaça de deportação manteve-se durante todo o ano de 2012 e de 2013, mesmo sendo contra o

⁶⁷ Fonte: Martins, Daniela. Conselho de imigração aprova novas regras para entrada de haitianos. Valor Econômico. 12 de jan. 2012. Disponível em: [<http://www.valor.com.br/brasil/1191314/conselho-de-imigracao-aprova-novas-regras-para-entrada-de-haitianos#ixzz2Ncx7HTVX>]. Acesso em 19/03/2013.

princípio de não devolução presente na legislação brasileira. Os discursos governamentais e midiáticos reforçavam, portanto, uma visão criminalizante dos imigrantes haitianos. Os conceitos acionados por Ribeiro (2010) em sua discussão a respeito da globalização popular são instrutivos para a nossa análise, pois iluminam as relações históricas de poder e de hegemonia envolvidas na constituição das dicotomias lícito/ilícito, legal/ilegal, desvelando suas nuances. Ilegalidade não é sinônimo de ilegitimidade. Enquanto a legalidade refere-se à letra da lei e aos múltiplos marcos regulatórios, a legitimidade diz respeito às percepções sociais. Nesse sentido, a prática de entrada dos migrantes haitianos em território brasileiro seriam (i)lícitas, ou seja, criminalizadas legalmente mas socialmente sancionadas e protegidas, uma vez que existe a percepção de que esses indivíduos estão em busca de uma vida mais digna, com direitos plenos a segurança alimentar, moradia, trabalho, educação e saúde, comumente violados no Haiti, especialmente após o agravamento das condições de vida pelo terremoto, que deixou milhares de deslocados em acampamentos sem estrutura adequada. Ribeiro (2010) aponta à necessidade de diferenciar as atividades das globalizações populares daquelas desenvolvidas pelo crime organizado global. Esse último se distinguiria pelo uso da violência como fator regulador de suas atividades, o que constitui o modo de operação usual dos coiotes, atravessadores e máfias atuantes no tráfico de pessoas, mas não dos migrantes ilegais, alvos recorrentes de exploração.

A partir dessa perspectiva crítica, as políticas migratórias brasileiras deveriam distinguir essas duas esferas em seus dispositivos regulatórios, combatendo a atuação do crime organizado sem incorrer no aumento da vulnerabilidade dos migrantes. Entretanto, o que se observou com a aplicação da Resolução Normativa N°. 97 foi o aumento da vigilância nas fronteiras com a Bolívia, Equador e Peru para impedir a entrada dos migrantes sem vistos. Em consequência dessa medida, centenas de migrantes haitianos acumularam-se nas cidades fronteiriças com o Brasil a espera da liberação da entrada. Como exemplo, ocorreu o caso dos 245 imigrantes haitianos que esperaram três meses em Iñapari, no Peru, a permissão de entrada no Brasil, concedida em abril de 2012. Nesse interim os imigrantes viveram em condições precárias acampados nas praças e dependendo de doações de alimentos da população, sem nenhum tipo de assistência das autoridades. A maioria gasta os recursos na viagem e não dispõe de meios de se manter em espera por um tempo tão extenso. Esse limbo também é vivenciado por aqueles que atravessam a fronteira do Brasil, pois estes dependem da expedição do protocolo de solicitante de refúgio pela Polícia Federal.

Ribeiro (2010) também nos recomenda um olhar crítico às interpenetrações – que não excluem as relações conflitivas – entre o popular e o hegemônico, este último representado especialmente pelas esferas estatais e pelo grande capital privado. É a capacidade de criar áreas cinzentas entre transações legais e ilegais que confere vitalidade às atividades desenvolvidas no sistema mundial não hegemônico, ou seja, as globalizações populares e o crime organizado. A cobrança de propinas é uma prática persistente nesses contextos. Há denúncias de cobranças de propina por parte de funcionários da Embaixada Brasileira em Porto Príncipe, que não foram confirmadas, embora o Itamaraty admita que existia uma cidadã haitiana intermediando a solicitação de vistos e cobrando taxas indevidas a título de garantir a obtenção do visto para o Brasil. Além disso, há relatos feitos pelos imigrantes haitianos de que a polícia peruana estaria cobrando “taxa extra” para ignorar a nova exigência de visto e permitir a passagem dos imigrantes.

O fracasso da limitação de 1200 vistos por ano como forma de conter os fluxos migratórios de haitianos foi patente, já que eles continuaram a crescer. Nem a ameaça à deportação impediu os imigrantes haitianos de tentar a vida no país. Como resposta, dessa vez mais coerente com seu discurso de defesa dos direitos humanos, o Estado brasileiro derrubou o limite de concessão de vistos humanitários através da Resolução Normativa Nº 102 do CNIg, que entrou em vigor em 26 de abril de 2013. Tem-se como expectativa que essa medida redirecione os fluxos clandestinos de haitianos para a via de migração legalizada, combatendo assim as redes de tráfico de pessoas e as práticas de extorsão perpetradas pelos coiotos. Até o momento não houve uma mudança significativa nesse sentido, talvez por limitação da capacidade de atendimento e de emissão dos vistos pela embaixada brasileira no Haiti. Enfrenta-se uma longa espera para conseguir agendar uma data de atendimento na embaixada, o que faz com que as pessoas recorram ainda aos coiotos e às vias clandestinas de ingresso no Brasil.

As principais portas de entrada utilizadas pelos imigrantes haitianos que recorrem aos meios clandestinos de acesso ao território brasileiro são as cidades fronteiriças de Tabatinga, no estado do Amazonas, e de Brasileia e Eitaciolândia, no estado do Acre. A presente pesquisa aborda dois contextos: o de Manaus e o de Tabatinga. Essas cidades são pontos distintos de uma mesma rota seguida pelos imigrantes haitianos que entram pelo Amazonas. Apresento a seguir um mapa simplificado das rotas migratórias do Haiti em direção ao Brasil:

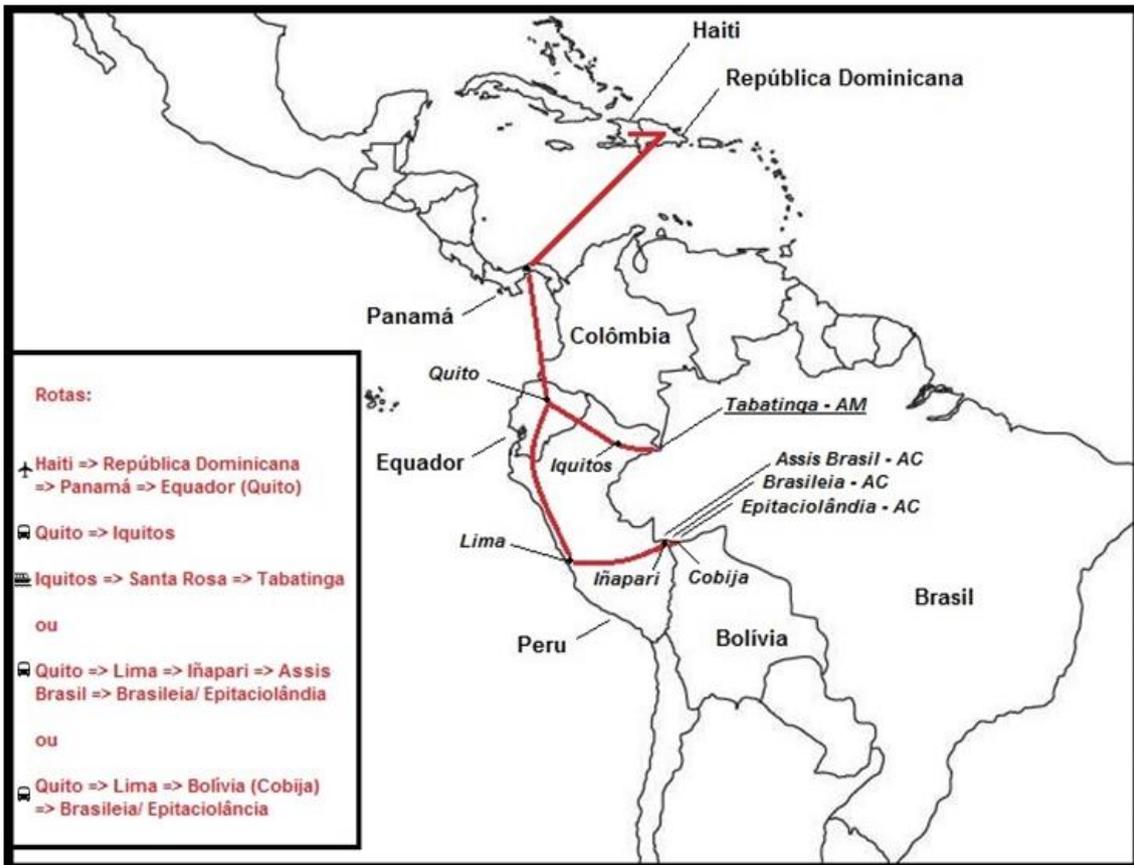


Figura 5: Ilustração de algumas rotas de migração do Haiti com destino ao Brasil. Observação: O município de Tabatinga é contíguo à cidade colombiana de Letícia e separado da cidade peruana de Santa Rosa pelo rio Solimões. Essa região é conhecida como tríplex fronteira norte. (Mapa de minha autoria).

Esse mapa não representa a totalidade das rotas migratórias e nem inclui todos os pontos que fazem parte dos três trajetos alternativos apresentados, sendo apenas uma ilustração simplificada das mesmas. Descreverei sucintamente as principais rotas utilizadas pelos imigrantes haitianos. Ao sair do Haiti é comum realizar o seguinte itinerário de avião: República Dominicana, Panamá, Equador. O caminho do Equador ao Peru é geralmente realizado por via terrestre, de ônibus ou de carro. Aqueles que pretendem entrar pelo estado do Acre seguem por via terrestre até Iñapari, cidade peruana que faz fronteira com o Brasil, através da diminuta cidade de Assis Brasil, e com a Bolívia, através de Bolpebra. Os imigrantes haitianos seguem para as cidades contíguas de Brasileia e Epiaciolândia, onde realizam o registro na Polícia Federal. Também é comum entrar através da fronteira entre o Brasil e a Bolívia, passando pela cidade de Cobija. Já para entrar pelo território brasileiro através do estado do Amazonas, costuma-se passar por Iquitos, onde se pega uma embarcação até Santa Rosa e, por sua vez, um pequeno barco até Tabatinga. Há relatos de imigrantes que, para fazer esse percurso, passaram antes pela capital do Peru, Lima, para depois seguir em direção a Iquitos. Apresento abaixo duas imagens que ajudam a situar melhor Tabatinga

em relação às fronteiras internacionais, já que esta foi a cidade fronteiriça escolhida como *locus* de observação para a presente pesquisa:



Figuras 6 e 7 – Distâncias entre Tabatinga e os centros urbanos mais próximos. Localização de Tabatinga na tríplice fronteira norte. Fonte: Euzébio, Emerson Flávio. A porosidade territorial na fronteira da Amazônia: as cidades gêmeas Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia). Cuadernos de Geografía, Revista Colombiana de Geografía, Vol. 23, n.º 1, 2014.

Para seguir de Tabatinga em direção a Manaus só é possível recorrer a dois meios: o transporte aéreo e o fluvial. O primeiro apresenta geralmente preços altos e, nesse sentido, não é utilizado pelos imigrantes haitianos, que recorrem à viagem de barco. Esta última dura entre três a cinco dias, a depender das condições do rio. No capítulo seguinte apresentarei uma descrição das experiências de campo na cidade de Manaus e em Tabatinga.

Capítulo 4 – Experiências locais: Manaus e suas instituições de acolhimento

A decisão de realizar uma pesquisa a respeito da imigração haitiana no Brasil se deveu, em grande parte, ao gosto pelo desafio. Eu teria de me aventurar não apenas na compreensão de um fenômeno ainda muito recente no contexto brasileiro, mas também em um cruzamento de áreas de estudos ainda distantes das minhas experiências de investigação e de investimentos bibliográficos anteriores, o que – em certa medida – era completamente esperado, já que me encontro no início de uma carreira acadêmica. Entretanto, como foi dito, não seria apenas uma nova área de estudos, mas teria de me arriscar dentro de complexas fronteiras temáticas, que apenas as incursões em campo iriam me indicar. Minha intenção não era circunscrever uma área temática específica, pois ainda não poderia antecipar nem quais questões seriam relevantes no campo e nem quais seriam acessíveis a uma investigação condizente com os limites do mestrado, especialmente o curto tempo que poderia dedicar ao trabalho de campo.

Para avançar na elaboração de problemas teórico-etnográficos e na construção do objeto de análise, era necessária alguma incursão em campo: explorar as possibilidades e as limitações da pesquisa, que poderia até mesmo se mostrar inviável dentro das minhas condições. E isso já me colocava diante de outra escolha: onde realizar o campo? Até então os meus únicos meios de acesso a informações sobre a situação dos imigrantes haitianos em território brasileiro eram as reportagens que lia avidamente de diversas mídias virtuais, as quais davam ênfase, em tons de denúncia, ao degradante contexto de recepção das fronteiras, com destaque às cidades de Tabatinga no estado do Amazonas e de Brasileia no estado do Acre; e um artigo escrito por Sidney Silva (2012) que, inclusive, além de abordar as particularidades da política migratória do nosso país, me fez vislumbrar uma incursão a Manaus, já que trazia informações que poderiam ser lidas como uma espécie de guia de campo nessa cidade, ao apontar os locais onde se concentravam os imigrantes haitianos, estes diretamente associados à estrutura de acolhimento oferecida principalmente pela Igreja Católica, que atuou como protagonista na oferta de assistência e orientação jurídica aos imigrantes haitianos, mas também por outras organizações da sociedade civil, tanto as religiosas quanto as de caráter secular.

A partir dessas fontes de informações, organizei uma espécie de pré-campo em Manaus entre os dias 19 e 31 de março de 2013 a fim de explorar as possibilidades de pesquisa, mesmo sem ter estabelecido contato prévio com meus potenciais

interlocutores. Como não conhecia ninguém na capital do estado do Amazonas, meu plano era percorrer um caminho semelhante ao trilhado pelos imigrantes haitianos. Assim como os haitianos que chegavam da fronteira amazônica de Tabatinga-AM, meu primeiro passo foi me dirigir à Igreja São Geraldo, uma espécie de núcleo dos serviços voltados àqueles. É lá que se encontra o escritório do Projeto Pró-Haiti, que oferece orientação jurídica aos migrantes, sobretudo em relação aos serviços de documentação, intermediando a comunicação com departamentos oficiais do Estado, principalmente a Polícia Federal, e com a Embaixada do Haiti em Brasília. Os serviços mais comuns são a renovação ou nova emissão do passaporte e os complicados trâmites relacionados à solicitação do visto permanente por razões humanitárias. Além disso, é nessa igreja e em seus arredores que os haitianos se informam a respeito dos serviços de assistência disponíveis, estes relativos à alimentação, alojamento, cursos de língua portuguesa, cursos profissionalizantes e encaminhamento para o mercado de trabalho.

Foi extremamente simples encontrar a Igreja São Geraldo, já que o cobrador de ônibus e outros manauaras que consultei viam aquele espaço de modo diferenciado como o “ponto de encontro dos haitianos”. Sempre que surgia a oportunidade, perguntava para as pessoas o que elas pensavam da vinda dos haitianos. O taxista que me levou do aeroporto para o *hostel* no centro da cidade, um senhor de uns 45 anos, disse que achava essa situação uma “bagunça”. Em sua opinião, os brasileiros seriam muito benevolentes e receptivos com os estrangeiros sem distinção e, em consequência, sofreriam prejuízos socioeconômicos, como a perda de empregos, que deveriam ser, nessa perspectiva, prioridade dos cidadãos nascidos no país. O recepcionista do *hostel* admitiu não aprovar a facilidade com que os estrangeiros entrariam no Brasil. Segundo o recepcionista, um jovem de aproximadamente 25 anos, os haitianos seriam naturalmente agressivos e violentos. Surpresa com essa opinião, já que não existiam quaisquer relatos de crimes cometidos por haitianos em Manaus ou mesmo no Brasil como um todo, perguntei o que teria ocorrido para ele pensar assim. Ele confessou que nada, mas isso não lhe retirava a certeza do caráter colérico dos haitianos. Para ele, a perversidade dos imigrantes não teria se manifestado ainda porque eles não se sentiam seguros no momento, principalmente por não dominarem a língua portuguesa, mas essa situação logo se transformaria “se nós deixássemos eles se sentirem à vontade”. Essa visão era consequência de uma generalização racista a partir de uma experiência anterior. Filho de mãe guianense, o recepcionista visitou a Guiana Inglesa em sua adolescência e teria se assustado com aquilo que considerava a hostilidade dos negros

do país. De pele morena e olhos ligeiramente puxados, esse jovem concluiu que todas as pessoas negras como os guianeses carregariam uma brutalidade inerente e esse seria o caso dos haitianos. É assim que ele explicava os conflitos internos ao país.

Se em Manaus eu já me sentia um tanto *fora de lugar* devido a minha cor de pele e olhos claros, que pareciam denunciar a todo instante a minha condição de *forasteira*, esta certamente agravada pelo meu olhar curioso e, confesso, um tanto perdido, aos arredores da igreja isso se aprofundava. Nesse espaço se localizava facilmente os haitianos não somente pelo critério simplório da cor de pele negra, mas pelo fato de andarem frequentemente em grupos e por conversarem em *créole*. Logo me dei conta de que aquela não era a rota dos imigrantes apenas quando estes tinham questões de ordem prática a serem resolvidas, mas era principalmente um espaço de convivência, de compartilhamento de experiências e de circulação de informações entre eles mesmos. Com isso, o desconforto pela sensação de estar fora de lugar se tornou um aprendizado, pois era uma minúscula amostra daquilo que os estrangeiros sentiam na maior parte do tempo e, assim, compreendi o quanto aquele espaço era reconfortante para eles.

A esquina da igreja e as calçadas das imediações eram ocupadas por numerosos grupos de haitianos que se entretinham em animadas conversas ou, com menor frequência, em acaloradas discussões, ambas realizadas em tom relativamente alto, até porque nenhum brasileiro era capaz de acompanhar o conteúdo das conversas. Depois descobri que não raro esse era o motivo da reclamação de moradores da vizinhança e de alguns voluntários da igreja. Não sei dizer se o volume de voz mais alto é uma característica cultural haitiana ou se é apenas uma percepção deturpada da sonoridade de uma língua não apenas estrangeira, mas também exótica a nossos ouvidos que, quando muito, são mais familiarizados ao espanhol e ao inglês. Mais significativo que mensurar o volume das conversas isoladamente é compreender os contextos que subjazem a esses comportamentos. Conversas em alto e bom som geralmente estão reservadas a uma classe distinta de pessoas e de espaços: somente aquelas que se encontram minimamente dentro de um círculo de confiança e de familiaridade, nem que seja a partir de uma identificação de tipo mais genérico, como de nacionalidade, que recebe uma carga significativa distinta no exterior, e em contextos espaciais e temporais que transmitem os mesmos sentimentos, o de estar “em casa”.

A aparente segurança exibida pelos imigrantes haitianos reunidos em grupos majoritariamente masculinos me desencorajou a tentar uma abordagem direta já de início. Considerei mais adequado me informar um pouco mais sobre como se

configurava o campo de possibilidades dos imigrantes haitianos em Manaus, o que consistia, em grande medida, em apurar a organização dos serviços disponíveis a esses grupos. Meu primeiro passo foi conversar com os funcionários e voluntários que trabalhavam no escritório do Projeto Pró-Haiti⁶⁸: a Sra. Angélica, uma colombiana contratada pela Cáritas; Dina, sua filha, estudante de direito e estagiária contratada através da Ordem dos Jesuítas; e Jordano, um estudante jesuíta que se voluntariou durante sua passagem por Manaus. Os três foram muito solícitos em me explicar a rotina de funcionamento do escritório; autorizar o acompanhamento dos atendimentos aos imigrantes haitianos; indicar os demais núcleos de atendimento, inclusive um parceiro não-religioso, a Associação Ama Haiti; e me conceder ou intermediar contatos importantes.

A forma como se estabelecia a comunicação durante os atendimentos era interessante. Angélica e Dina se comunicavam tanto em espanhol, sua língua materna, como em português. Nada sabiam de francês, mas conseguiam compreender as demandas dos haitianos com eficiência, que geralmente estavam relacionadas à orientação em procedimentos legais e burocráticos. Jordano já compreendia um pouco de francês e, quando presente, utilizava seus conhecimentos para agilizar os atendimentos, mas não era imprescindível para que eles ocorressem satisfatoriamente. Os haitianos recém-chegados em Manaus, em geral provenientes de Tabatinga-AM, fronteira amazônica, constituíam um desafio maior à comunicação, já que não compreendiam tanto o português. A situação, porém, era amenizada através da própria organização espontânea dos imigrantes haitianos, que direcionavam os mais aptos à comunicação para acompanhar os demais quando se fizesse necessário e também para difundir informações úteis, como aquelas relacionadas às etapas do processo de obtenção do visto permanente por razões humanitárias. Os mais aptos a se comunicar com brasileiros geralmente eram os imigrantes haitianos com experiência de vida em países de língua espanhola, como a República Dominicana. Posteriormente confirmei a mesma situação em Tabatinga: os que exibiam maior domínio do espanhol eram eleitos porta-vozes do grupo, auxiliando aos demais na resolução de questões de ordem prática, como comprar mantimentos ou remédios, acompanhar os doentes nos hospitais, realizar operações nas agências bancárias, entre outras.

⁶⁸ O Projeto Pró-Haiti é coordenado pela Ordem dos Jesuítas através do padre Paulo Tadeu Barausse, mas é desenvolvido em rede, contando com a participação da Cáritas, Rede Escalabriniana, Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Manaus, Capuchinhos, Fundação Alan Kardek (espírita), pastores de igrejas evangélicas, outras congregações religiosas, a Associação Ama Haiti e voluntários de forma geral.

Às vezes surgia uma demanda diferente no escritório do Projeto Pró-Haiti, como a apresentada por Roseline⁶⁹, uma senhora de aproximadamente 30 anos, que deixou três filhos no Haiti aos cuidados de sua família. Ela me contou que trabalhou por três meses em um posto de gasolina na lavagem dos carros. O salário não era suficiente e ela se sentia maltratada pelo patrão⁷⁰, então decidiu pedir demissão. Após a comunicação da rescisão do contrato, segundo a lei trabalhista brasileira, que ela não compreendia bem, ela teria de trabalhar um mês a mais ou pagar uma indenização compensatória ao empregador. Foi o que fez, trabalhou mais um mês, entretanto o patrão não pagou esse mês e ainda reteve sua carteira de trabalho indevidamente. Os funcionários do escritório aconselharam Roseline a consultar o advogado voluntário da igreja e marcaram uma reunião.

Com o tempo compreendi que casos de abuso e exploração do trabalho como esse eram frequentes, mesmo com a carteira assinada. Não obstante os imigrantes haitianos costumavam não recorrer aos meios legais disponíveis para fazer valer seus direitos. Isso não ocorria por um simples desconhecimento das leis brasileiras. Embora sua lógica de funcionamento ainda fosse um tanto estranha, a legislação trabalhista era conhecida pelos imigrantes haitianos que, ao chegar a Manaus, recebiam uma cartilha explicativa confeccionada através de uma parceria entre o Ministério do Trabalho e Emprego, o Conselho Nacional de Imigração, o Instituto Migrações e Direitos Humanos e a Companhia de Jesus. Escrito em português e *créole*, o guia informativo trazia as leis trabalhistas em uma linguagem descomplicada. Após a solicitação do refúgio, mesmo sem o visto de residência aprovado⁷¹, todos os estrangeiros tem direito a retirar o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), o que é seguido. O conformismo era consequência não da ignorância, mas da consciência da morosidade da justiça, que desencorajava os imigrantes a se empenharem na defesa de seus direitos, ainda mais quando aliada à urgência em obter dinheiro. Grande parte deles, como a própria Rosaline, não apenas tem de sustentar a si mesmo, mas a seus parentes que permaneceram no Haiti e dependem de contínuas remessas. Além disso, há de se considerar que muitos se endividaram para custear a viagem ao Brasil e, portanto, precisam saldar os empréstimos, seja com parentes,

⁶⁹ Os nomes dos imigrantes haitianos são fictícios.

⁷⁰ Ela se comunicava através de uma mistura de *créole* com português. Não consegui entender como eram as experiências de maus-tratos sofridas por Rosaline.

⁷¹ É preciso ter o protocolo da solicitação de refúgio emitido nas cidades fronteiriças pelo Departamento de Imigração da Polícia Federal para ter acesso ao CPF e à CTPS. Esse pré-requisito intensificou a situação de vulnerabilidade dos imigrantes haitianos na fronteira.

amigos, agiotas ou com mesmo com bancos. Geralmente se os imigrantes haitianos se dão conta que o patrão não pagará o que deve, consideram melhor ir à procura de outro emprego ao invés de insistir em algo cujo sucesso não se pode garantir de antemão.

Entretanto, segundo o advogado voluntário da Arquidiocese de Manaus⁷², há muitos imigrantes haitianos que procuram orientação junto à igreja para se informarem a respeito da forma e dos procedimentos adequados com vista a acessar a justiça e cobrar o cumprimento dos seus direitos trabalhistas. Houve inclusive um caso de um imigrante haitiano com quem mantive contato via internet que me questionou a respeito das possibilidades de recorrer à justiça trabalhista brasileira. Conheci Samuel em um abrigo em Manaus, mas posteriormente ele foi para São Paulo com a finalidade de trabalhar na mesma empresa que já empregava um primo seu: uma indústria de produção de vidros, metais e plástico. Ele tinha 29 anos e ensino secundário completo. Além do *créole* e do francês, falava bem o espanhol devido à experiência de vida na República Dominicana e estava aprendendo rápido o português. Ciente do seu direito ao fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS)⁷³, já que estava regularmente empregado e com carteira de trabalho assinada, Samuel me perguntou através do *facebook* o que poderia fazer para reverter uma situação: seu patrão descontava todo mês uma parcela do seu salário para pagar o FGTS, mas na realidade nunca havia depositado nada. Ele não estava familiarizado com as siglas, as instituições governamentais e os procedimentos formais em si, mas sabia que aquilo não era certo e que havia maneiras de resolver. Essa não é uma exceção simplesmente. Além disso, embora muitos não acionem o aparelho de justiça do Estado, eles não se conformam com a exploração: se demitem e seguem em busca de um trabalho melhor. Claro que os menos qualificados enfrentam mais dificuldades de reinserção no mercado de trabalho, mas assim que veem uma oportunidade eles saberão aproveitar.

⁷² Quando me encontrei pessoalmente com esse advogado voluntário, expliquei como era a minha pesquisa. Ele concordou em me auxiliar fornecendo informações sobre o número de queixas trabalhistas e os tipos mais frequentes, entretanto isso nunca aconteceu. Tentei entrar em contato por email, mas não obtive respostas. Deixei claro que eu não estava solicitando dados pessoais de nenhum cliente, apenas informações gerais, mas não foi suficiente.

⁷³ O FGTS foi criado em 1967 com o objetivo de proteger o trabalhador demitido sem justa causa. Tem direito ao FGTS todo trabalhador com contrato de trabalho regido pela CLT, assim como trabalhadores rurais, temporários, avulsos, safreiros e atletas profissionais. O FGTS é uma espécie de conta vinculada que é aberta em nome de cada trabalhador no momento em que o empregador efetua o primeiro depósito, que realizado mensalmente. A parcela do FGTS equivale a 8,0% do salário pago ao empregado, com acréscimo de juros e atualização monetária. O FGTS pode ser utilizado pelo trabalhador em momentos especiais: a aquisição da casa própria, a aposentadoria e em situações de dificuldades, como a demissão sem justa causa ou a ocorrência de algumas doenças graves. Fonte: Site oficial do Governo. Disponível em: [<http://www.fgts.gov.br/index.asp>].

Nesse sentido, o tempo é visto como algo que flui vertiginosamente e que não deve ser desperdiçado. A noção de perda de tempo, no entanto, é sempre muito relativa. O que pude compreender é que as ações que requerem investimento significativo de tempo e, por vezes, dedicação absoluta, são adotadas apenas se apresentam um resultado desejado em curto ou, no máximo, em médio prazo. Devo reiterar que isso não é fruto de uma incapacidade de imaginar e estabelecer projetos em longo prazo, mas resultado da condição de vulnerabilidade dos imigrantes haitianos ou, de forma mais clara, da dependência extrema de um rendimento regular. Dito de outro modo, não é apenas uma questão de opção, mas de necessidade que se impõe. A margem de escolha certamente existe, mas é muito estreita. É a necessidade do *aqui e agora* que recai como um imperativo da vida. Além de tornar os imigrantes haitianos alvos frequentes da exploração do trabalho, essa condição certamente impede muitos de se dedicarem ao aprendizado da língua portuguesa, através de aulas, e a cursos profissionalizantes.

Segundo o relato do padre jesuíta Paulo Tadeu Barausse, que coordena o Projeto Pró-Haiti, um aumento significativo no fluxo de haitianos que se dirigiam a Manaus ocorreu no início de 2011. Eles eram acolhidos em alojamentos improvisados pelas paróquias São Raimundo, Sagrada Família e São Geraldo, e pelos capuchinhos da Igreja São Francisco, sendo que estes últimos recebiam mais as mulheres, crianças e famílias. Ainda em 2011, no auge dos fluxos migratórios, também foi necessário alugar casas para abrigar os haitianos recém-chegados de Tabatinga. A Associação Ama Haiti começou a prestar seus serviços de alojamento aos imigrantes haitianos no final de 2011, o que ainda vigorava em março de 2013, quando tive a oportunidade de visitar suas dependências. O segundo estopim, este ainda maior, ocorreu em janeiro de 2012, ocasião em que 1.200 haitianos aguardavam a emissão do protocolo de refúgio na fronteira de Tabatinga-AM e, posteriormente, seguiriam a Manaus em embarcações. No dia 12 desse mês foi emitida a resolução normativa nº97, que instituía o visto permanente por razões humanitárias. O Governo Federal decidiu conceder o visto para todos que se encontravam na fronteira para em seguida fechar as fronteiras. Com isso, em dois meses chegaram mais de mil haitianos em Manaus, o que gerou uma situação crítica, já que não existiam vagas suficientes nos abrigos improvisados. Nessa época alguns pastores evangélicos e uma associação de trabalhadores haitianos também ofereceram uma estrutura temporária de moradia. Quando da publicação da resolução normativa, um grupo de 346 haitianos já estavam a caminho do Brasil, mas foram

detidos na fronteira por três meses com a ameaça de deportação, até que o governo brasileiro decidiu conceder o visto a todos.

O meu pré-campo ocorreu em março de 2013. Nessa ocasião o fluxo de imigrantes haitianos estava baixo em comparação aos meses anteriores. A estrutura de acolhimento era outra, já que ela se adaptava em relação à demanda, esta de natureza altamente irregular. Havia quatro abrigos, dos quais pude conhecer três. O único que não visitei foi o organizado pela Pastoral dos Migrantes através da Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, que acolhia imigrantes de distintas nacionalidades, com destaque para os colombianos e os peruanos. Entretanto conheci os outros três: um abrigo voltado às mulheres imigrantes, que era vinculado à Igreja São Francisco; uma casa de acolhida chamada de “Albergue Zilda Arns” e coordenada pelos padres da Paróquia São Geraldo; um alojamento temporário oferecido pela Associação Ama Haiti no Parque Dez, um bairro de Manaus.

A Igreja São Francisco, dirigida por frades capuchinhos, em parceria com a Cáritas acolhia mulheres e crianças, aceitando homens apenas no caso da vinda de famílias inteiras e com restrições. No momento da minha visita ela abrigava 13 haitianas e 12 colombianas. Segundo as regras do abrigo, o prazo máximo de permanência era de 35 dias. As mulheres acolhidas eram responsáveis pela limpeza e organização dos quartos e das áreas comuns de convivência. O espaço era relativamente amplo, arejado e limpo. Diferente de outros abrigos, este recebia um contingente menor de imigrantes, o que viabilizava a conservação de uma estrutura adequada. A obrigação diária de auxiliar a cozinheira era dividida entre as mulheres através de escalas: cada dia era uma delas era designada para tal. Durante a maior parte do dia as mulheres não permaneciam no abrigo, mas saíam à procura de emprego. Devida a pouca assiduidade nas aulas de português⁷⁴ oferecidas por professores do Centro de Educação, Ciência e Tecnologia (CETAM), elas se tornaram obrigatórias. Outros cursos também eram oferecidos, mas com o objetivo de capacitá-las a se tornarem empreendedoras autônomas. Também através de uma parceria entre a Pastoral do Migrante e o CETAM eram oferecidos cursos de bordado, pedraria em sandálias, bijuteria, culinária e serigrafia em camisetas, além de outros. A preferência era dada a cursos que envolviam atividades manuais individuais e, principalmente, materiais de baixo custo, para que posteriormente as

⁷⁴ Na época da minha visita, as aulas de português ocorriam aos domingos, de 9 às 12 horas. O dia e horário foram escolhidos para se adaptar melhor à rotina das imigrantes haitianas que já estavam trabalhando.

imigrantes fossem capazes de se manterem enquanto não conseguissem se empregar sem a necessidade de realizar grandes investimentos iniciais.

Conversei com a assistente social contrata pelos frades capuchinhos para atender as mulheres recebidas pelo abrigo e, depois, com duas delas, já que a maioria não se encontrava. A assistente social, que chamarei de Rosa, me contou que a maioria das haitianas apresentava outras preferências de emprego que não o serviço doméstico, como trabalhar com carteira assinada no setor de serviços e nas indústrias. Elas são as que mais encontram dificuldades na procura por emprego, já que enfrentam dificuldades de adaptação no serviço doméstico e, no caso das indústrias e de atividades manuais que requerem força física, os homens são a preferência. Uma relativa exceção ocorre no caso das indústrias de outros estados⁷⁵ que enviavam um agente para selecionar trabalhadores haitianos nas fronteiras ou em Manaus. Segundo informações dos padres que intermediavam essas contratações na capital do Amazonas, por vezes os empregadores preferiam admitir mais os homens acompanhados com suas esposas – empregar casais – ao invés de homens solteiros, partindo do pressuposto que os primeiros seriam mais estáveis que os segundos e criariam raízes com menos dificuldades. Essa estratégia se tornou necessária devido ao grande índice de rescisão de contrato por parte dos haitianos, o que representava um custo alto aos empregadores, já que eles custeavam⁷⁶ a passagem e, às vezes, também a alimentação e o alojamento nos momentos iniciais.

Posteriormente, ao conversar com outras haitianas, pude confirmar que o serviço doméstico costumava ser evitado por elas, pois já sabiam que as famílias empregadoras geralmente estabeleciam como condição do trabalho que se dormisse em suas casas, o que mais tarde frequentemente se revelava uma estratégia para estender a carga horária da prestação do serviço doméstico sem o pagamento de extras e sem o prévio consentimento. Sidney Silva (2012) chega às mesmas conclusões em sua pesquisa em Manaus. Segundo Rosa, os desentendimentos com os empregadores por conta das situações descritas eram tão frequentes que a casa decidiu parar de intermediar a contratação de serviço doméstico, mesmo com a contínua oferta. Os patrões, geralmente as esposas, costumavam ir até o abrigo à procura de mulheres que se dispusessem a

⁷⁵ Os principais estados das empresas contratantes são o Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e Mato Grosso. São Paulo é um estado que se destacou na contratação de haitianos, mas estes geralmente se dirigem ao mesmo por iniciativa própria e sem contratação ou acordo informal prévio.

⁷⁶ O custeamento total das passagens e o oferecimento de alojamento e alimentação nos momentos iniciais eram exigências dos padres que intermediavam essas contratações, no caso de Manaus, os padres Valdecir e Gelmino da Igreja São Geraldo. Era uma medida para evitar a exploração do trabalho.

trabalhar como empregadas domésticas, talvez por imaginarem que as imigrantes seriam menos exigentes em consequência de sua situação de vulnerabilidade. A decepção de ambas as partes era quase certa, já que as imigrantes haitianas não aceitavam tão facilmente a exploração de seu trabalho. Essa “esperteza” não raro era malvista pela sociedade manauara, que mais se identificava com a situação dos empregadores, como uma espécie de indisposição ao trabalho, ou seja, uma falha de caráter, por vezes atribuída à cultura haitiana, e não fruto da consciência plena dos direitos por parte das imigrantes.

Também ouvi, por parte de uma empregadora e da assistente social da Obra São Francisco, a alegação de que as haitianas seriam descuidadas em relação ao manuseio dos objetos domésticos. Seja uma generalização equivocada de casos particulares ou não, o mais importante é tratá-la como indício da emergência de representações negativas vinculadas à cultura ou aos costumes haitianos. O trabalho das imigrantes haitianas como domésticas nas casas de famílias brasileiras implica um intenso convívio em ambientes de maior intimidade, o que provoca uma exposição maior a impactos socioculturais. Além dos distintos costumes culturais em relação aos serviços domésticos⁷⁷ – os quais não saberia descrever com clareza, mas posso supor a existência em alguma medida – devemos considerar também as diferenças socioeconômicas. Embora as imigrantes haitianas não sejam provenientes das classes mais pobres do Haiti, já que o projeto migratório requer um investimento significativo, suas condições de vida eram inferiores às de suas patroas, com acesso substancialmente menor aos aparelhos domésticos. Essas distinções culturais e socioeconômicas, aliadas às dificuldades de comunicação, dão espaço a tensões e desencontro de expectativas.

As duas jovens haitianas com quem conversei no abrigo da Obra São Francisco, assim como as demais mulheres haitianas com as quais entabulei conversas no decorrer do campo, se mostraram mais esquivas às minhas tentativas de interação, nem que fosse apenas uma conversa. Quando aceitavam falar comigo, eram completamente lacônicas

⁷⁷ Segundo informações obtidas em entrevista com a Irmã Santina, que trabalhou como missionária por 22 anos no Haiti, as haitianas de classes populares não têm o mesmo costume de organização e limpeza das brasileiras, até porque suas casas são praticamente desprovidas de eletrônicos domésticos e de mobílias, além de muitas serem de chão de cimento e não de azulejo, que requer outros cuidados. Santina diz que as imigrantes haitianas com as quais ela conversou em Manaus reclamavam de exigências excessivas por parte das patroas, como ter de limpar todos os cômodos da casa, inclusive o banheiro, todos os dias. Além disso, não se adaptavam à rotina de alimentação. De acordo com Santina, os haitianos dariam maior ênfase ao almoço como a grande refeição do dia, que seria em maiores quantidades, e não teriam o costume de fazer vários lanches em horários espaçados, por isso considerariam o almoço brasileiro insuficiente.

em suas respostas e quase nunca me dirigiam questionamentos. Na maior parte das vezes não conseguia nem explicar os meus propósitos e elas já me dispensavam. O exíguo tempo que poderia dedicar ao trabalho de campo não me permitia nem ao menos tentar estabelecer uma relação de confiança com as mulheres, sempre tão reservadas. Eu cheguei até a participar de uma oficina de ovos de páscoa oferecida às imigrantes pela Paróquia São Geraldo, que além de estar esvaziada, não me permitiu conversar com nenhuma delas. No fim da aula já se esquivaram dizendo que o marido as esperavam em casa e que tinham de preparar o jantar. Não consegui nem propor marcar a conversa para outro momento mais conveniente.

A única haitiana com quem conversei melhor em Manaus foi Marie, que conheci em frente ao escritório do Projeto Pró-Haiti enquanto nos abrigávamos da chuva forte e repentina. Solteira e com 35 anos, Marie migrou sozinha ao Brasil com objetivo de trabalhar e ajudar os cinco filhos que permaneceram no Haiti sob os cuidados dos avós maternos. Ela ficou inicialmente no abrigo da Obra São Francisco, mas logo que conseguiu emprego como doméstica passou a alugar uma casa com outros haitianos que conheceu no Brasil. Ela confessou não gostar do serviço de doméstica e no momento da entrevista encontrava-se desempregada. O seu plano era ir ao Rio Grande do Sul, onde acreditava que existiam mais empregos. Assim que a chuva cessou a acompanhei ao ponto de ônibus. Lá, distante dos demais, ela me fez um pedido com certa relutância e um olhar envergonhado, distinto do sorriso que até então trazia no rosto: ela perguntou se eu poderia ajudá-la com alguma quantia em dinheiro. Eu me senti igualmente embaraçada, não sabia como lidar com essa situação. Viajei com meus próprios recursos⁷⁸ e estava economizando ao máximo para que eles fossem suficientes para me manter em Manaus. Mas talvez ao olhar de Marie eu parecesse mais próspera financeiramente, até porque eu disse ser uma estudante/pesquisadora da universidade. Dei 15 reais que tinha na carteira, expliquei que não tinha condições de ajudar mais e me senti mal pela nulidade do ato.

Ocorreria algo semelhante em novembro de 2013. Através do *facebook* mantive contato com Marc, que entrevistei em Manaus. Ele tinha 25 anos e trabalhava como recepcionista em um *hostel* na cidade, função que lhe cabia muito bem devido ao seu amplo conhecimento em línguas: *créole*, francês, inglês e um pouco de espanhol e português. Meses depois em uma conversa pela internet ele me pergunta com quem eu

⁷⁸ Sou bolsista do CNPq.

morava em Brasília. Respondi que morava com meus pais, meu irmão e quatro cachorros. Em seguida e de forma totalmente inesperada ele diz: “posso viver com vocês, por favor?”. Mais uma vez, surpresa e constrangida com a situação, respondi que não poderia tomar uma decisão desse tipo, uma vez que moro na casa dos meus pais. Ele não insistiu. Achei estranho o pedido, já que não éramos suficientemente próximos: nossa convivência era limitada a 30 minutos de entrevista e raras conversas virtuais pelo *facebook*. Além disso, ele era um dos poucos haitianos que apresentava mais facilidade de se inserir no mercado de trabalho, já que tinha um alto nível de escolaridade: começou a cursar engenharia civil no Haiti, mas não concluiu, o que pretendia fazer no Brasil. Perguntei se ele estava enfrentando algum problema em Manaus e ele disse que não, mantinha o emprego. Não consegui compreender essa situação, talvez seja fruto de uma percepção de caráter sociocultural ou apenas uma idiosincrasia de Marc.

Conversei com a irmã Osani, que era a encarregada de propor e organizar cursos direcionados às imigrantes haitianas junto ao CETAM e voluntários. Devido a sua atuação no serviço aos imigrantes, principalmente através da Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, a irmã acumulava uma longa experiência de convivência com as mulheres haitianas. Perguntei a ela se também sentia dificuldade de estabelecer uma relação de confiança com as mulheres, ela disse que também as achava reservadas, mas sua preocupação era outra. Ela queria entender o porquê da baixa assiduidade das haitianas nos cursos oferecidos pela igreja, se era o horário, a forma de divulgação ou os tipos de cursos oferecidos. A irmã Osani pediu a minha ajuda, imaginando que, como antropóloga, eu poderia lhe oferecer uma visão inovadora do problema. Como é fácil antever, eu não consegui contribuir com soluções eficazes, apenas ofereci a minha visão, já que o distanciamento em relação às imigrantes haitianas não me proporcionava o acesso desejado às suas visões de mundo.

Meu conhecimento a respeito das mulheres haitianas era praticamente restrito àquele adquirido através das leituras bibliográficas. Eu tinha consciência de que no Haiti as mulheres costumeiramente atuavam como protagonistas do comércio de rua, sendo esta uma atividade marcadamente feminina e frequentemente acumulada com o cuidado das crianças, os afazeres do lar e, no contexto rural, também somada ao trabalho na lavoura⁷⁹. Entre as diversas atividades comerciais exercidas pelas mulheres

⁷⁹ Segundo N’Zengou-Tayo (1998), para compreender os papéis desempenhados pelas mulheres no Haiti é necessário situá-las quanto às classes sociais e ao meio em questão: urbano ou rural. Nas décadas iniciais do século XX, o cultivo da terra ainda era a principal atividade econômica desempenhada pelas

no Haiti, destaca-se o papel das *madanm sara*. Inicialmente elas eram mulheres camponesas que se deslocavam periodicamente às regiões mais próximas de mercado para vender produtos agrícolas, estes geralmente produzidos por sua família. Nesse sentido, as *madanm sara* ainda são as principais responsáveis por conectar as diferentes regiões do país a partir de um sistema interno de distribuição de alimentos (Derby, 1994; N’Zengou-Tayo, 1998; Thomaz, 2010). Na década de 70 surgiu um tipo urbano *madanm sara*: mulheres que viajavam constantemente a Porto Rico, Curaçao, São Martinho e Panamá para trazer produtos contrabandeados a baixo custo (N’Zengou-Tayo, 1998, p.127). Não apenas alimentos eram comercializados, mas também uma variedade de artigos e quinquilharias. Além dos costumes do Haiti, não se deve ignorar a influência do alto índice de desemprego no país, o que faz do comércio ambulante uma atividade ainda mais popular como meio de vida, já que – para muitos – é a única opção de sobrevivência. Esse quadro se expressava na profissão autodeclarada por muitas imigrantes haitianas que, ao preencher o formulário de solicitação do refúgio, se diziam comerciantes, enquanto os homens eram principalmente operários da construção civil. A experiência de trabalho das mulheres no Haiti, portanto, era mais voltada a empregos que exigiam uma qualificação menor, já que a educação é de difícil acesso em consequência de seu alto custo.

A partir dessas informações é possível inferir que a impopularidade dos cursos oferecidos às mulheres haitianas, os quais, vale lembrar, se voltavam à confecção manual de mercadorias de baixo custo, não se deve à falta de experiência em vendas, necessária para a conversão eficaz dos produtos finais em capital. Nesse sentido, tendo a pensar que essa rejeição se deve ao processo de realização do curso em si e de confecção dos artigos para a venda. Os dois processos envolvem um investimento significativo de tempo, o que se torna um problema quando há inúmeras incertezas

camponesas, sendo o comércio secundário. Mas na década de 80, este último já se definia como um domínio de atividades reservadas às mulheres, que atuavam significativamente no setor interno de venda e de distribuição de alimentos, mas também acumulavam outras funções: a organização da economia doméstica e da família, o cuidado das crianças e as atividades agrícolas. Esse padrão de contribuição das mulheres ao orçamento da família era reforçado pelo costume de migração sazonal dos seus companheiros, o que exigia uma maior independência financeira das mesmas. Já as mulheres no meio urbano podem ser divididas em: as migrantes camponesas recém-chegadas à cidade, geralmente mães solteiras e desempregadas; as mulheres das classes trabalhadoras; as de classe média baixa; as de classe média e os altos extratos. A formação escolar precária ou inexistente das mulheres oriundas do campo restringia suas possibilidades de atuação profissional, restando-lhes a prostituição ou o comércio de rua altamente competitivo de quinquilharias, alimentos, doces, roupas e bijuterias. As mulheres das classes trabalhadoras se dedicam principalmente ao trabalho mal remunerado nas fábricas e ao serviço doméstico, este último visto mais como um meio temporário de conseguir capital para se iniciar no ramo do comércio. No final do século XX, as mulheres de classe média ou da elite que não emigraram estariam mais voltadas às atividades profissionais executivas no setor comercial e bancário.

quanto à conversão rápida e segura do aprendizado e do trabalho aplicado em dinheiro. Somado a isso, as haitianas tem consciência de que o comércio de rua é uma atividade intensamente competitiva e que não gera um retorno significativo. As atividades comerciais mais rentáveis são aquelas que dependem do investimento de um montante significativo de capital, do qual elas geralmente não dispõem. Além disso, sabe-se que esta aplicação sempre implica um risco, como o de sofrer violência ou roubos, ainda mais temíveis em um país estrangeiro. De toda forma, essas são meras especulações.

Os cursos que exigem dedicação exclusiva devido à densidade da carga horária não são populares entre os imigrantes haitianos, já que grande parte deles não dispõe de condições financeiras necessárias ao próprio sustento – moradia, alimentação, transporte – durante o período de aprendizado. Além disso, mesmo os escassos cursos gratuitos requerem a compra de materiais. Esse é o caso do curso de garçom oferecido pelo Serviço Nacional do Comércio (SENAC) no centro de Manaus. O curso é aberto para toda a comunidade, nacionais e imigrantes, desde que um documento de identificação seja apresentado, além de comprovante de residência e de conclusão do ensino fundamental ou algo equivalente a ele. Segundo informações dadas por uma funcionária do SENAC em entrevista concedida durante o meu rápido retorno⁸⁰ a Manaus, dez imigrantes haitianos teriam passado pelo curso de garçom, sendo que quatro ainda estariam em andamento. Outros chegaram a ingressar no curso, mas desistiram no meio do caminho em consequência da dificuldade de se manterem durante todo o período de formação. O curso tem carga de 250 horas, com aulas de 8 às 15 horas, o que impossibilita qualquer trabalho diurno e, portanto, diminui as chances de empregabilidade nesse período. São mais de dois meses de treinamento, seguido de um estágio não remunerado de 40 horas em um restaurante que pode vir a contratar o estagiário no fim da experiência de trabalho, mas – independente do desempenho – não é algo garantido.

Conversei com quatro haitianos que estavam fazendo o curso de garçom do SENAC, mas entrevistei apenas um, Henri Claude, de 36 anos. No caso desse rapaz, o acompanhamento do curso era possível com muito sacrifício. Estava alojado no abrigo da Associação Ama Haiti, o que significava uma economia temporária do aluguel. As três refeições diárias eram oferecidas no abrigo, mas quando estava no curso ele

⁸⁰ Para lembrar, realizei um pré-campo nos dias 19 e 31 de março de 2013 e retornei à cidade em outubro, em uma rápida passagem de 5 dias, apenas para realizar algumas entrevistas após o campo em Tabatinga.

almoçava gratuitamente no próprio SENAC. Já os recursos para o transporte diário eram disponibilizados pela mesma associação. Se Henri Claude foi capaz de se manter no curso profissionalizante, isso se deveu a um arranjo muito particular que não está ao alcance de muitos outros. Outra particularidade que não pode ser generalizada é o fato dos familiares que dependem de Henri Claude, no caso, a sua mãe, estar em condições de se privar das remessas por alguns meses. O desejo de estudar, seja através de cursos profissionalizantes ou de faculdades, é frequentemente declarado pelos imigrantes haitianos. Henri Claude, por exemplo, além de fazer o curso de garçom, também acompanhava as aulas de um curso de pré-vestibular oferecido gratuitamente na Igreja São Geraldo, pois o seu objetivo era fazer o curso de Turismo na Universidade Federal do Amazonas. Os cursos profissionalizantes com maior procura são aqueles cujos horários, geralmente o período noturno, são conciliáveis com a rotina de trabalho. Em Manaus, parcerias entre as igrejas ou associações e o Serviço Nacional da Indústria (SENAI), o Serviço Nacional do Comércio (SENAC) e o Centro de Educação, Ciência e Tecnologia (CETAM) tem proporcionado o acesso, mesmo que limitado, a diversos cursos profissionalizantes. Além disso, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) também atuaram em projetos de formação dos imigrantes haitianos.

Em março de 2013 acompanhei o processo de inscrição de imigrantes haitianos em cursos do SENAI organizado pela Irmã Valdiza, da Pastoral dos Migrantes. Havia três vagas para cada tipo de curso, que cobriam uma ampla variedade de áreas, mas cada um apresentava exigências específicas: conclusão do ensino fundamental, do ensino médio ou de outros cursos do próprio SENAI, no caso daqueles estruturados em séries progressivas. Os cursos iniciais nas áreas de eletrônica, mecânica e construção eram os mais procurados pelos imigrantes haitianos, mas já havia alguns dando continuidade a cursos já realizados no SENAI, agora em níveis mais avançados. Fiquei impressionada com a disposição dos haitianos em procurar aperfeiçoamento. O salão paroquial da Igreja São Geraldo, onde se realizava o processo de inscrição, estava repleto de candidatos que eram organizados através de fichas com a ordem de atendimento. Ouvi até o relato de um haitiano que estava pagando um curso do SENAI por conta própria através do seu salário por não ter conseguido a vaga na época, o que demonstra o valor dado ao aperfeiçoamento profissional pelos imigrantes haitianos. Ao saberem que eu era uma pesquisadora vinculada à universidade pública, era comum me perguntarem a respeito das formas de ingresso ao ensino superior no Brasil e se existia algum projeto

voltado especificamente aos imigrantes haitianos. Isso ocorreu durante toda a pesquisa, seja em Manaus ou em Tabatinga, a vontade de seguir os estudos, por vezes interrompidos na República Dominicana, era patente.

Já falei sobre o abrigo da Igreja São Francisco para as mulheres imigrantes, mas ainda falta abordar os outros dois. Um prédio de três andares e cinco cômodos foi alugado pela Associação Ama Haiti em Manaus, no bairro Parque Dez, para receber os imigrantes haitianos, apenas homens. A associação já chegou a acolher casais por um tempo, mas modificou a sua política de acolhimento após ter alguns problemas. Entrevistei um dos coordenadores da organização não governamental Ama Haiti, Michael. Ele me contou que a decisão de receber apenas homens, que constituem a maioria dos migrantes, se deveu a dois fatores: o primeiro seria os inconvenientes da intimidade dos casais em um espaço onde não há separação de parede entre as camas ou colchonetes, mas sim um ambiente compartilhado pelo grupo; o segundo, mais grave, se tratava de casos de agressão e violência doméstica entre casais. Michael não comentou muito sobre esses casos de violência de gênero, apenas que uma mulher haitiana teria denunciado o seu companheiro por agressão e o caso como um todo consumiu muito tempo e esforços por parte dos coordenadores, que optaram pela mudança das normas da casa.

A Ama Haiti contava com essa casa de três andares que acolhia aproximadamente 70 haitianos, mas já chegou a receber mais de 400 no auge dos fluxos migratórios, época em que utilizava um galpão vizinho com espaço mais amplo. Os recursos são provenientes de doações da sociedade e de outras instituições. A associação recebeu ajuda do governo em relação aos aluguéis uma vez, mas no momento da entrevista – março de 2013 – contava apenas com doações da Cáritas, intermediada pelos padres da Paróquia São Geraldo, e de uma igreja evangélica Presbiteriana para pagar o aluguel da casa. No abrigo os imigrantes participam de aulas de português, recebem alimentação (café, almoço e jantar), orientação relativa à emissão de documentos e, por vezes, encaminhamento ao mercado de trabalho.

Um dos trabalhos dos coordenadores da casa é orientar os haitianos quanto aos direitos trabalhistas e preveni-los contra situações de exploração da mão-de-obra, mas – apesar disso – eles ainda eram vítimas de empregadores de má-fé. Frequentemente caminhões de empreiteiras paravam diante da casa à procura de mão-de-obra em regime de diárias. Os imigrantes haitianos, ansiosos por trabalho, geralmente aceitavam a oferta e subiam na carroceria do caminhão para a rotina dura de serviço. No final, às vezes

após dias seguidos de trabalho, esses contratantes sumiam sem pagar os imigrantes, que se viam sem alternativas, já que não sabiam informar com precisão quem era o empregador. Michael advertia os imigrantes haitianos do abrigo que não aceitassem um trabalho sem antes comunicá-lo para que ele anotasse os dados do empregador ou da empreiteira – nome, CPF ou CNPJ, telefone, endereço, entre outros – que se fariam necessários no caso de denúncias de abuso. Mas não apenas essas empresas se aproveitavam da vulnerabilidade dos imigrantes. Houve um caso de uma empresa terceirizada contratada pela Prefeitura de Manaus para cortar a grama da área da Ponta Negra que contratou informalmente imigrantes haitianos, mas nunca pagou pelos serviços prestados. Infelizmente essa é uma situação muito comum, especialmente quando se trata de pequenas empresas terceirizadas, que se multiplicam em tempos de implementação de grandes projetos de infraestrutura, em muitos casos associados à Copa do Mundo no Brasil. A urgência de concluir as obras acaba por produzir um aumento na contratação de inúmeras prestadoras de serviços sem a devida fiscalização das condições de trabalho por elas oferecidas.

Muitos casos de violação da legislação trabalhista não chegam ao conhecimento das autoridades brasileiras, mas no ano passado 121 imigrantes haitianos foram resgatados de situações de trabalho e de vida tão degradantes que foram comparadas à escravidão⁸¹. Os imigrantes haitianos geralmente são empregados como ajudantes de obras, função que exige o mínimo de qualificação e experiência no ramo da construção civil. Além dos casos de exploração divulgados pela mídia, obtive conhecimento dessas situações através de relatos dos haitianos com os quais conversei em campo. O principal tópico das conversas entre nós girava em torno da obtenção do emprego ou dos problemas enfrentados por eles nessa área. As violações eram de variados tipos: recusa do pagamento total ou parcial dos serviços prestados; atraso nos salários; extensão da carga horária sem prévio consentimento e sem o pagamento de horas extras; no caso das

⁸¹ Um dos resgates ocorreu em Cuiabá-MT, onde 21 vítimas haitianas estavam alojadas em um espaço insalubre, com condições sanitárias insuficientes, superlotação, falta de água e de camas. Além disso, a empresa terceirizada demitiu os trabalhadores sem pagar os salários devidos. O outro flagrante de exploração ocorreu em uma obra da mineradora Anglo American no município mineiro de Conceição do Mato Dentro-MG, onde 100 haitianos e outros brasileiros foram resgatados. O alojamento dos trabalhadores estava em condições precárias, inclusive a comida oferecida estava aquém do padrão mínimo de qualidade e higiene, o que gerou diversos problemas de saúde entre os trabalhadores. Havia casos de servidão por dívida associada ao custo da viagem, além do impedimento da demissão dos funcionários, que foram informados que não tinham direito de sair do emprego antes de três meses. Fonte: Wroblewski, Stefano. Imigrantes haitianos são escravizados no Brasil. Publicado em: 23/01/2014. Disponível em: [<http://reporterbrasil.org.br/2014/01/imigrantes-haitianos-sao-escravizados-no-brasil/>]. Acesso em 24/01/2014.

empresas que contratam empregados em locais distantes, existem aquelas que exigem o ressarcimento dos custos do deslocamento, o que pode configurar servidão por dívida; disponibilização de alojamento e alimentação em condições degradantes; falta de segurança no trabalho, entre outras formas de violação dos direitos trabalhistas. Além da falta de fiscalização, a situação é agravada pela ausência de políticas públicas voltadas aos imigrantes haitianos, que embora não sejam os únicos explorados, se apresentam como um dos grupos de maior vulnerabilidade.

A orientação quanto aos direitos trabalhistas⁸² é de fundamental importância. Há a distribuição de cartilhas informativas da legislação trabalhista brasileira, mas ainda carecem iniciativas de orientação correta quando as contratações são realizadas por empresas de outros estados. As igrejas e a Associação Ama Haiti, quando intermediam contratações, se esforçam por assegurar condições dignas de trabalho, mas essas iniciativas não contemplam o universo total de contratos empregatícios. Em conversa com o padre Gelmino, da Paróquia São Geraldo, ele disse que somente aceita intermediar a contratação por parte de empresas que se comprometam a arcar com os custos do transporte, além da alimentação e do alojamento nos momentos iniciais de adaptação e instalação dos trabalhadores na nova cidade; e que firmem antecipadamente a contratação, para garantir que os haitianos não sejam abandonados ao chegar na cidade de destino. Além disso, o padre Gelmino e outros voluntários da igreja ou de associações orientam os imigrantes haitianos quanto aos seus direitos, como o direito de rescindir o contrato de trabalho no caso de insatisfação. Em 2013, o número de empresas que enviavam representantes para realizar a seleção e o contrato de trabalhadores haitianos diminuiu drasticamente. Segundo o padre Gelmino, isso se deveria em parte ao alto índice de desistência por parte dos haitianos, o que tornaria essas contratações arriscadas e muitas vezes onerosas às empresas. Outra causa seria o aumento da independência dos imigrantes haitianos, que não mais esperam a escassa oferta de emprego nas cidades fronteiriças ou nas capitais amazônicas por parte de empresas de outras regiões brasileiras, mas já se deslocam para outros estados –

⁸² A legislação trabalhista brasileira e a Instrução Normativa nº 90/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego-MTE exigem que o recrutamento de trabalhadores em localidades diversas de sua origem por empresas deve obedecer algumas medidas que evitam a super-exploração do trabalho. Nessas condições, as empresas que contratam cidadãos brasileiros ou estrangeiros são responsáveis por arcar com os custos do transporte e com a segurança durante o mesmo, caso ocorra eventuais acidentes no trajeto. Além disso, a contratação deve ser efetuada antes do deslocamento dos trabalhadores. Outra medida é a necessidade de comunicar o MTE quanto à realização do transporte dos trabalhadores.

especialmente no sudeste e no sul do país – em que se encontram parentes, amigos ou conhecidos que divulgam as supostas melhores condições de trabalho e os salários maiores. Dessa forma as empresas contratantes também têm menos incentivos para arcar com o deslocamento dos agentes e dos trabalhadores contratados, já que os próprios haitianos passaram a bater na porta de suas empresas. Até mesmo a contratação de um haitiano é suficiente para que a notícia se espalhe através da eficiente rede de informações dos próprios imigrantes.

Voltando à situação do abrigo da associação Ama Haiti, um dos coordenadores também relatou as recorrentes tensões com os vizinhos da casa. Eles geralmente reclamam das aglomerações de imigrantes nas calçadas. Como são imigrantes recém-chegados à cidade de Manaus, a maioria ainda não tem emprego, o que intensifica as situações de conflito na vizinhança, já que a ociosidade daqueles parece incomodar a população circundante. A forma de utilização dos espaços públicos, notoriamente as calçadas, é a principal reclamação por parte dos moradores, esta associada a outras como o volume alto das conversas. Quaisquer oportunidades para culpar os haitianos por algum problema são aproveitadas, já que esses se tornaram os bodes expiatórios preferenciais. Outros estigmas também afloram, como os que os retratam como potenciais vetores de transmissão de doenças como a AIDS e a hepatite, gerando um isolamento dos mesmos. Como é proibido o uso do cigarro e de bebidas alcoólicas dentro do abrigo, os haitianos utilizam o espaço público circundante para tal, o que dá margem para acusações de alcoolismo e outras de caráter moralizante.

O outro abrigo que visitei, de propriedade da Congregação dos Missionários de São Carlos, conhecidos como scalabrinianos, tinha acabado de ser construído no Zumbi dos Palmares, um bairro periférico da zona leste de Manaus. O abrigo era vinculado aos padres Gelmino e Valdecir, da Paróquia São Geraldo, ambos scalabrinianos. Como era recente, o espaço não contava ainda com camas, apenas colchões, mas elas já estavam sendo providenciadas pela igreja. Antes da inauguração do Albergue Zilda Arns, dia 18 de março de 2013, a igreja recebia os imigrantes haitianos em outros espaços: a quadra da paróquia, nos casos de extrema necessidade, e outros espaços alugados temporariamente para acolhê-los. Um imigrante haitiano, Philippe, que estava já há um ano no Brasil foi convidado pelos padres para trabalhar temporariamente como coordenador interno do abrigo, serviço pelo qual seria pago, e lá morar, enquanto não encontrasse um emprego melhor. Philippe aceitou prontamente o convite de trabalho, já que estava desempregado e dependendo do irmão, com quem dividia uma quitinete em

Manaus. Ele admitiu que estava mais aliviado, já que precisava enviar remessas aos pais e filhos que permaneceram no Haiti, mesmo que seus rendimentos ainda fossem pequenos. Seus filhos estudavam em colégio particular no Haiti, já que a educação pública era de má qualidade e apresentava alto índice de cancelamento de aulas por ausência de professores. Em Santa Rosa, cidade peruana que faz fronteira com o município brasileiro de Tabatinga-AM, separada deste pelo Rio Solimões, Phelippe foi assaltado e perdeu tudo o que tinha: suas malas com todos seus pertences e ainda 800 dólares. Ele teve de dormir na rua enquanto o irmão, a quem recorreu, que já estava trabalhando em Manaus como ajudante de obra, se esforçava para conseguir lhe enviar uma quantia em dinheiro. Quando em Manaus, Philippe trabalhou como comerciante na feira. Ele já acumulava a experiência de vida como imigrante na República Dominicana, mas não gostava desse país. Para ele, a República Dominicana só era um país bom para os haitianos de classe média e alta e não para as classes populares, que além de exercer trabalhos árduos e de baixa remuneração, sofria o racismo, apesar de a população dominicana ser multirracial: uma mistura entre brancos, negros e índios. Ele ainda não sentia o mesmo tipo de preconceito no Brasil, que considerava um bom lugar para viver, com pessoas mais receptivas e amigáveis em relação aos haitianos. Não pretendia voltar a morar no Haiti, apenas visitar os familiares e conhecidos. No futuro, também gostaria de trazer os filhos e a esposa para viverem ao seu lado.

Philippe se mostrou, apesar do sofrimento, uma pessoa alegre e muito comunicativa, de fácil relação, que rendia habilidades no trato com os demais imigrantes no albergue Zilda Arns. Sua função era garantir que todos os membros do abrigo fossem cadastrados, com data de entrada e saída; organizar de forma rotativa uma equipe de trabalho para o preparo e distribuição do café da manhã e jantar, além da limpeza da cozinha; e manter a ordem do espaço. A admissão no abrigo dependia da autorização direta dos padres ou irmãs scalabrinianas e o tempo máximo de permanência era de 60 dias. Após o café da manhã, de acordo com as normas da casa, todos deveriam sair à procura de trabalho, com exceção da equipe de cozinha do dia.

Conheci as instalações do albergue Zilda Arns ao lado de um estudante, ou melhor, padre scalabriniano em formação. De origem mexicana, o jovem Filemon já tinha vivido como imigrante ilegal nos EUA antes de descobrir a vocação eclesial, época em que sofreu muito com a clandestinidade. Talvez essa experiência seja uma das razões para a sua singular sensibilidade em relação aos haitianos. Depois que entrou para a congregação, ele já trabalhou com imigrantes clandestinos na fronteira do

México com os EUA, situação que considerava mais delicada que o seu serviço de assistência junto aos haitianos, já que a primeira apresentava o fator do risco, pois recebiam criminosos fugitivos. Ele visitava o abrigo todos os dias e se tornou responsável por coordená-lo. Uma das preocupações de Filemon era proporcionar um ambiente mais acolhedor de convivência entre os haitianos. Na época ele estava se dedicando à procura de filmes com legenda em *créole* ou ao menos francês e músicas para criar eventos e momentos de entretenimento, já que notava o sofrimento silencioso dos imigrantes, ansiosos quanto a sua situação e com saudades de sua terra.

Filemon conversava mais com os imigrantes falantes de espanhol, já que não dominava o francês como língua, apenas algumas palavras. Também aproveitei para conversar com estes, já que meu conhecimento da língua francesa era inferior ao da língua espanhola, mais facilmente manejada, além do fato de ser a língua escolar e não a língua falada pelas classes populares. Durante a tarde de minha visita, observei os imigrantes chegar a casa, uns voltando após o fim do expediente de trabalho e outros da procura por emprego na cidade. Eles rapidamente formaram um grupo de dominó no pátio do abrigo, que animadamente realizavam as partidas enquanto discutiam em *créole*. O clima era de descontração, mas Phillippe disse que às vezes os jogos de dominó terminavam em discussões mais acaloradas, o que exigia sua intervenção. Não há dúvidas que ocorriam pequenos desentendimentos, estes relatados também na frente da igreja São Geraldo, mas essa também era uma forma de reafirmar sua importância na casa. Enquanto isso uma equipe de trabalho preparava o jantar na cozinha: arroz cozido com feijão preto e pimenta calabresa e salsichas também cozidas no tacho. A variabilidade do cardápio era bastante limitada, já que a igreja dependia de doações, sempre escassas, mas não faltava comida.

Na ocasião da visita ao albergue Zilda Arns troquei contato com dois haitianos com quem conversei mais, o Philippe, coordenador da casa, e Angelo, um rapaz de 33 anos que estava há apenas dois meses no Brasil, mas era de fácil compreensão, já que morou na fronteira com a República Dominicana por muitos anos. Ainda não tinha emprego, mas fazia curso de português oferecido pelo CETAM na Paróquia São Geraldo. Ele estava sentado em uma carteira estudando uma apostila com instruções básicas da língua portuguesa em *créole*, que era distribuída pela igreja. Estava ansioso por entender a nossa língua, já que isso o ajudaria não só a se comunicar melhor, como a conseguir um emprego. Conversamos mais sobre a pronúncia das palavras em português e em *créole*, além de suas impressões sobre o Brasil, que ainda eram muito

vagas e repletas de expectativas. Tempo depois, através do contato pelo *facebook* – uma rede social virtual muito popular entre os imigrantes haitianos, assim como no mundo inteiro – soube que ele conseguiu um emprego em uma firma no Rio Grande do Sul, para onde se dirigiu com seus próprios recursos financeiros.

Estabelecer contato com os imigrantes haitianos pelo *facebook* se mostrou bastante profícuo, não só por poder acompanhar as rotas escolhidas pelos mesmos, mas por ter acesso aos seus esforços em manejar e divulgar representações específicas de si mesmos para a rede de parentes, amigos e colegas, principalmente através do recurso das fotos. Tive acesso apenas a cinco perfis do *facebook*, mas com isso é já possível fazer alguns apontamentos despreziosos a respeito da auto-representação construída pelos imigrantes haitianos. Alguns aspectos da experiência migratória acabam se refletindo na seleção das fotos expostas nos álbuns virtuais dos haitianos. O mais evidente é a saudade em relação aos que permaneceram no país de origem e o reconhecimento da importância deles como referência de vida mesmo após a emigração, o que é sugerido pelo destaque e pela quantidade de fotos de parentes e amigos que ainda vivem no Haiti. Já a dimensão do sofrimento e das dificuldades vivenciadas no percurso migratório, para além da saudade, não encontra repercussão nas fotos escolhidas, o que sugere o desejo por parte dos haitianos de construir imagens mais positivas de sua experiência migratória.

A construção de auto-representações de sucesso é parte não apenas de uma estratégia de reforço da autoestima, a qual todos nós adotamos em alguma medida, mas também de elevação do *status social* diante dos que não emigraram. Dos cinco perfis analisados, três traziam imagens dos imigrantes haitianos posando ao lado ou dentro de carros, tanto populares como importados. É uma forma de aludir ao sucesso financeiro da empreitada migratória, mesmo que não se pretenda convencer os outros da posse do veículo, como é evidente nas fotos cujo cenário é um salão de exposição de carros importados. Philippe, o coordenador do albergue do Zilda Arns, que estava se reerguendo lentamente do impacto oneroso do assalto na fronteira e do desemprego em Manaus, fez questão de publicar em seu perfil do *facebook* um álbum de fotos em que ele posava ao lado de um carro popular com a porta aberta, como se lhe pertencesse e ainda estivesse prestes a dirigi-lo. Outro tipo de foto recorrente que parece querer expressar o mesmo tipo de auto-representação de sucesso são aquelas que focam no próprio imigrante e em suas vestimentas e acessórios. Não necessariamente expõem itens de marca, mas sempre apresentam o seu melhor.

A partir disso, é fácil antever o quão é sofrida a situação de extrema privação vivida pelos haitianos nos alojamentos superlotados e sem estrutura sanitária das fronteiras brasileiras. Mesmo nesses contextos em que é difícil ou mesmo impraticável manter a boa aparência e a higiene, nós podemos observar – e nos surpreender – com o modo como eles conseguem se apresentar. Mesmo no calor da região amazônica, que é intensificada nos abrigos superlotados, dificilmente se observa um imigrante haitiano de short ou de chinelo⁸³. Geralmente estão com camisa, muitas vezes até de manga longa, calça jeans e tênis ou sapato, todos impecáveis. As mulheres usam mais saias longas, mas também calças jeans. Como se pode imaginar, os imigrantes não gostam que os fotografem em situações em que estão sujos ou desmazelados, mesmo que seja para tornar público os problemas enfrentados pelos mesmos⁸⁴. Essa espécie de vaidade ou orgulho é compreendida melhor enquanto um *senso apurado de dignidade própria*. Os haitianos não pretendem apagar o sofrimento da memória histórica de seu povo, mas exatamente por terem consciência daquilo que sempre tiveram de enfrentar e superar, não aceitam que maculem a imagem de sua nação.

Vestir-se e apresentar-se com esmero não é uma maneira de *fingir ser o que não é*, mas de construir-se com dignidade ou, segundo Friedman (1991), “*to clothe the self is to define the self*” (p.157). Jonathan Friedman refere-se a um contexto distinto, o culto à elegância e às roupas e acessórios de grifes por parte de jovens congolese de classes populares. Ao adotarem esse estilo de vida, esses jovens não intencionariam representar status ou riqueza superiores as suas verdadeiras condições socioeconômicas, mas simplesmente mobilizar esses itens de poder com a finalidade de ascender de fato dentro de uma escala cosmológica, que em si já significa um triunfo. Esse caso etnográfico não

⁸³ A partir do seu trabalho de campo no Haiti, Baptista fez uma observação semelhante quanto a maneira dos haitianos se vestirem: “Como percebera, de um modo geral as pessoas costumavam se vestir de maneira quase formal. Era difícil, apesar do calor de verão que se aproximava, ver na rua pessoas vestidas com bermudas ou camisas mais folgadas. Pelo contrário, era comum ver pessoas usarem, por baixo de uma camisa social, uma camiseta regata ou de mangas curtas.” (2012, p.156).

⁸⁴ O padre Gelmino da Paróquia São Geraldo me falou sobre a dificuldade de convencer os imigrantes haitianos quanto à necessidade de divulgar a situação de calamidade que se formou com a chegada súbita de um grande contingente de imigrantes da fronteira amazônica. A igreja não tinha a seu dispor nem recursos e nem estrutura suficiente para alimentar e alojar todos os que demandavam. A repercussão dessa situação na rádio e na televisão era uma estratégia para pressionar as autoridades do governo – municipal, estadual e federal – a criarem políticas migratórias adequadas, ou seja, não se contentarem apenas com a concessão do visto, mas também oferecerem um meio de integração digna dos haitianos na sociedade brasileira, além de sensibilizar a população manauara a doar e aderir a causa. Os imigrantes haitianos temiam rebaixar a imagem de seu povo, mas aceitaram por não encontrarem outra solução. A repercussão da chamada “crise humanitária” na mídia produziu parcialmente os efeitos desejados: as autoridades governamentais executaram ações emergenciais para contornar a situação, mas não criaram uma política migratória mais ampla e nem um plano sistemático de cooperação entre as três esferas do governo, ou seja, não consolidaram políticas que rompessem o limite das ações paliativas e pontuais.

seria uma exceção que se oporia ao padrão ocidental moderno supostamente universalizado. Friedman (1991), assim como outros autores (Gondola, 1999; Miller, 2010), critica a visão ocidental que pressupõe que o verdadeiro *self* do indivíduo está situado nas profundezas de seu interior em oposição às superfícies exteriores ilusórias, como seria o caso das roupas, as quais poderiam representar tanto a mentira como a verdade. Essa visão está fundada em uma ontologia ocidental historicamente muito particular. A disseminação global de tendências de moda e de vestuário vistas como ocidentais não implica necessariamente a hegemonia de sua ontologia ou, em outras palavras, de sua forma de concepção do *self* e das estratégias identitárias vinculadas a ela (Friedman, 1991; Miller, 2010). O modo de vestir-se não é mera superficialidade, mas sim um processo importante na construção do próprio *self*, que não pode ser apartado de sua forma de apresentação. A generalização impositiva da ontologia de um *self* internalizado em oposição às aparências ilusórias do mundo exterior é perniciosa na análise antropológica, pois nos impede de reconhecer outras visões de mundo ao recriminá-las de antemão como vícios morais⁸⁵, ainda mais quando se trata de grupos economicamente marginalizados que valorizam e constroem suas identidades a partir da apresentação de si. Gondola (1999) interpreta a elegância ostentada através do vestuário de grife dos imigrantes congolezes como uma espécie de redenção do sofrimento e das privações vividas diariamente na experiência de exploração, clandestinidade e marginalidade na Europa. O caso dos haitianos é distinto, pois não se trata de culto exclusivo à sofisticação das grifes mundiais, mas uma preocupação com a aparência que, ao olhar externo, ainda assim parece não condizer com suas condições precárias de vida.

O senso de dignidade que está por traz do zelo dos haitianos está muito vinculado à auto-representação do povo haitiano que tem consciência de ser a primeira nação negra a se tornar independente no mundo, em outras palavras, sabem que venceram as adversidades de lutar contra os prósperos colonizadores europeus, que enriqueciam à custa da escravidão dos negros. Já observei alguns imigrantes haitianos se ofenderem ao ouvirem comentários relativos à pobreza extrema de seu país. Essa atitude não é um meio de ignorar a realidade, mas de situá-la devidamente sem estigmatizar o povo haitiano, na visão dos mesmos. Percebi a sutileza dessa distinção ao

⁸⁵ São comuns as acusações de ostentação, superficialidade, futilidade e frivolidade, ainda mais severas no caso de grupos empobrecidos, pois seria supostamente um erro de prioridades. A valorização do que é visto como exterior ainda é lida como indício de vazio interior: falta de cultivo da espiritualidade ou intelectualidade do verdadeiro *self*.

conversar com um imigrante haitiano. Rodolphe tinha 40 anos e prestava serviços de forma independente como pintor em Manaus. Ele me explicou que sua terra era abundante em riquezas, o que entendi de maneira ampla, mas que, devido ao Estado haitiano ser ineficiente e corrupto, existia muita concentração de riquezas nas mãos de uma minúscula elite. Seu objetivo não era mascarar os graves problemas socioeconômicos do Haiti, nem suas crises políticas, mas impedir que reduzissem o seu país a uma nação de mendigos, que não seriam nada além de suas necessidades. A fala de outro haitiano, Maxon, que entrevistei em Manaus também é esclarecedora:

“Na minha visão o povo haitiano é o povo mais forte do mundo. Só o que falta é a união. A gente é o primeiro povo negro que foi independente. A gente ajudou mais de 5 países pra pegar a independência: o Peru, a Colômbia, o Equador, a Venezuela... Mas depois a gente não se juntou pra ajudar um ao outro, a gente não tem a união. Depois de 1986, depois que chegou a democracia no país, então começou uma divisão política no país. Desde então o país começou a [...] sempre ter confronto. Pra mim o haitiano é um povo muito forte, é um povo que nunca desiste.” (Maxon, 26 anos, estudante de engenharia mecânica).

Ao se referirem ao seu país, é muito comum que os haitianos diferenciem os governos que se sucederam no controle do aparelho do Estado, alvo de críticas contundentes, da nação haitiana, que é fonte de orgulho. A memória das adversidades enfrentadas no passado e no presente pelos haitianos não é esquecida, mas sim cultivada, pois ela é a prova da robustez, obstinação e tenacidade de seu povo. Não obstante, a altivez resultante da consciência que os haitianos têm de seu valor não raro é interpretada pelos outros como um orgulho frívolo e até mesmo confundida como ingratidão por alguns voluntários⁸⁶ que prestaram caridade aos imigrantes e esperavam uma humildade ou submissão mais acentuada. Segue outra fala de Maxon a respeito da assistência prestada pela igreja católica aos imigrantes haitianos:

“Quando você fala que a igreja ajuda você, tem pessoa que pensa que a igreja dá dinheiro, mas não. A igreja não tem condições de ajudar todos os haitianos. A igreja me ajudou como? Se eu tiver um problema, eu posso chamar a igreja pra ajudar. Mas não é a igreja que paga minha faculdade. A igreja me ajuda a conseguir emprego. Tem uma vez que eu precisava de 200 que faltava pra pagar a faculdade. Eu fui lá com o padre e pedi 200 reais, ele me deu. Então a igreja me ajuda, mas se eu fosse na televisão não falaria que a igreja me ajuda, porque tem muitos brasileiros que pensam que a igreja é que paga a faculdade pra mim, mas não.”. (Maxon, 26 anos, estudante de engenharia mecânica).

⁸⁶ Essa opinião não é representativa da totalidade dos voluntários com os quais entrei em contato em Manaus, pelo contrário, foi sustentada por duas pessoas que constituem evidente minoria entre os demais.

Não pretendo sustentar que esta é a opinião predominante entre os haitianos, até porque Maxon, diferente da maioria dos imigrantes, pertence à classe média⁸⁷, mas é certo que há um cuidado em expressar como é recebida a ajuda de modo a não desqualificar o esforço e os sacrifícios realizados pelos próprios haitianos durante a árdua experiência migratória. Para pagar seus estudos⁸⁸, Maxon trabalha em uma agência bancária especializada em remessas das 9 às 17 horas e faz o curso de engenharia mecânica em uma faculdade particular das 18:30 às 22:30 horas. Além disso, é atuante como voluntário da Pastoral do Migrante na Paróquia São Geraldo, servindo como tradutor em casos específicos que demandam uma comunicação mais cuidadosa, como acontece quando imigrantes que apenas falam *créole* estão gravemente doentes. Atualmente ele tem evitado uma participação tão intensa quanto a que prestou por quase 3 anos, já que sua rotina de trabalho e estudo exige grande dedicação, restando-lhe pouco tempo livre. A seriedade e o comprometimento de Maxon renderam-lhe grande estima frente aos padres da Paróquia São Geraldo, voluntários da Pastoral do Migrante e também entre seus conterrâneos.

Maxon tinha consciência das críticas direcionadas pela população manauara aos seus conterrâneos, como se estes fossem pessoas absolutamente acomodadas, indolentes e ociosas, que se aproveitariam como parasitas da assistência e dos recursos disponibilizados pela igreja, por outras instituições da sociedade civil e, por vezes, do Estado. Precavendo-se contra essas críticas infundadas, Maxon fazia questão de salientar o caráter emergencial da assistência, que é voltada para a recepção temporária dos recém-chegados mais necessitados, enquanto estes se esforçam pela inserção no mercado de trabalho. Aliás, o objetivo da migração que foi declarado por todos os haitianos que entrevistei e conversei era o trabalho e não o desejo de receber assistência indefinidamente e manter-se dependente. O sonho dos imigrantes, pelo contrário, é não apenas ser capaz de se sustentar dignamente com seu trabalho, mas também auxiliar seus dependentes que permaneceram no Haiti.

Antes de seguir à descrição do campo propriamente dito, este realizado em Tabatinga, cabe abordar de maneira mais direta a dimensão do conflito que permeia o

⁸⁷ Situo a família de Maxon como pertencente à classe média, embora desconheça o valor de sua renda familiar, por entender que a mesma não necessita do envio constante de remessas para se manter. Além disso, Maxon teve oportunidade de entrar para o ensino superior no próprio Haiti. Embora dependesse de bolsa para pagar seus estudos, Maxon não precisou trabalhar enquanto estudava em seu país, o que seria impossível para membros de classes populares do Haiti.

⁸⁸ Maxon paga as mensalidades de seu curso superior com seu salário e também faz uso do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), um programa do Ministério da Educação destinado à concessão de financiamento a estudantes, que concede 50% do valor da mensalidade.

compartilhamento dos espaços públicos entre os imigrantes haitianos e as populações locais. Não pude observar diretamente esse tipo de conflito em Tabatinga, apenas ouvir relatos de situações pretéritas, já que agora o pequeno contingente de haitianos se acomodava no Hotel Amazônia e, quando muito, se reunia em grupos na frente do estabelecimento para amenizar o calor e ver o movimento da rua. Entretanto foi em Manaus, uma cidade com população 34 vezes superior a de Tabatinga⁸⁹, o que – pela lógica – diminuiria o impacto da presença haitiana, que tive oportunidade de observar tensões advindas da forma de uso do espaço público pelos imigrantes. Como foi dito anteriormente, a Paróquia São Geraldo⁹⁰ se tornou um ponto de referência aos haitianos em Manaus por duas razões centrais: a oferta de assistência direcionada especialmente aos imigrantes recém-chegados da fronteira; e a constituição de um espaço de sociabilidade e encontro dos haitianos. A igreja, que apresenta uma grande participação de voluntários da Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Manaus, gradualmente especializou-se no atendimento aos haitianos em resposta ao fluxo crescente dos mesmos, embora não recuse auxílio a imigrantes de outras nacionalidades. O espaço circundante à paróquia já é identificado pela população manauara e pelos frequentadores da igreja como o ponto de encontro dos haitianos na cidade, em consequência da consistente presença dos mesmos, que são observados sentados nas calçadas, conversando na esquina ao abrigo do sol ou circulando pelas ruas em grupos. Vizinhos e voluntários da Pastoral do Migrante, que frequentam habitualmente esses espaços, não raro reclamam da aglomeração de haitianos e de seus efeitos mais notáveis: o som das conversas que, segundo as acusações, seria alto demais. É importante dizer que, no Brasil, não há casos registrados de conflitos graves entre imigrantes haitianos e membros das populações locais. Os conflitos se dão mais por via indireta, através da intensificação de antipatias, ressentimentos e aversões, ou – em casos de maior exaltação – através de discussões verbais e ofensas mútuas.

Não pretendo defender a ideia de que os espaços de familiaridade atualizados diariamente pelos haitianos estariam isolados em espécies de guetos ou aldeias intraurbanas. Esses espaços estão integrados ao universo urbano como um todo, pois se conectam – não sem tensões – a outros significados atribuídos pela população. As diferenças culturais – ou, nas palavras de Gilberto Velho (1994), que remetem à

⁸⁹ De acordo com os dados do censo do IBGE de 2010, a população de Manaus é de 1.802.014 milhões de habitantes, enquanto a de Tabatinga é de 52.272 mil habitantes. A densidade da primeira é de 158,06 hab/km² e a da segunda é de 16,21 hab/km².

⁹⁰ Os padres Valdeci e Gelmino, que atuam nessa igreja, são scalabrinianos.

fenomenologia de Schutz, a multiplicidade de “províncias de significados” – não impedem as negociações de realidades, mas sim as pressupõem. Não obstante, é necessária certa “consistência cultural” ou gramática comum que torne viável a negociação de significados. A perspectiva de analisar os trânsitos entre as províncias de significados, relativamente autônomas, é reveladora, pois permite a uma análise tanto da reprodução da realidade, quanto das transformações sociais mais intensas. Nas palavras de Velho:

“A continuidade e as transformações da vida social dependem do relacionamento, mais ou menos contraditório e conflituoso, entre esses mundos e os códigos a eles associados” (1994, p.27).

Os conflitos – no sentido das disputas em torno dos significados e dos usos espaciais – são constituintes desses processos de negociação de realidade. Há um caso emblemático que demonstra esse aspecto das inter-relações. Um desacordo aparentemente banal quanto ao uso de uma cadeira da igreja teve como desfecho inusitado – ao menos para uma observadora externa – a solicitação da presença da polícia militar, que prontamente atendeu à chamada. A cadeira era parte da mobília de uma espécie de sala de espera situada em frente à secretaria do Projeto Pró-Haiti. Ela era usada tanto por aqueles que esperavam atendimento, quanto por outros que aguardavam a sua vez de realizar ligações telefônicas ao Haiti via internet⁹¹. Uma mulher haitiana visivelmente grávida, Émilie, pôs a cadeira, que não estava sendo utilizada – a secretaria estava fechada por ser véspera de feriado, sexta feira da Paixão de Cristo – na calçada em frente a igreja para se sentar enquanto conversava com amigos. Uma senhora voluntária da igreja, Marisa, que coordenava a oficina de costura, repreendeu Émilie por retirar a cadeira “do seu devido lugar”, o que segundo ela converteria o espaço em desordem. Marisa ainda via essas atitudes – que revelaria, a seu ver, a falta de cuidado com os bens alheios – como a causa da suposta curta vida útil dos materiais disponibilizados pela igreja. Até esse momento, os haitianos mantiveram-se tranquilos, já que não pretendiam discutir e nem ignorar o pedido de Marisa, uma senhora já idosa e respeitada na igreja. Entretanto, o genro dessa senhora, Pedro, também voluntário da Pastoral do Migrante, resolveu interferir ordenando que a cadeira fosse devolvida imediatamente ao seu lugar em um tom ríspido de voz. Essa reprimenda suscitou a agitação dos haitianos: uma confusão de vozes a falar em *créole*. Nesse

⁹¹ Um imigrante haitiano tinha autorização da igreja para utilizar o espaço como oportunidade de negócio: ele cobrava ligações internacionais realizadas através de seu notebook. O lucro era exclusivamente dele, que tinha uma clientela fiel.

momento, um amigo de Émilie, outro imigrante haitiano, se sentiu ofendido com o tratamento, o que o motivou a criticá-lo abertamente em português: “não nos tratem como cachorros, nós não somos cachorros!”. As discussões se seguiram com acusações de ambos os lados. O fato dos haitianos usarem o *créole* para – em meio a agitação – discutir entre si e criticar a atitude dos voluntários, aumentou o sentimento de desconfiança por parte dos últimos, que não saberiam dizer se eram alvo de ofensas e nem quais.

Enquanto os imigrantes haitianos se sentiam ofendidos pelo tipo de tratamento dispensado a eles, os dois voluntários – Marisa e Pedro – partilhavam da mesma opinião: a igreja necessitaria de indivíduos de “pulso firme” que soubessem fazer as regras serem respeitadas continuamente nas interações com aqueles. Há a ideia de que é a partir das pequenas coisas que se deve afirmar o controle, pois, caso contrário, a instauração do caos seria crescente e, a partir de certo ponto, irrefreável. Manter a ordem significava, portanto, não deixar que os imigrantes se sentissem completamente à vontade, “em casa”, pois – segundo a mesma visão – as relações não seriam mais orientadas pelo respeito e a obediência às regras de uso do espaço, mas pela instauração de dinâmicas interacionais outras. Havia ainda a ideia entre tais voluntários de que os haitianos seriam uma classe distinta de imigrantes, pois estariam “acostumados e acomodados” com a assistência prestada pela ONU ao Haiti, que não exigiria nenhuma contrapartida ou esforço por parte dos mesmos, nem mesmo a gratidão pela caridade prestada por livre vontade e não por obrigação. A meu ver, essa seria a replicação daquela interpretação que reduz o senso de dignidade dos haitianos ao vício do orgulho, visto – portanto – como falha moral. A intervenção da polícia, de forma surpreendente, acabou por apaziguar as partes em conflito: a agente da polícia ouviu cada um dos envolvidos e chegou à conclusão de que se tratava apenas de um mal entendido. A agente da polícia ainda declarou, com notória sensibilidade à situação, que os imigrantes haitianos eram bem-vindos em Manaus e que ela estaria a disposição deles caso viessem a precisar.

Exposta essa situação de conflito observada em campo, passo a uma reflexão sobre a minha relação com meus interlocutores. Eu veria com o decorrer do campo que a ocorrência de uma série de investimentos amorosos por parte dos meus interlocutores seria recorrente, às vezes após rápidas entrevistas em meio à correria cotidiana, às vezes após longas conversas que raramente seguiam apenas o roteiro de perguntas, pois tendo a pensar que é nos diálogos mais informais que se aprende mais sobre o outro. Nessas

ocasiões nossos interlocutores se sentem mais à vontade para redirecionar a conversa conforme seus interesses e realizar seus próprios questionamentos, além de ser uma atitude que eu incentivo por criar uma relação de confiança e um diálogo mais horizontal, quebrando a unilateralidade da conversa, no sentido de quem faz as perguntas.

A minha posição de mulher jovem e branca⁹² no campo, embora gerasse certa desconfiança e distanciamento de início, me permitia estabelecer mais facilmente o diálogo com os imigrantes haitianos do sexo masculino. Não acenava com a possibilidade de estabelecer quaisquer tipos de relações amorosas com meus interlocutores, inclusive recusando convites mais suspeitos, como tomar uma cerveja em um bar, e sempre marcando entrevistas em lugares públicos de grande circulação de pessoas. Mas declarações como “eu te amo” surgiram mesmo assim, as vezes ditas por imigrantes haitianos que pouco entendiam o português, mas já aprenderam a flertar em nossa língua. Cogitei dizer que era “noiva”, como muitas amigas e colegas antropólogas me aconselharam, mas realmente não me sinto confortável em mentir, além do que, viajar a trabalho para um lugar tão longe e sem a companhia do “noivo” pode ser lido como um comportamento moral mais reprovável em comparação à situação de simplesmente ser solteira aos 25 anos e de me dedicar exclusivamente à execução do trabalho no período de campo. De toda forma estaria contrariando as expectativas de uma cultura mais conservadora em relação às relações desiguais de poder entre os gêneros, embora a mulher haitiana fosse extremamente ativa na economia e no sustento da casa⁹³.

Embora representasse um empecilho em consequência do desencontro de expectativas, o interesse por parte dos homens haitianos ao menos desobstruía aquela fina camada de indiferença que, aliada à desconfiança, me impedia de estabelecer uma

⁹² Os imigrantes haitianos se espantavam quando descobriam a minha nacionalidade brasileira, frequentemente achavam que eu era norte-americana. Com a experiência do Brasil reduzida à fronteira e às capitais amazônicas, eles ainda não haviam assimilado a multiracialidade brasileira. O fato de ter pele branca, olhos verdes e cabelos loiros não condiziam com a imagem que guardavam do povo brasileiro, que seria mais do moreno ou do índio.

⁹³ Além de desprezar o valor do trabalho das donas de casa que se dedicam exclusivamente ao cuidado da família e aos afazeres do lar, a ideologia patriarcal também é capaz de assimilar a imagem da mulher que os analistas chamariam de economicamente ativa – como as comerciantes ou empregadas domésticas que frequentemente são responsáveis por sustentar suas famílias – sem reconhecer sua contribuição ao bem estar da sociedade, uma vez que isso iria requerer o reconhecimento da igualdade de poder entre mulheres e homens. A hierarquia de gênero não é perpetuada apenas pela restrição da mulher ao âmbito doméstico. Nesse sentido, a participação da mulher na esfera pública – como através do protagonismo nas feiras e mercados de rua – e mesmo seu protagonismo como chefes de família não garantem automaticamente uma maior igualdade de gênero. A sua participação na esfera pública ainda pode ser interpretada através de uma velha chave, porém atualizada, que tolhe a valorização da mulher ao diminuir as suas realizações.

relação de maior aproximação com meus interlocutores durante o curto tempo que me restava ao trabalho de campo. Essa situação não prevaleceu apenas nos 13 dias de campo exploratório em Manaus, mas também no trabalho de campo propriamente dito em Tabatinga-AM. Mas a situação era outra. Embora tenha permanecido em Tabatinga por mais tempo, entre os dias 10 de setembro e 26 de outubro de 2013, esse espaço fronteiriço se constituía a partir de outra dinâmica: era um lugar de passagem.

Meu objetivo último era conhecer o contexto de entrada da fronteira brasileira, especialmente como se davam as relações entre os imigrantes recém-chegados e as populações locais. Havia três alternativas principais para a escolha do *locus* de observação: Tabatinga-AM; Brasileia-AC e Eitaciolândia-AC. Para realizar o campo escolhi a cidade de Tabatinga devido a dois motivos. Faria mais sentido observar o contexto de interação de Tabatinga por essa ser parte da rota adotada pelos imigrantes haitianos que conheci em Manaus. A capital do estado do Amazonas é o destino seguinte daqueles que entram por Tabatinga. A distância superior a mil quilômetros entre as duas cidades é vencida através de viagem de barco, opção mais comum, ou de avião⁹⁴. Ao optar por Tabatinga, eu estaria realizando um trecho invertido da rota seguida pelos imigrantes haitianos. Além disso, existia uma vantagem de caráter contingente: um amigo meu morava em Tabatinga e aceitou me receber em sua casa durante o campo, já em Brasileia eu não conhecia ninguém e, portanto, arcaria com os custos da hospedagem⁹⁵.

Quando me decidi definitivamente por Tabatinga, a densidade dos fluxos migratórios de haitianos ainda estava alta, o que aumentava os conflitos pelo uso do espaço e dos recursos escassos da cidade, que eram noticiados pela imprensa. A Polícia Federal não apresentava um contingente de funcionários suficiente para atender a todos os haitianos rapidamente, o que gerava uma espera média de três meses para conseguir o protocolo de solicitação de refúgio. A posse desse documento dava aos imigrantes haitianos um status jurídico temporário – o de solicitante de refúgio – que lhes possibilitava emitir o CPF e a Carteira de Trabalho (CTPS), além de viver fora da clandestinidade enquanto o pedido de reconhecimento do refúgio era analisado pelas autoridades brasileiras.

O que mais me interessava nesse cenário era a *situação de liminaridade* que correspondia ao tempo de espera pela emissão do referido protocolo pela Polícia Federal, ou seja, ao intervalo de fixação dos imigrantes haitianos na fronteira. Era esse contexto que eu intencionava observar e compreender. Mas, ao chegar a Tabatinga,

⁹⁴ Os preços das passagens aéreas com o itinerário Tabatinga-Manaus costuma ser exorbitante, já que apenas uma empresa aérea detém o monopólio do trecho.

⁹⁵ Recebi financiamento do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília através do Mini-Auxílio de Pesquisa no valor de 1.500 reais, o que foi fundamental à realização do trabalho de campo, mas não cobriu todos os gastos da pesquisa.

rapidamente me dei conta de que o campo era inerentemente instável e não mais correspondia ao esperado: a densidade dos fluxos migratórios havia diminuído drasticamente, o que reduziu o tempo de espera pela emissão do documento a três dias e não mais três meses.

A princípio decepcionada com as transformações dos fluxos migratórios em Tabatinga, que – no entanto – não eram por mim completamente inesperadas, resolvi me adaptar à nova situação, afinal, a constante oscilação era parte da natureza do objeto de análise. Se os haitianos também não poderiam saber o que iriam encontrar durante o percurso migratório, mesmo seguindo os passos de centenas de outros que vieram antes, eu também deveria aceitar esse horizonte de indeterminação e aprender com ele. Não por acaso as rotas migratórias seguidas pelos haitianos apresentavam certa flexibilidade, ou seja, modificavam-se com o tempo para se adaptar a novos obstáculos encontrados, como a exigência de visto antes não requerida por alguns países. Esse foi o caso do Peru que, sob pressão do Ministério da Justiça do Estado brasileiro, passou a demandar visto de entrada dos imigrantes haitianos a partir de janeiro de 2012. A nova medida, entretanto, não conteve os fluxos clandestinos de pessoas, apenas aumentou a exploração já sofrida pelos imigrantes haitianos nas mãos de coites que, com o novo obstáculo, aumentaram o seu preço, que poderia chegar até a 5 mil dólares. Havia relatos, por parte dos haitianos entrevistados, de extorsão orquestrada por policiais peruanos, porém esse assunto era sempre delicado de ser tratado, já que as redes criminosas que estão por trás dessas práticas utilizam de violência⁹⁶ como meio de impor o silêncio. Apenas dois imigrantes mencionaram a existência dos coites, os demais negavam ter qualquer conhecimento a respeito.

Ao chegar a Tabatinga, meu primeiro passo foi conhecer sua catedral, a Paróquia dos Santos Anjos da Guarda. Era ali que os imigrantes haitianos se dirigiam a fim de se informarem a respeito dos procedimentos necessários à solicitação do refúgio. Havia uma parceria entre a irmã Patrícia – representante do Acnur em Tabatinga e da Pastoral da Mobilidade Humana – e o Departamento de Polícia Federal. A função da irmã Patrícia era estabelecer o primeiro contato com os imigrantes haitianos, distribuir os formulários de solicitação de refúgio, orientá-los quanto ao preenchimento adequado dos mesmos e informar quais documentos deveriam ser apresentados à PF no ato da

⁹⁶ Há casos divulgados pela imprensa da ocorrência de estupros como forma de intimidação das mulheres durante o trajeto migratório. Não tive acesso a relatos diretos desse tipo de violência, dificilmente acessíveis, uma vez que as vítimas se sentem obrigadas a reprimir a dor e as frustrações por medo de represálias e por vergonha do abuso sofrido.

solicitação. A irmã ainda preparava uma lista com a ordem de chegada dos imigrantes haitianos e entregava à PF, que então seguia a mesma sequência de atendimento. Esse procedimento foi criado para evitar a venda de senhas de atendimento, o que já aconteceu em épocas de fluxos mais intensos. A ordem de atendimento é quebrada apenas com apresentação de atestado médico ou em casos excepcionais. O escritório de atendimento da Pastoral da Mobilidade Humana situa-se em uma pequena porta ao lado esquerdo do amplo portal de acesso à catedral. Em um lance de olhar já se nota um emblema da bandeira do Haiti em um aviso fixado junto à porta, que indica em português e em *créole* os dias e horários de funcionamento do escritório⁹⁷.

Essa igreja fica a uns 5 minutos a pé do hotel onde os imigrantes haitianos costumam se hospedar na cidade. Eles se deslocam geralmente em grupos, o que facilita o processo de difusão das informações dadas pela irmã Patrícia. Nesses grupos há sempre aquele que tem maior domínio da língua espanhola. É ele quem conversa antes com a irmã, que explica os procedimentos nos mínimos detalhes. Depois iniciam-se os atendimentos individuais, muitas vezes mobilizando o imigrante falante de espanhol como auxiliar. Durante o tempo de campo, não se formaram aglomerações de haitianos na praça da igreja, apenas grupos discretos logo dissipados com o rápido atendimento. Não tive autorização para acompanhar os atendimentos, mas pude observar a espera do lado de fora junto aos haitianos e depois marquei uma entrevista com a irmã.

Também visitei as dependências da Polícia Federal e conversei com o encarregado do setor de imigração. Boa parte do trabalho já era adiantada pela irmã Patrícia, de forma que os imigrantes haitianos chegavam à PF com os formulários de solicitação de refúgio preenchidos e os documentos necessários separados. Apenas casos com complicações, como a ausência de documentos, exigiam maior interação entre os policiais federais e os imigrantes haitianos. A PF não contava nem mesmo com um tradutor de francês, embora o seu uso já tivesse ocorrido no passado, mas sem grandes melhoras na comunicação. Os haitianos ficavam na parte de fora da sala de atendimento, que era pequena, e entravam um por um. A linguagem utilizada era o espanhol, que servia aos propósitos imediatos de comunicação. A emissão do documento de solicitação de refúgio ocorria no mesmo dia do atendimento, que só não estava disponível na sexta e nos fins de semana.

⁹⁷ À época, segunda, terça, quinta e sexta das 8:15 às 11:15 horas.

Ao solicitar as informações disponíveis sobre os imigrantes haitianos que entraram por Tabatinga desde 2010, soube que a PF não dispunha de dados mais específicos sobre esse contingente. Os formulários preenchidos com informações sobre o grau de escolaridade, a profissão anteriormente exercida, entre outras, eram encaminhados ao CNIg. A única relação de dados que a PF mantinha era o número de solicitações de refúgio por parte dos haitianos. Apenas em 2013 a PF começou a arquivar também o nome, o sexo, a datas de nascimento e de entrada dos haitianos. Fiquei decepcionada com essa situação, pois esperava encontrar um número maior de dados para trabalhar. Sobre o número de atendimentos, apresento a tabela a seguir:

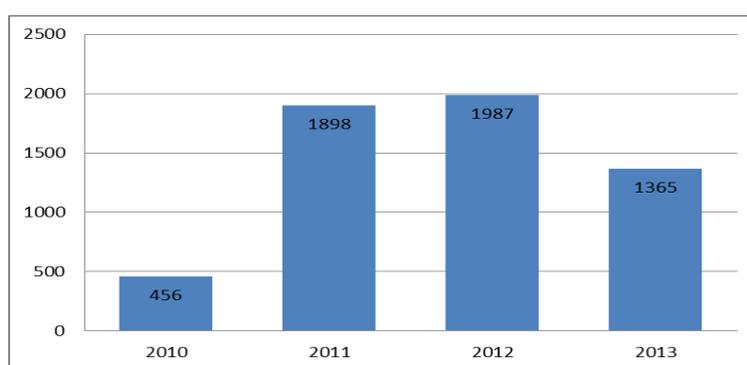


Figura 8: Número de atendimentos por ano⁹⁸ de haitianos solicitantes de refúgio pelo Departamento da Polícia Federal em Tabatinga. Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados fornecidos pelo Departamento da Polícia Federal em Tabatinga.

Embora os dados referentes ao ano de 2013 estejam incompletos – a contagem cessa em 10 de outubro – nota-se uma significativa queda do fluxo de imigrantes haitianos em Tabatinga em relação ao ano de 2012. Não encontrei uma causa para a diminuição da passagem de haitianos por Tabatinga, talvez a rede de coites encontre maiores facilidades de seguir o caminho em direção ao estado do Acre, cujos fluxos continuam em alta. Em relação ao sexo e à idade dos haitianos solicitantes de refúgio entre 1º de janeiro e 10 de outubro de 2013, apresento o seguinte gráfico:

⁹⁸ Os dados referentes ao ano de 2013 estão incompletos, referem-se apenas ao período compreendido entre 1º de janeiro e 10 de outubro.

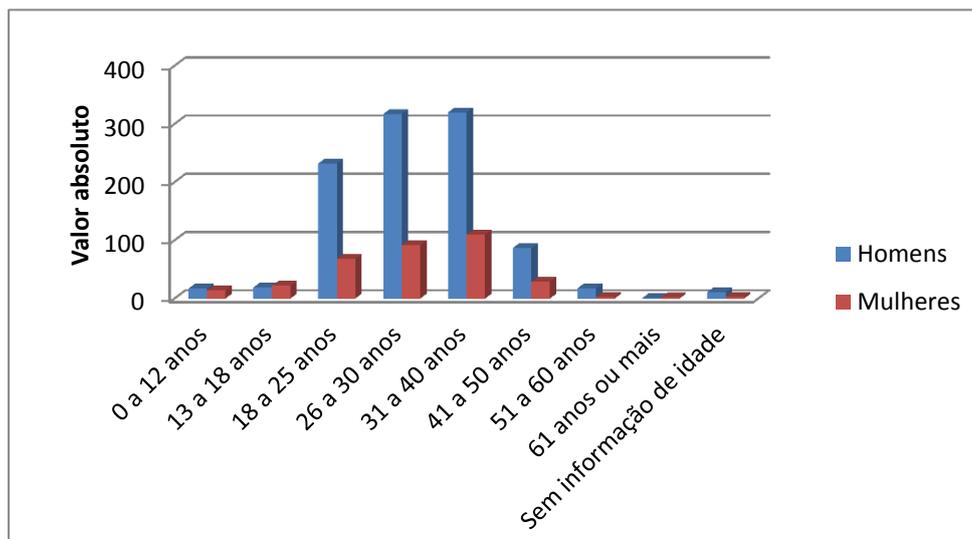


Figura 9: Número de imigrantes haitianos que solicitaram refúgio na Polícia Federal de Tabatinga entre 1º de janeiro a 10 de outubro de 2013 por faixa etária e sexo. Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados fornecidos pelo Departamento da Polícia Federal em Tabatinga.

O perfil dos imigrantes haitianos que entram por Tabatinga é de uma população masculina com idade predominante entre os 18 e 40 anos. Esses dados demonstram que a migração de haitianos não mais se apresenta como um fluxo de jovens trabalhadores, incluindo agora um contingente significativo de haitianos em faixas de idade superiores. Esses dados são preocupantes se for considerado que a maior parte desses imigrantes trabalhará em serviços pesados de baixa qualificação, para os quais geralmente se dá preferência aos homens mais jovens.

A irmã Patrícia gentilmente me relatou parte de sua extensa experiência em oferecer assistência e acolhida aos imigrantes. Antes ela trabalhava com imigrantes peruanos, que são numerosos na cidade, voltando-se depois à imigração haitiana em consequência do aumento dos fluxos desta. Segundo irmã Patrícia, a chegada dos haitianos significou um desafio maior, pois – diferente dos peruanos – eles apresentariam algumas peculiaridades que dificultariam sua integração mais rápida à sociedade local. Esses obstáculos seriam três: a língua, os costumes culturais e cor da pele. O *créole* e o francês são claramente muito distintos do corriqueiro “portanhol” da fronteira, sendo de difícil compreensão, além de soar “barulhento” aos ouvidos locais. Já em relação ao estranhamento dos costumes culturais, a irmã destacou os hábitos de manutenção e higienização das casas, sem entrar em detalhes⁹⁹, e o despudor quanto à

⁹⁹ Se o hábito de higiene foi citado como uma excentricidade cultural pela irmã é porque foram percebidos pelos habitantes locais como impróprios, o que também constatei através de comentários. A mesma acusação de falta ou de insuficiência de higiene é direcionada costumeiramente aos peruanos. Não por acaso, já que os dois grupos são marginalizados nessa região.

nudez. A respeito desse último, a irmã se referia a situações que ocorreram no auge dos fluxos migratórios. Sem acesso a sanitários em condições de uso e em número suficiente, mulheres e homens haitianos utilizaram as ruas e os espaços públicos para realizar suas necessidades fisiológicas, ou seja, às vistas dos eventuais transeuntes. Essa situação gerou diversas acusações por parte dos moradores de Tabatinga, que passaram a ver os haitianos como anti-higiênicos, incivilizados e obscenos.

O que a irmã Patrícia identificou acima como ‘costumes culturais’ que causariam estranhamento, desaprovação e mesmo repulsa entre os moradores de Tabatinga foi confirmado nas entrevistas que realizei com a população. Ao todo foram 32 entrevistas¹⁰⁰ com roteiro semi-estruturado. A praticidade foi o que orientou a seleção dos entrevistados. Passava pelos estabelecimentos comerciais e nas feiras da cidade explicando o teor da minha pesquisa e convidando os comerciantes a responderem as perguntas¹⁰¹. Essa estratégia me pareceu mais eficiente, já que era menos invasiva do que abordar as pessoas em suas casas, e ainda tinha a vantagem de conversar com potenciais empregadores ou senhorios, em tempos passados, dos imigrantes haitianos.

Maurício¹⁰², dono de um mercado em Tabatinga, já alugou apartamentos para imigrantes haitianos, mas não atua mais no ramo imobiliário. Em suas palavras:

“Eles [os haitianos] são desastrosos, tá entendendo? Nós tínhamos um condomínio aqui e eles foram morar lá. Eu era contra desde o início. Mas tem aquela coisa, dinheiro não ter cor, não tem cheiro, não tem conduta. Só que a gente foi apostando que teria um retorno financeiro bom e o tiro saiu pela culatra, porque eles destruíram o imóvel [apartamentos mobiliados].” (Maurício, brasileiro, 33 anos).

Ele não esclareceu que danos teriam ocorrido aos apartamentos em consequência do uso pelos haitianos, mas se mostrou inflexível quanto a sua opinião: a imigração haitiana só geraria prejuízos ao Brasil. Vale notar que Maurício generaliza a experiência negativa que teve com inquilinos haitianos, atribuindo a causa do insucesso dessa relação a uma característica cultural dos haitianos como um todo. Um senhor que trabalhava em um restaurante em Tabatinga também emitiu visão semelhante. Ele e sua esposa moravam em um terreno que era alugado por uma senhora e seu esposo, seus proprietários. Eles decidiram alugar um dos quatinhos para um haitiano. Gradualmente

¹⁰⁰ Dos 32 entrevistados, 22 eram brasileiros, 6 peruanos, 2 colombianos, 1 cubano e 1 jordaniano.

¹⁰¹ Houve algumas exceções. Também fui a casa de uma voluntária da Pastoral do Migrante que trabalhou na cozinha do extinto abrigo improvisado para os imigrantes haitianos; entrevistei um leigo missionário da Cáritas, que se preparava para viajar ao Haiti; um mototaxista na rua e um professor de geografia da UEA, que acompanhou a situação dos imigrantes haitianos por interesse acadêmico e pessoal.

¹⁰² Para preservar a identidade dos entrevistados, os nomes verdadeiros foram substituídos por nomes fictícios.

surgiram outros para se hospedarem nesse mesmo espaço, até que atingiu o número de 16 haitianos. O superpovoamento do quarto não foi autorizado e mesmo previsto pela dona do terreno, de acordo com esse relato. Além do excesso de moradores, a senhora teria se enfurecido porque os haitianos teriam “destruído tudo” do quartinho alugado sem mobília. O banheiro era compartilhado por todos os inquilinos do terreno, inclusive o casal com quem conversei. Eles reclamavam da obscenidade dos homens haitianos, que utilizariam o banheiro de porta aberta e sem o menor constrangimento, desrespeitando um “ambiente familiar”, com presença de mulheres e crianças. Devido a reclamações, a dona do terreno pediu então para que os haitianos se retirassem. Isso em uma época em que a oferta de moradia estava escassa, em consequência da grande quantidade de imigrantes na cidade. Eles se recusaram a abandonar o espaço e disseram, inclusive, que a dona poderia chamar a polícia, caso quisesse. Eles estavam, portanto, plenamente convencidos de seus direitos em permanecer na casa. A dona não chamou a polícia, mas utilizou outra estratégia inusitada. Ela pediu para que seu marido destelhasse o quartinho e esperou a chuva, uma certeza diária. Molhados e sem abrigo, os imigrantes haitianos foram embora.

Na época da entrada de grandes contingentes de imigrantes haitianos em Tabatinga, a oferta de imóveis escasseou em consequência da alta na demanda. Mesmo casas sem estrutura adequada foram alugadas a preços exorbitantes. Situações de tensões entre os moradores locais e os recém-chegados haitianos se tornaram comuns, seja através da relação senhorio-inquilino ou da relação de disputa pelo aluguel de casas ou quartinhos. O padre Gonçalo¹⁰³ disponibilizou o espaço da Igreja do Divino Espírito Santo como abrigo improvisado aos haitianos, em consequência da ausência de outras alternativas e da inércia das autoridades. Mas o diminuto espaço era insuficiente para abrigar a todos, o que fez com que os imigrantes se juntassem com a finalidade de alugar casas pela cidade. A irmã Patrizia, que acompanhou essa situação mais de perto, viu muitos casos de exploração clara dos imigrantes haitianos: espaços que mal apresentavam uma cobertura adequada contra a chuva e eram alugados a preço de casas mobiliadas.

A situação de extrema precariedade de um dos alojamentos improvisados para abrigar os imigrantes haitianos na cidade foi averiguada, em outubro de 2011, a pedido

¹⁰³ Durante minha permanência em campo, o padre Gonçalo já havia se mudado de Tabatinga, portanto não pude entrevista-lo.

da Procuradoria da República do município de Tabatinga¹⁰⁴. Era o espaço de um antigo hotel com nove compartimentos que abrigava 55 haitianos. Eles dormiam em colchões no chão, em um espaço sujo, com lixo acumulado, sem energia elétrica e sem ventilação adequada. Havia apenas um único banheiro, que se encontrava deteriorado em consequência do intenso uso. A conclusão apresentada no relatório era de que os imigrantes haitianos necessitariam de:

“[...] apoio e orientação das autoridades competentes para que devido às condições de moradia, não venham a contrair doenças contagiosas e evitar epidemias que prejudiquem o restante da população de Tabatinga, o que causaria um caos na rede de saúde”¹⁰⁵.

Como podemos notar, a conclusão do relatório enfatiza a saúde pública da população de Tabatinga como a principal razão para que o Estado interferisse. Após a entrega do relatório, esse alojamento foi fechado e os imigrantes haitianos que lá residiam foram transferidos para outras casas alugadas. Mas este não foi o único caso de espaços impróprios, em condições degradantes, sendo utilizados pelos imigrantes haitianos na cidade. Isso era muito comum. A irmã Patrícia disse que a igreja tentava impedir abusos por parte dos senhorios – em relação aos preços e às condições dos espaços alugados – mas os esforços eram insuficientes. Um professor de geografia da Universidade Estadual do Amazonas, Reginaldo Conceição da Silva, que acompanhou o processo de integração dos imigrantes haitianos na cidade, disse o seguinte:

“Particularmente eu não vi nenhuma casa que depois que os haitianos saíram que foi depredada, porque logo em seguida a casa já estava alugada. Deve ser uma coisa pra justificar o abuso dos preços que eles cobravam. O discurso de que o outro destrói, então vou cobrar mais caro, porque depois vou ter que reformar.” (Reginaldo, brasileiro, 37 anos).

A fixação de preços abusivos dos imóveis, independente da qualidade de sua estrutura física, era notória. Os moradores da cidade também foram afetados pela alta excessiva nos preços dos aluguéis e pela escassez de imóveis disponíveis. Alguns culpavam os imigrantes haitianos por esses efeitos no mercado de aluguéis, embora eles tenham sido os maiores prejudicados com esse tipo de exploração, enquanto os proprietários locais extraíram vantagens da situação. Interessado em compreender o contexto de integração dos imigrantes haitianos na cidade, o professor Reginaldo também levou esse tema de discussão para a sala de aula da universidade. De acordo

¹⁰⁴ Tive acesso a processos oficiais referentes à imigração haitiana através do Ministério Público Federal de Tabatinga.

¹⁰⁵ O relatório foi assinado por Júlio César da Silva Belmont, Técnico de Apoio Especializado (Transporte), servidor da procuradoria, que foi encarregado de averiguar a situação de alojamento dos haitianos. Foram anexados fotos e um vídeo de 9 minutos do local.

com ele, os alunos teriam algumas queixas:

“Tinha essa reclamação [de que haveria fugitivos haitianos entre os imigrantes¹⁰⁶], tinha a falta de empregos para brasileiros. Isso na concepção de empregos que eles estavam discutindo né, que são na realidade subempregos, já que a maioria dos bares e lanchonetes não assinam carteira e pagam muito pouco. Que aos domingos, por exemplo, que paravam de usar a praça porque tinha muito haitiano lá. Aí mostra um pouco de preconceito, um pouco de receio. E o aspecto principal era a falta de lugar para poder habitar. [...] Então alguns deles que pagavam hospedaria reclamavam que o dono aumentava o valor deles, porque senão ia desalojá-los para colocar os haitianos.” (Reginaldo, brasileiro, 37 anos).

De acordo com o relato do professor, realizado a partir da conversa com seus alunos, alguns locadores poderiam até preferir alugar o quarto para imigrantes haitianos, claro, se eles se dispusessem a pagar mais. Isso indica que nem todos os proprietários partilhavam da ideia de que os imigrantes haitianos destruíam os locais onde se hospedavam, ou seja, também eram sinônimos de potenciais lucros. Quanto ao receio da população de que os haitianos poderiam ser perigosos, este não durou muito. Com o tempo de convivência e a ausência de quaisquer ocorrências policiais envolvendo haitianos, a população se tranquilizou.

Durante o meu campo em Tabatinga, em setembro e outubro de 2013, a situação de moradia dos haitianos havia se modificado. Como o fluxo se tornou pequeno, eles passaram a se hospedar frequentemente em um único hotel, o Hotel Amazônia¹⁰⁷. A irmã Patrícia recomendava esse hotel aos imigrantes, por já conhecer o dono e saber que os preços eram justos: 30 reais por quarto com duas camas, ventilador ou ar-condicionado e banheiro. O hotel ainda apresentava uma cozinha nos fundos, que era diariamente utilizada pelos imigrantes haitianos, já que eles preferiam preparar a própria refeição¹⁰⁸. Os grupos estavam sempre se renovando, mas geralmente eles se organizavam da seguinte forma: os interessados em comer o que era feito por eles deveriam contribuir com uma quantia para as compras no mercado. Eles também compravam refeições prontas em comércios das redondezas, mas dificilmente consumiam no próprio restaurante: preferiam levar para o hotel. Entrevistei um dos donos do Hotel Amazônia, que também reclamou de danos materiais causados pelos haitianos, mas ele tinha consciência de que isso se devia à superlotação e não a uma característica haitiana:

“Um apartamento é pra duas pessoas, tem duas camas. Mas às vezes fica 4, até 5

¹⁰⁶ Com o terremoto, alguns prisioneiros fugiram da prisão de Porto Príncipe. De acordo com um policial federal de Tabatinga, a PF possui uma lista com a relação dos nomes dos fugitivos e, até aquele momento, nenhum teria tentado entrar no Brasil.

¹⁰⁷ O nome do hotel foi modificado a pedido de um dos donos.

¹⁰⁸ As mulheres costumavam cozinhar essas refeições.

peças em um apartamento desses, aí é inviável, porque eles quebram tudo, as camas, as torneiras do banheiro, entendeu? As paredes eles mancham... isso a minha mãe não aturou muito.” (Dono do Hotel Amazônia, brasileiro).

Os imigrantes haitianos se tornaram os principais clientes do Hotel Amazônia, seguidos dos peruanos, dos indígenas e dos demais brasileiros. Foi estabelecido como regra que a lotação máxima do quarto seria de 4 pessoas, o que impediu a ocorrência de novos prejuízos. O dono do hotel estava satisfeito com sua clientela haitiana, que no fim das contas era positiva para os negócios. Durante o dia e principalmente no fim de tarde os haitianos costumavam se sentar na mureta em frente ao hotel e conversar uns com os outros, observar o movimento da rua. Jovens haitianos, e outros nem tão jovens assim, também se aventuravam a brincar de bola com os pequeninos em frente ao hotel. As crianças eram filhos dos proprietários do estabelecimento e passavam boa parte do dia lá, correndo e brincando. Jogar futebol com as crianças me pareceu uma das interações mais bem-sucedidas entre os imigrantes haitianos e os brasileiros. Não que as outras interações fossem malogradas, mas esta era desinteressada, no sentido de ocorrer pelo simples prazer da interação, de jogar junto. Quanto eu perguntava nas entrevistas ou conversas informais com os haitianos o que eles conheciam sobre o Brasil antes de virem para cá, a maioria só sabia a respeito do futebol brasileiro e nutria grande admiração pelos nossos craques, tanto os do passado, quanto os da atualidade. Eles decidiam emigrar sem muito entenderem do Brasil, às vezes apenas agarrados à crença difundida pelos coitotes de que o país abundava em empregos bem pagos. O desconhecimento a respeito da dimensão do território brasileiro era impressionante. E isso não ocorria apenas entre os imigrantes com baixa escolaridade ou entre aqueles que não tinham acesso à internet no Haiti.

Outro assunto que preocupava as autoridades locais, além da disseminação de doenças por falta de estrutura sanitária e de higiene nos espaços utilizados como alojamentos pelos haitianos, era o tráfico de crianças. Não foi confirmado nenhum caso real de tráfico de crianças, mas ocorreram problemas quanto a existência de crianças e adolescentes desacompanhados dos pais e ou responsáveis. Essas crianças e adolescentes, na maior parte dos casos, estavam acompanhadas por pessoas que se diziam parentes, mas que não possuíam nenhum documento que comprovasse a relação de parentesco, além de não terem autorização dos responsáveis por escrito em documento conforme as exigências do Estado brasileiro. Houve também alguns casos de jovens realmente sozinhos que vieram encontrar os pais ou outros parentes na Guiana

Francesa a pedido dos mesmos, mas que foram abandonados pelos coiotes na fronteira amazônica. Em todas essas situações, as crianças e adolescentes foram retirados do convívio com seus supostos parentes e encaminhadas ao Conselho Tutelar. Como não existia uma casa de acolhida adequada para esse público na cidade, os menores foram transferidos para um espaço improvisado dentro de um centro de atendimento socioeducativo a jovens infratores, mas em uma parte separada dos internos. Eles ficariam retidos nesse espaço até que os pais ou responsáveis fossem contatados e a situação de possível tráfico fosse averiguada. Esse processo, entretanto, era muito lento. Alguns parentes não puderam esperar até que a situação fosse resolvida, já que a estadia era onerosa, e seguiram para Manaus.

A retenção das crianças e adolescentes pelas autoridades brasileiras não era prevista pelos imigrantes haitianos que, portanto, não vieram preparados para enfrentar o tempo a mais de espera que significaria a imobilidade compulsória daqueles. Segundo Vianna (2005), a legislação brasileira, especialmente através do Estatuto da Criança e do Adolescente¹⁰⁹, definiria as crianças e adolescentes como *sujeitos especiais de direitos*. Em outras palavras, existiria uma desigualdade legal e jurídica entre as crianças e adolescentes, que são colocadas em situação de menoridade pelo critério da idade, e os seus opostos complementares: os maiores responsáveis por cuidar dos que não podem, como menores, cuidar de si mesmos. Nas palavras da autora:

“A condição de menoridade é, antes de mais nada, parte de uma relação de dominação. Ser legalmente menor – por idade ou qualquer outro critério – significa não dispor de autonomia plena, estar formalmente submetido à autoridade de outra pessoa, conjunto de pessoas ou mesmo instituições. Significa, nesse sentido, ser objeto de uma ação tutelar, cuja legitimidade é extraída do compromisso moral de proteger aqueles que não podem proteger a si próprios.” (2005, p.19).

É a noção de que as crianças e adolescentes são seres em formação que instaura a necessidade da produção de tutores, ou seja, de indivíduos legalmente responsáveis por “guardar” as crianças e adolescentes e, assim, assegurar a perseguição do que é

¹⁰⁹ Instituído pela Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente seria inspirado no modelo ético-normativo dos direitos humanos, especialmente através da incorporação de orientações estabelecidas pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989. Segundo Vianna (2005), essa transformação da legislação brasileira acerca das crianças e adolescentes significou uma mudança de doutrina: de uma ótica da gestão de infâncias consideradas irregulares para a doutrina da proteção integral. As infâncias consideradas irregulares seriam, em poucas palavras, as crianças e adolescentes infratores da lei, aqueles vistos – através da ótica do Estado – como “abandonados” pela família, seu “habitat natural”, ou apenas os pobres, por estarem distantes do modelo dominante de família e dos cuidados ideais voltados para os “seres em formação”, como o cumprimento da frequência escolar. Em outras palavras, as crianças e adolescentes que estão fora do ambiente doméstico, vagando pelas ruas, sem o controle visto como necessário para a sua formação, são tidos como irregulares e ameaçadores à ordem e aos valores da sociedade.

entendido como o melhor interesse dos mesmos. Gerir o cotidiano de crianças e adolescentes ou, em outras palavras, “guardá-los”, implica tanto exercer atos de proteção quanto de controle sob os mesmos. Vianna (2005) identifica nessa normativa a tensão entre a noção das crianças e adolescentes como indivíduos portadores de direitos e a noção dos mesmos enquanto seres em formação, que devem ser geridos cotidianamente, seja pelo pátrio poder, seja pelo poder soberano do Estado.

Tive acesso às informações sobre as crianças e adolescentes a partir de processos disponíveis no Ministério Público de Tabatinga. Havia inclusive um material com vídeos de entrevistas¹¹⁰ realizadas com os jovens haitianos e imagens do espaço onde eles estavam vivendo temporariamente. A estrutura do lugar não era ruim. A organização, a limpeza e o conforto do espaço pareciam impecáveis, esse não era o problema. Como passatempo só havia uma televisão com aparelho de DVD, mas a programação era toda em português. Para as crianças e os adolescentes haitianos essa casa era percebida como uma prisão. Eles não compreendiam a necessidade de passar por essa situação, desejavam voltar para a companhia de seus parentes. Embora tivessem a companhia uns dos outros, os jovens haitianos eram cuidados por uma funcionária brasileira que nada sabia de francês ou *créole*, o que aumentava o sentimento de solidão e de incompreensão. A tradutora de francês só foi mobilizada para realizar as entrevistas, mas não estava disponível no dia a dia para assessorar a cuidadora. As crianças e jovens estavam visivelmente nervosas, impacientes e melancólicas com a situação. Uma delas inclusive disse para a tradutora que queria se matar, porque não aguentava mais ficar presa. Mesmo com o curto tempo de vídeo, já era evidente a existência de tensões entre a cuidadora e os jovens haitianos. A própria cuidadora revela esses conflitos e antipatias mútuas:

“Eles não gostam muito de mim porque quando eles estão muito alterados eu chego e falo tem que ser assim, assim e assim. Eu não tenho muito assim, não converso com calma não, vou logo dando ordem. É assim, assim e acabou. Eu não paparico muito não, vou logo na ordem, é assim e pronto. Acho que é por isso que as três ficam emburradas comigo, eles tem raiva um pouco de mim devido a isso.” (Cuidadora).

A cuidadora não nega sua postura autoritária sem abertura ao diálogo, embora uma comunicação adequada já não fosse praticável pela diferença linguística. Acostumada a lidar com jovens infratores, os quais são frequentemente tratados como sujeitos sem direito a voz, a cuidadora acreditava que essa postura seria educativa às crianças, vistas como rebeldes. Um outro funcionário não identificado no vídeo proferiu

¹¹⁰ Três garotas haitianas foram entrevistadas no vídeo, uma de 12 anos e duas de 17 anos. Um garoto haitiano também foi entrevistado, mas não diz a idade no vídeo, embora aparentasse ter 15 anos.

as seguintes palavras que muito me surpreenderam:

“Tudo bem que o Brasil tá dando abrigo, mas se fizer alguma coisa errada eles mudam de lugar, passam daqui pro lado de lá. Isso tem que ficar bem claro pra eles. Se fizer alguma coisa errada passa da situação que estamos abrigando para a situação de menor infrator. Porque eles estão pensando que podem tudo”.

Depois ele repetiu a mesma ideia, mas dessa vez falando diretamente aos jovens. Ele falou pausadamente em português e fez gestos como o sinal de uma cruz para indicar as grades da prisão: era uma ameaça direta. Quando da chegada da tradutora, ele pediu para que ela transmitisse suas palavras, que agora soaram mais claramente aos jovens haitianos. Se os jovens já se sentiam acuados em consequência da separação de seus parentes, agora a impressão de aprisionamento se tornava mais real.

Houve casos de jovens que ficaram mais de dois meses esperando uma solução das autoridades. Além de comprovar que os responsáveis por eles haviam de fato autorizado a viagem, era preciso ainda que algum responsável legal viesse buscá-los em Tabatinga. Todas essas exigências burocráticas do Estado brasileiro, não previstas pelos imigrantes haitianos, geraram grandes gastos aos mesmos, seja para que os parentes permanecessem em Tabatinga à espera, seja para que se enviasse um responsável para buscá-los. Em Brasileia, no Acre, a situação era um pouco distinta. Os menores também eram impedidos de seguir viagem, mas permaneciam no acampamento com os demais imigrantes haitianos até a resolução do problema.

As concepções de infância e adolescência que orientam as ações do Estado brasileiro, como o questionamento do pátrio poder, entram em choque com as concepções informadas pela cultura haitiana. Embora não tenha conhecimento suficiente para descrever e analisar o que seriam essas noções culturais haitianas daquilo que tratamos como infância e adolescência, está claro que confiar a segurança dos menores a parentes, conhecidos ou mesmo desconhecidos, como no caso dos coiotes, não seria moralmente condenável. Aliás, mesmo a ideia de que esses “menores” necessitariam de cuidado e proteção por parte de outras pessoas que não eles mesmos já é parte da naturalização dos pressupostos culturais que fundamentam a legislação brasileira. Esse desencontro de expectativas quanto ao cuidado que deveria ser reservado aos jovens gerou situações de acusação de irresponsabilidade por parte de alguns funcionários da casa em referência aos pais ou aos tutores das crianças e adolescentes que permitiram que eles viajassem sozinhos, como foi o caso de alguns. Não se compreendia que a noção de infância e de adolescência no Haiti pudesse ser distinta, no sentido de existir crenças e expectativas maiores na autossuficiência dos

jovens, que aprendiam a cuidar de si mesmos mais cedo. Essa perspectiva não está ausente no Brasil. Claudia Fonseca (2006) aponta para diferenças entre duas noções específicas de infância – a criança como adulto em formação e a criança como adulto incompetente – que corresponderiam, respectivamente, crenças e práticas da classe média e aquelas das classes populares, cada uma imbricada em um contexto material particular. Em suas palavras:

“As classes médias atribuem à criança uma série de fases de desenvolvimento emocional e intelectual que exigem, cada uma, cuidados especialmente adaptados e ministrados por adultos específicos. Esta visão da infância, catapultada pelas ciências ‘modernas’ da Psicologia e Pedagogia, não se separa de um certo contexto material, mormente aquele em que a escola e a família nuclear desempenham os papéis principais de socialização, e onde a criança é inserida em uma estratégia familiar de ascensão socioeconômica a longo termo.”(2006, p.30).

Essa visão particular de infância – que tem a criança como o eixo de um projeto de futuro – seria reproduzida dentro da estrutura da família nuclear, que consiste idealmente na residência familiar comum de marido, mulher e filhos. As condições de aplicação do modelo de família nuclear seriam restritas a um contexto com Estado consolidado, escola institucionalizada e estabilidade econômica. Já as crianças e jovens haitianos seriam tratados, de acordo com esse modelo, como adultos incompetentes, cujo aprendizado da auto-suficiência se daria através da própria prática das atividades dos adultos, como o trabalho. Além disso, a migração para outro país pode ser vista como uma oportunidade de aprendizado aos jovens. Cabe ressaltar que na maior parte dos casos as crianças e adolescentes não foram enviados por seus responsáveis para morarem sozinhos no Brasil, mas para se encontrarem com parentes de confiança que ofereceriam suporte.

Reter as crianças e adolescentes haitianos em um espaço fechado, o qual imitaria uma residência doméstica, e apartados dos supostos parentes durante o período de averiguação das possíveis situações de tráfico era considerado pelas autoridades estatais brasileiras como a melhor opção disponível. Essa avaliação não é estranha de acordo com Vianna (2005), já que o Estado se atribui a prerrogativa de cassar o pátrio poder caso não se comprove a legalidade da relação tutelar ou caso ela não cumpra com sua função esperada de proteção dos menores. As crianças e adolescentes haitianos foram entregues e fixados em instituições estatais, estas geridas pelos cuidadores dos quais falamos anteriormente. Segundo Vianna (2005), grande parte da capacidade esperada de gestão de menores é demonstrada à administração estatal através da comprovação do poder das instituições de reter os indivíduos em situação de minoridade. A

imobilização, nesse sentido, é lida como requisito indispensável ao controle e a proteção das crianças e adolescentes. Nas palavras da autora:

“Sua fixação espacial [das crianças e adolescentes] – em instituições estatais em último caso, mas preferencialmente em casas – corresponde à obrigação soberana de controlar populações errantes e demarcar fronteiras, não apenas impedindo a mobilidade desregrada, mas criando mecanismos de visibilidade sobre as trajetórias dessas populações.” (2005, p.22).

Em um contexto onde a mobilidade é valorizada pelos imigrantes haitianos, os quais desejam acelerar ao máximo o tempo de deslocamento até os seus supostos destinos migratórios finais, a retenção das crianças e adolescentes se apresenta enquanto problema. Já para o Estado brasileiro, essa fixação temporária das populações em espaços administrativamente controlados simboliza a garantia de proteção dos jovens haitianos, agora submetidos ao poder soberano.

Durante o meu campo em Tabatinga, o emprego não era mais um problema entre os locais e os imigrantes haitianos, pois esses últimos não permaneciam tempo suficiente para precisar trabalhar, apenas alguns dias. Havia algumas raras exceções, como é o caso daqueles que precisavam juntar dinheiro antes de seguir viagem. Mas durante a minha permanência não me deparei com nenhum desses casos. Entretanto, fazia parte dos meus objetivos averiguar as representações construídas pelos moradores locais acerca dos imigrantes haitianos enquanto força de trabalho. Segundo a irmã Patrícia:

“A situação ficou impossível quando no final de 2011 recebemos mais de mil haitianos na cidade. A cidade não tinha mais como oferecer trabalho. Todo o trabalho informal que antes era feito pelos peruanos foi terceirizado e quarterizado [sic] por estes aos haitianos, aí cada um ganhava uma migalha. Muitos jovens haitianos chegaram e então se ofereceram como carregadores nos portos. Eles tinham um porte físico bom, pagavam menos que para os outros, então foi uma beleza [tom de ironia] porque a população explorou até. (...) O povo aprendeu logo a lidar e a ganhar em cima.”

Com a chegada dos imigrantes haitianos e o conseqüente aumento repentino da oferta de mão-de-obra na cidade, ocorreu um perceptível achatamento dos valores pagos pelos serviços braçais, como o descarregamento de mercadorias dos portos. Muitos haitianos também passaram a trabalhar nas ruas vendendo picolé ou jornais, serviços que não eram tão comuns antes. Somado a isso, alguns moradores locais e também a Prefeitura de Tabatinga aproveitaram a abundância de imigrantes haitianos na cidade para realizar obras a preços comparativamente menores que os do mercado. Como os haitianos só poderiam sair de Tabatinga com o protocolo de solicitação de refúgio emitido pela PF, eles tinham de se manter nesse meio tempo e, para tanto, aceitavam

trabalhar por valores irrisórios. Há uma clara vantagem por parte dos empregadores no que se refere aos salários pagos, mas nem sempre as experiências de contratação de haitianos foram lembradas como positivas. Havia opiniões bastante divergentes entre os entrevistados. O dono do Hotel Amazônia, por exemplo, contratou um grupo de haitianos para aumentar seu estabelecimento e ficou muito satisfeito com o serviço. Em suas palavras:

“A mão de obra local, por exemplo (...) é um pessoal que não tem disposição pra muita coisa, entendeu? É um pessoal que trabalha um tempo e já não quer mais trabalhar, quer pedir a conta, falta e tal. Geralmente quem vem de fora é quem mais se dá bem lá [Manaus], de fora do estado e até de outros países. É gente que quer trabalhar, que vem com vontade de fazer qualquer coisa. Já o amazonense local mesmo não tem essa disposição, às vezes até pra estudar o cara não quer. (...) Aí eu vejo assim que as pessoas que vem de fora devem ter chance, já que os daqui não querem. Eu não sei se é por traço indígena, essas coisas aí, mas amazonense não quer nada com a vida”.

Ele não vê a disposição para o trabalho como uma característica haitiana, mas como algo comum entre os que “vem de fora”, referindo-se tanto a estrangeiros, quanto a migrantes de outros estados brasileiros. O elogio aos forasteiros é feito a partir de uma crítica aos habitantes locais, amazonenses, o que inclui o próprio entrevistado. Ele não afirma com segurança, mas cogita a possibilidade dessa indisposição ao trabalho ser herança indígena do povo amazonense, revelando um preconceito comum na região. Houve outra opinião semelhante emitida por uma brasileira que, entretanto, não desqualificou a força de trabalho amazonense e sim a nacional. Para ela os brasileiros escolheriam muito e não aceitariam qualquer serviço, o que foi retratado em sua fala como um vício moral do trabalhador. A determinação demonstrada pelos haitianos na execução de serviços pesados foi valorizada na fala de Rogério, vice-presidente dos taxistas fluviais:

“Eu acho que eles [os haitianos] gostam de ralar muito mais que os brasileiros, principalmente aqui. Por exemplo, tinha uns aqui [haitianos] que queriam colocar dois sacos de cimento na cabeça e carregar”.

Rogério também elogiou o espírito jovial dos haitianos que trabalharam para ele, deixando claro que a integração entre estes e os outros empregados brasileiros foi rápida e marcada por um clima de descontração. Essa percepção destoa completamente de outra emitida por Gina, dona de um mercadinho na cidade:

“O pessoal oferecia emprego pra eles no porto, eles ficavam dois, três dias e caíam fora, não gostavam de trabalhar. Eles gostam de ter a vida mansa. (...) Os que trabalhavam no porto jogavam a mercadoria no chão, se quebrasse, não estavam nem aí. O patrão foi querer descontar do salário, eles não aceitaram, aí o patrão teve que pagar o prejuízo.”.

Visões completamente opostas sobre a qualidade dos imigrantes haitianos como trabalhadores coexistem em Tabatinga. Cada um afirma categoricamente a sua verdade,

enquadrando casos contrários as suas ideias preconcebidas como meras exceções. Outro proprietário de um supermercado apresenta uma opinião semelhante à de Gina:

“Nunca tentei [empregar haitianos], eles são desastrosos demais. Alguns trabalhavam, iam entregar mercadoria num caminhão de carga, eles ficavam lá pela feira tomando as vagas dos estivadores. Eles são trabalhadores, mas na situação em que eles se encontram tem mais é que trabalhar mesmo.”. (Maurício, 33 anos).

Grande parte das experiências particulares com a contratação de haitianos acaba engendrando noções rígidas e cabais a respeito do caráter dos haitianos enquanto um tipo específico de trabalhador, com certos vícios ou virtudes. Poucos foram os entrevistados que tinham a percepção de que o sucesso ou o fracasso da experiência de trabalho com os haitianos poderia ser resultante das particularidades dos indivíduos e não do povo como um todo. É o que mostra a fala de Carlos, que despediu dois haitianos depois de dois meses de trabalho como carregadores:

“Eu acho que o povo daqui da região são mais trabalhador, eles [os haitianos] são muito preguiçoso, enrolado, tem uma cultura diferente”.

O conceito popularizado de cultura, que se distingue do uso acadêmico da categoria analítica de cultura, vem a calhar quando se pretende atribuir características específicas observadas através de experiências pessoais a todos os membros de um grupo. Ao enquadrar comportamentos como “culturais” a discussão parece encerrada, é uma espécie de crença em uma segunda natureza. Mas nem todas as críticas ao trabalho dos haitianos seguiam esse tipo de argumentação. Alguns enfatizaram a pouca qualificação da mão-de-obra como um problema dos haitianos:

“A prefeitura contratou uma vez uns 20 ou 30 haitianos pra trabalhar [na construção de uma escola], mas não foi dando certo e foram despachando eles. (...) A maioria deles não sabia trabalhar, não tinha experiência na construção civil, não sabia fazer uma massa, não sabia cavar uma vala, não sabiam praticamente nada”. (Geraldo, moto-taxista e funcionário público, 30 anos).

Apesar de achar essas falhas de experiência e qualificação na força de trabalho haitiana, Geraldo se mostrou a favor da contratação dos mesmos, por entender que eles mereciam uma oportunidade de trabalho, em consequência das dificuldades financeiras enfrentadas. Os imigrantes haitianos, não obstante, não trabalharam apenas com serviços braçais. Alguns foram direcionados às escolas da cidade para ministrar aulas de francês e mesmo de espanhol por preços módicos, o que gerava uma renda para eles e uma oportunidade de aprendizado aos alunos inscritos. Mas isso só ocorreu no início da migração, no ano de 2011 e 2012.

Todos os entrevistados tinham conhecimento da ocorrência de um desastre no Haiti e da miséria do povo haitiano. Geralmente esse evento funcionava como um fator

de sensibilização frente a situação do imigrante haitiano, mas também poderia não ser suficiente para alguns:

“A gente sabe que eles não tem culpa do que aconteceu [o terremoto], mas é um pouco invasivo. Querendo ou não, eles precisam de estadia, de alimentação, de tudo que é necessário pra sobreviver, aí eles vem atrás do nosso país. Trazendo nada e querendo muita coisa. Trazendo nada entre aspas ne. Não sei se haveria uma forma de organizar essa situação, mas na minha opinião está invasivo e desorganizado. Se alguém quer ajudar eles, que ajude de outra forma, a reconstruir o país deles.” (Maria, 35 anos, comerciante e professora).

A possibilidade de ajudar os haitianos por outras vias, como reconstruir o Haiti, é mobilizada como razão que legitimaria políticas migratórias mais restritivas, que também seria uma forma de evitar gastos excessivos do Estado os imigrantes. A imagem de caos e desorganização da fronteira em consequência da entrada clandestina dos imigrantes haitianos também serve como reforço a esse argumento. Entre as pessoas entrevistadas, uma delas não somente rejeitou a ocorrência do terremoto como motivo legítimo para a migração, como também atribuiu a culpa pelo desastre aos próprios haitianos, mais especificamente, à prática do vodu:

“Os outros países do mundo já ajudou tanto, já mandou tanto dinheiro, porque que não permaneceram lá reconstruindo o país? (...) Inclusive teve até um cônsul do Haiti que deu uma entrevista, foi até polêmico, porque ele disse que o Haiti mesmo se amaldiçoou por causa de muita macumba, muito vodu, que era castigo de Deus. Se o cara que tá lá dentro disse isso, eu acho que não sou ninguém pra dizer o contrário. Porque se você der uma olhada, é muito esquisito. Como é que uma ilha... tá o Haiti de um lado, a República Dominicana de outro, e só foi afetado o Haiti?”. (Maurício, 33 anos).

Mesmo a demora na reconstrução do país é vista como incompetência do Estado haitiano. Nada mais caberia aos outros países fazer para ajudar o Haiti e a sua população, condenada pelos próprios atos. Esse mesmo entrevistado via a pobreza dos imigrantes haitianos como potencialmente perigosa, pois – segundo sua visão – eles seriam mais vulneráveis a entrar para a criminalidade como meio de sobrevivência. Essa opinião também já foi emitida por autoridades brasileiras, que compreendiam a migração haitiana a partir do viés da segurança nacional, o que acabava por criminalizar antecipadamente aqueles. Nenhum outro entrevistado fez menção ao vodu como uma prática haitiana. A maioria desconhecia essa religião e via os haitianos geralmente como evangélicos.

Os moradores de Tabatinga de origem estrangeira – peruana, colombiana, cubana e jordaniana – se mostraram mais sensíveis à situação dos haitianos, identificando-se com as dificuldades potencialmente enfrentadas no contexto migratório, como a xenofobia. Para eles, todos deveriam ter direito a oportunidade de trabalhar e construir uma vida melhor em outro país. Apenas um peruano mostrou

preocupação com o fato dos imigrantes mais antigos perderem a prioridade de atenção e de assistência do Estado para os haitianos.

O fato dos haitianos serem negros passou quase despercebido nos discursos dos entrevistados, embora não o fosse na prática. A forma que a população tabatinguense utilizava para identificar os haitianos era quase exclusivamente pela cor de pele negra. Sempre que se avistava um negro pela rua, o primeiro palpite era que se tratava de um haitiano. Na maior parte das vezes nem se cogitava outra possibilidade. Isso ficou claro para mim depois de ouvir frequentemente que ainda haveria haitianos trabalhando em Tabatinga. Essa notícia me empolgou, pois seria a chance de ter acesso à visão de um haitiano com mais experiência de vida em Tabatinga, além do mais eu poderia desenvolver uma relação de maior proximidade com meus interlocutores haitianos. Segundo as informações dadas por vários moradores de Tabatinga, inclusive o dono do Hotel Amazônia, os haitianos trabalhariam em uma oficina de bicicletas. Visitei simplesmente todas as oficinas de Tabatinga, que não eram muitas, e tive uma surpresa: os tais trabalhadores haitianos eram na verdade colombianos! A confusão ocorreu porque eles eram negros, com um tom de pele tão escuro quanto o dos haitianos. A entrevista cedida por um professor da UEA, Reginaldo, confirmou a minha percepção:

“Eu até gostava [quando o confundiam com haitiano]. Tem um colega que me chama de “baitiano”, que é baiano com haitiano. Então, assim... se até os haitianos confundiam. Às vezes eu estava almoçando em um restaurante e vinha um haitiano falando em crioulo ou francês e eu falava que era brasileiro. As crianças até hoje ainda confundem. (...) Por isso que eu digo que a população daqui tem muito o que compreender e conhecer sobre a composição étnica da população brasileira. Ou está ausente do currículo, ou está ausente da prática pedagógica dos professores, porque não se conhece. Tudo quanto era negro era haitiano.”

Como negro e como professor universitário, Reginaldo via com preocupação o fato de a população de Tabatinga classificar todos os negros como haitianos, até que o contrário fosse revelado. Ele não se sentia ofendido, como muitos se sentem, por ser confundido ou taxado de haitiano, inclusive nutria relações de amizade com alguns haitianos que passaram pela cidade. Concordo com a visão de Reginaldo a respeito do desconhecimento do amazonense quanto à composição étnica da população do Brasil. Isso não ocorria por uma ausência de negros brasileiros em Tabatinga, pois – mesmo em quantidade inferior – eles também faziam parte da população da cidade, ainda que a maioria viesse de outros estados. A classificação desenfreada de todos os negros como haitianos também me parece ser uma forma de negar a presença negra no Brasil. Os efeitos dessa visão de mundo são perversos, pois invisibiliza os amazonenses negros e deixa de reconhecer a sua contribuição cultural para a região norte.

As perspectivas de caráter mais interacionista da etnicidade são interessantes para se pensar as dinâmicas de atribuições externas de categorias étnicas ou raciais, como as que ocorreram em alguma medida em Tabatinga através da avaliação realizada pela população acerca do caráter dos trabalhadores haitianos, e as auto-atribuições de categorias étnicas e raciais dos próprios imigrantes haitianos. O trabalho de campo, entretanto, não me possibilitou observar essas dinâmicas em ação através da interação entre os imigrantes haitianos e a população de Tabatinga. Além da diminuição drástica do fluxo de imigrantes haitianos, a passagem dos mesmos pela cidade, como foi exposto neste capítulo, era geralmente rápida e não envolvia tantas situações diretas de interação. Essas se restringiam à interação entre os imigrantes haitianos e a irmã Patrícia, os agentes da Polícia Federal, os funcionários do Hotel Amazônia e de mercadinhos e drogarias. Não existiam relações mais duradouras de trabalho, já que a passagem era fugaz, apenas fantasmas – os “falsos haitianos” – e rastros, investigados através de relatos de situações passadas.

Pude indicar algumas representações dos imigrantes haitianos construídas por alguns membros da população tabatinguense e também algumas estratégias adotadas pelos imigrantes haitianos para se definirem a partir de critérios próprios, como a ênfase na força, na capacidade de luta e de resistência às adversidades do povo haitiano, que é preservado através da separação discursiva entre a população e o Estado haitiano. Entretanto a experiência de campo não me permitiu analisar mais detidamente as interações diretas e mais pessoais entre os imigrantes haitianos e a população tabatinguense. Cabe a pesquisas futuras¹¹¹ analisar a dialética entre os símbolos de identidades étnicas – na definição de Barth (1998), aqueles que atuam como princípios organizadores das relações sociais através da codificação das diferenças culturais em fronteiras intergrupais – socialmente atribuídos e os subjetivamente reivindicados. As relações de trabalho são situações potencialmente geradoras de reverberações nos processos dialéticos de atribuições externas e auto-atribuições de categorias étnicas e raciais, uma vez que apresentam frequentemente a face das tensões, dos conflitos e das tentativas de exploração do trabalho. Essas tensões não apenas ressaltam as disputas entre os segmentos sociais em relação aos critérios legítimos de definição das categorias étnicas – quais conteúdos culturais são selecionados como signos socialmente

¹¹¹ Pretendo dar prosseguimento ao estudo sobre a imigração haitiana no Brasil no doutorado, mas dessa vez com ênfase nos destinos “finais” e não na situação de entrada pela fronteira. É uma forma também de continuar a seguir as rotas migratórias em suas diferentes etapas.

distintivos – mas também são capazes de gerar dinâmicas de redefinições das significações dos signos culturais mobilizados pelas classificações étnicas.

Análises como a empreendida por Brodwin (2003) nos fazem atentar para a possibilidade dos grupos étnicos e raciais minoritários explorarem ambiguidades e transformá-las positivamente no processo de identificação do grupo com as mesmas. O referido autor analisa o contexto de imigração haitiana em Guadalupe, indicando como a apropriação do pentecostalismo pelos haitianos – em um país onde as elites e, de modo geral, a população nativa se identifica historicamente com o catolicismo – propiciou a significação positiva da marginalidade social e cultural dos mesmos, vista agora como consequência da adoção de um código moral do pentecostalismo como guia para a salvação que, concomitantemente, opera como doutrina de denúncia da sociedade circundante – os não-protestantes e, nesse contexto, também não-haitianos – como incrédula e irremediavelmente mergulhada no pecado.

Já Wolf (2005), que dá ênfase à dimensão estrutural das relações interétnicas, nos permite reconhecer os limites, de maior ou menor grau, na manipulação das identidades étnicas através da identificação de constrangimentos objetivos produzidos pelo contexto econômico e político das relações intergrupais, como a estrutura do mercado de trabalho. Seguindo o caminho indicado por Poutignat e Streiff-Fenart (1998), entendo que apenas a investigação empírica é capaz de determinar em que medida os grupos categorizados dispõem de uma margem de liberdade para se definirem a partir de critérios próprios.

Eric Wolf (2005) repensa conceitos como os de sociedade e cultura, desvinculando-os de noções de estabilidade, delimitação rígida de fronteiras, isolamento e fixidez ao integrá-los – através da análise dos modos, forças e relações de produção – a uma perspectiva que se volta aos processos históricos de interconexão de relações que geraram o sistema mundial ou, em outras palavras, alinhamentos sociais de grupos interligados no tempo e no espaço, estes em constante reformulação de seus limites. Além de pensar os fluxos de migrantes haitianos dentro do contexto de expansão do capitalismo global, outra perspectiva de Wolf que mostra-se instrutiva é a abordagem das dinâmicas históricas de segmentação étnica do mercado de trabalho:

“A posição do migrante é determinada não tanto por ele ou por sua cultura quanto pela estrutura da situação em que se encontra. Sob o modo de produção capitalista essa estrutura é criada pela relação do capital com o trabalho em sua operação espacial e temporal, isto é, a estrutura do mercado de trabalho”. (2005, p.432).

A estrutura do mercado de trabalho, embora tenha prioridade na análise, não é absolutamente imponente diante dos demais fatores, como a cultura, e nem estático em si mesmo. A absorção de novos trabalhadores, especialmente segmentos distintos de ondas migratórias, insere novos elementos que, através do movimento dialético com a estrutura já existente do mercado de trabalho, transforma tanto os trabalhadores, quanto a estrutura em questão. Essa reestruturação se faz em meio a tensões entre os segmentos sociais. As distinções culturais e sociais entre os segmentos de trabalhadores não são, porém, ignoradas por Wolf, mas incorporadas dentro do quadro de análise da organização do processo de trabalho, que para ele é prioritário:

“Os diversos grupos que se juntaram recorreram, evidentemente, a formas culturais distintas para estruturar laços de parentesco, amizade, filiação religiosa, interesses comuns e associação política, como objetivo de maximizar o acesso aos recursos, em competição uns com os outros” (2005, p.452).

A partir da perspectiva de Wolf, a influência das distintas formas culturais na organização do mercado de trabalho só é verdadeiramente compreendida à luz da posição ocupada pelo segmento de migrantes em relação a outros grupos. Essa informação seria estratégica por indicar quais aspectos das formas culturais seriam eficazes na maximização de acesso aos recursos escassos em disputa e quais aquisições seriam necessárias. É importante ressaltar que essa lógica pragmática é a do antropólogo, em consequência de seus interesses de análise, e não necessariamente a dos atores sociais em questão. Tabatinga apresentaria um contexto interessante à análise de um possível processo de segmentação do mercado de trabalho, já que inclui múltiplas nacionalidades: brasileiros, colombianos, peruanos e, no passado, haitianos. Vimos pelos relatos dos moradores de Tabatinga como os haitianos ocuparam, por um tempo, os empregos, ou melhor, “biscates”, mais subalternos e de menor remuneração da cidade, substituindo os peruanos ou sendo subcontratados por eles. Meu acesso a esses dados, entretanto, não permite uma análise de maior profundidade e conclusões a respeito da existência ou não de um processo de segmentação étnica ou racial do mercado de trabalho de Tabatinga. Tais considerações deverão ser tecidas em pesquisas futuras.

Considerações finais – A tríplice fronteira norte e as possibilidades de realização do visto humanitário

A situação atual dos migrantes haitianos no Brasil é marcada pela dependência de doações da sociedade civil e de assistência prestada por instituições religiosas e organizações não governamentais para o acesso temporário a moradia, alimentação e orientação quanto aos procedimentos de documentação, além de acesso ao mercado de trabalho. Há doações de recursos nacionais – geralmente do governo federal e estadual, com menor participação do municipal – para a assistência aos haitianos, mas são sempre pontuais e em resposta a cobranças de entidades civis e religiosas e a situações emergenciais divulgadas pela mídia. Não há uma política pública consolidada com vista à integração dos haitianos na sociedade, as discussões se concentram mais em medidas para impedir a entrada irregular e, quando muito, na concessão ou não de “vistos por razões humanitárias”, mas essa concessão em si, como vimos, não é suficiente para garantir os direitos integrais dos migrantes.

Em 9 de abril de 2013, o governador do Acre, Tião Viana, decretou situação de emergência social nos municípios de Brasiléia¹¹² e Epiaciolândia, onde se concentravam 1.400 imigrantes haitianos recém-chegados. O governador alegou não dispor de mais recursos para assistir aos migrantes quanto à habitação e alimentação e cobrou a responsabilidade da União. A resposta tardia do governo federal foi no sentido de agilizar a expedição de documentos e a oferta de assistência emergencial aos imigrantes, o que tem se tornado um padrão. Há desentendimentos dentro das distintas esferas estatais, estes indicados pelas mútuas acusações e cobranças de responsabilidade entre elas. Como exemplo, tanto o prefeito de Tabatinga¹¹³, Saul Nunes, quanto o governador do Amazonas¹¹⁴, Omar Aziz, delegam à União o dever de dar assistência aos haitianos e de oferecer uma situação definitiva à imigração, entendida como problema. Ambos entendem que os recursos públicos, as políticas de habitação e os empregos demandados pelos haitianos são problemáticos, pois se trataria de recursos escassos que, por esse motivo, deveriam ser priorizados às populações locais.

¹¹² Em Brasiléia, um abrigo com capacidade para 200 vagas abriga quase 1.300 haitianos, mas também 70 senegaleses, 10 dominicanos e alguns cidadãos da Nigéria e de Bangladesh. Não há mais espaço para colocar colchões no galpão. Devido à falta de banheiros suficiente para esse contingente, água, dejetos e lixo se misturam nas áreas públicas circundantes ao galpão, criando um ambiente de insalubridade.

¹¹³ Fonte: A Crítica. 23/01/2012.

¹¹⁴ Fonte: A Crítica. 26/01/2012.

Em suma, existe uma contradição evidente entre o discurso diplomático brasileiro e sua atuação na liderança da MINUSTAH, que enfatizam o caráter “humanitário” dos esforços do país em apoiar o Haiti, e as políticas migratórias voltadas aos imigrantes haitianos que se encontram em território brasileiro. Essas políticas, até o momento, foram restritas às decisões em torno da concessão de “vistos humanitários” que regularizam a situação dos imigrantes haitianos no país, sem antecipar medidas que viabilizem a inserção digna dos mesmos na vida da sociedade brasileira. As ambições nacionais quanto à conquista de reconhecimento do país como potência e liderança global não podem se sustentar com o atual descaso frente à situação dos imigrantes haitianos, principalmente nas regiões de fronteira.

Embora o contexto de Tabatinga retratado nesta dissertação não se caracterize propriamente como calamidade, isso se deu apenas em consequência da diminuição dos fluxos migratórios que passam pelo estado do Amazonas e não da criação de uma estrutura de acolhimento fixa pelo governo. Ademais, não devemos esquecer do Acre, que atualmente enfrenta graves problemas com relação à estrutura de alojamento – abrigos superlotados e em condições sanitárias preocupantes –, alimentação, saúde e serviços de emissão de documentos pela Polícia Federal. A situação enfrentada pelos imigrantes haitianos em Manaus, que dependem de doações e serviços oferecidos por instituições da sociedade civil e por voluntários, também é esclarecedora dos desafios que temos pela frente. Não podemos simplesmente dizer que a imigração haitiana é uma novidade que pegou o Estado brasileiro desprevenido, pois quatro anos já se passaram com a persistência dos mesmos problemas básicos.

Os fluxos migratórios que foram objeto de reflexão neste trabalho são elementos-chave inalienáveis dos processos sociais, políticos, econômicos e simbólicos multiescalares que ajudaram a conformar o Haiti enquanto *composição* nacional singular. Como bem nos adverte Peirano (2006), o Estado-nação em ato nas experiências vividas pelas pessoas que creem, constituem e são afetadas pelas políticas governamentais é uma configuração que une dois “modos complementares de orientação ao mundo”, que são separados apenas heurísticamente pelo observador-pesquisador: de um lado, o ideal de racionalidade e neutralidade da burocracia do Estado enquanto estrutura formalizada; e de outro, as relações de solidariedade e de co-participação das pessoas que se identificam como parte de uma mesma nação e são objetos de políticas governamentais que visam a mensuração e o controle de coletividades. Os Estados-nação, tal como o Haiti e o Brasil, estão sempre em processo

de consolidação e de transformação e nunca se apresentam como estruturas acabadas, apenas na ideologia de representação de si. Não obstante, esses dois Estados tem plena consciência, em seus respectivos quadros ideológicos, de que são alvo de projetos de formação da nação, os quais estão sempre em plena execução, ainda que resguardadas suas particularidades identitárias. Peirano traz a proffica perspectiva de se ver a nação como um entremeado de relações estabelecidas não só entre pessoas, mas entre pessoas e objetos com potenciais simbólicos, tais como são os casos dos documentos expedidos por distintas esferas estatais (Peirano, 2006). Esses documentos – como o protocolo de solicitação de refúgio e outros associados ao processo de expedição do “visto humanitário”, o CPF e a carteira de trabalho – cumprem uma função instrumental, seja para os usuários, que desejam ser reconhecidos como cidadãos e acessar direitos¹¹⁵, seja para o Estado, que por esse meio estabelece um controle relativo das coletividades de imigrantes haitianos no país. Mas não só isso, eles também despertam sentimentos de participação na nação por parte dos detentores dos documentos ainda que os direitos políticos sejam negados aos estrangeiros (Peirano, 2006). A legitimidade da permanência no país que emana do “visto humanitário” tem mais força social de que a lógica pretensamente neutra e racional do Estado levaria a pensar, pois tal documento expressa diversas histórias de dificuldades enfrentadas para obtê-los, uma verdadeira *via crucis* nas múltiplas instâncias burocráticas do Estado (Peirano, 2006).

As práticas cotidianas dos imigrantes haitianos, que juntas compõem os trajetos individuais para a obtenção do “visto humanitário”, também são modeladas por contextos próprios ao Estado brasileiro. O presente trabalho evidenciou alguns desses contextos, principalmente pelo prisma das diversas "precariedades" nacionais, sejam essas as falhas em assegurar a proteção dos direitos através da aplicação dos regimes trabalhistas, o tratamento institucional de crianças e adolescentes ou a falta de reconhecimento da diversidade étnica da população brasileira e as consequentes práticas discriminatórias e racistas daí advindas.

¹¹⁵ No caso dos imigrantes haitianos, mesmo quando conquistado o “visto permanente por razões humanitárias”, não tem acesso aos direitos políticos, pois são considerados estrangeiros em oposição aos cidadãos brasileiros ou naturalizados. Não podem votar e nem se candidatarem a cargos políticos, mas tem acesso a outros direitos civis e sociais, como o uso de serviços públicos e a proteção pela legislação trabalhista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFONSO, Dilla Haroldo & CEDANO, Sobeida de Jesús. 2005. “De problemas y oportunidades: intermediación urbana fronteriza en República Dominicana”. *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 67, N°.1, pp. 99-126.
- ARDILA, Daniel Gutiérrez. 2011. “Colombia y Haití: historia de un desencuentro (1819-1831)”. *Secuencia*, México, N°.81.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. 1987. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BAPTISTA, José Renato de Carvalho. 2012. *Sè Tou Melanje: Uma etnografia sobre o universo social do Vodou Haitiano*. Tese de doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social – Museu Nacional.
- BARTH, Frederik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. 1998. In: Poutignat, Philippe & Streiff-Fernart, Jocelyne. *Teorias da etnicidade. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- BASCH, Linda & SCHILLER, Nina Glick & BLANC, Cristina Szanton. 1994. “Different settings, same outcome: transnacionalism as a global process”. In: *National Unbound: transnational projects, postcolonial predicaments and derritorialized nation-states*. Longhorn: Gordon & Breach Publishers.
- BRODWIN, Paul. 2003. “Pentecostalism in Translation: Religion and the Production of Community in the Haitian Diaspora”. *American Ethnologist*, Vol. 30, N°.1, pp. 85-101.
- CHARLES, Carolle. 2006. “Political refugees or economic immigrants? A new “old debate” within the Haitian immigrant communities with contestations and division”. *Journal of American Ethnic History*. Vol. 25, N°.2/3, Immigration, Incorporation, Integration and Transnacionalism: Interdisciplinary and International Perspectives, pp. 190-208.

CLARO, Carolina de Abreu Batista. 2011. “O aporte jurídico do direito dos refugiados e a proteção internacional dos “refugiados ambientais””. In: Ramos, André de Carvalho et al (org.). *60 anos de ACNUR: Perspectivas de futuro*. São Paulo.

CLIFFORD, James. 1999. “Las Diásporas”. In: *Itinerarios transculturales*. Editorial Gedisa.

DALMASO, Flávia Freire. 2009. *Magia em Jacmel: uma leitura crítica da literatura sobre o vodu haitiano à luz de uma experiência etnográfica*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social – Museu Nacional.

DAS, Veena. 1996. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. Oxford India Paperbacks.

DAS, Veena. 2007. *Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary*. California: University of California Press.

DAYAN, Joan. 2004. “A Few Stories about Haiti, or, Stigma Revisited”. *Research in African Literatures*, Vol. 35, N°.2, Haiti, 1804-2004: Literature, Culture and Art, pp. 157-172.

DERBY, Lauren. 1994. “Haitians, Magic, and Money: Raza and Society in the Haitian-Dominican Borderlands, 1900 to 1937”. *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 36, N°.3, pp. 488-526.

DIAS, Juliana Braz & LOBO, Andréa de Souza. 2012. “Sobre fluxos e(m) contextos africanos”. In: Dias & Lobo (org.). *África em movimento*. Brasília, ABA Publicações.

DUMONT, Louis. 1985. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco.

ESCOTO, Roberto. 2009. *Construção do Estado e democratização do Haiti: uma análise das intervenções da ONU sob o enfoque da segurança humana (1993-1996 e 2004-2008)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, UnB. Brasília.

FONSECA, Claudia. 2006. *Os Caminhos da Adoção*. São Paulo: Cortez.

FRIEDMAN, Jonathan. 1991. "Consuming desires: strategies of selfhood and appropriation". *Cultural Anthropology*, Vol.6, N°.2, pp.154-63.

GLICK-SCHILLER, Nina & FOURON, Georges. 1990. "'Everywhere We Go, We Are in Danger': Ti Manno and the Emergence of a Haitian Transnational Identity". *American Ethnologist*, Vol.17, N°.2, pp. 329-347.

GODOY, Gabriel Gualano de. 2011. "O caso dos haitianos no Brasil e a via da proteção humanitária complementar". In: Ramos, André de Carvalho et al (org.). *60 anos de ACNUR: Perspectivas de futuro*. São Paulo.

GONDOLA, Didier. 1999. "Dream and Drama: The Search for Elegance among Congolese Youth". *African Studies Review*, Vol.42, N°.1, pp.23-48.

GRASMUCK, Sherri. 1982. "Migration within the Periphery: Haitian Labor in the Dominican Sugar and Coffee Industries". *International Migration Review*, Vol.16, N° .2, Special Issue: Theory and Methods in Migration and Ethnic Research, pp. 365-377.

HAMID, Sônia Cristina. 2012. *(Des)Integrando Refugiados: Os Processos do Reassentamento de Palestinos no Brasil*. Tese de doutorado em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília.

HANNERZ, Ulf. 1996. "Cosmopolitans and locals in world culture". In: *Transnational Connections: Culture, People, Places*. London: Routledge.

HARVEY, David. 1989. *The Condition of Post-Modernity*. Oxford, Basil Blackwell.

HEIN, Jeremy. 1993. "Refugees, immigrants, and the state". *Annual Review of Sociology*, Vol.19, pp. 43-59.

HURBON, Laennec. 1987. *O Deus da resistência negra: o vodu haitiano*. São Paulo: Edições Paulinas.

ITZIGSOHN, Jose. 1995. "Migrant remittances, labor markets, and household strategies: a comparative analysis of low-income household strategies in the caribbean basin". *Social Forces*, Vol.74, N°.2, pp. 633-655.

JAMES, C.L.R. 2010. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo Editorial.

JOINT, Louis Auguste. 2008. "Sistema educacional e desigualdades sociais no Haiti: o caso das escolas católicas". *Pro-Posições*, Vol.19, N°.2(56), p.181-191.

KENKEL, Kai Michael & MORAES, Rodrigo Fracalossi de (org.). 2012. *O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação*. Brasília: Ipea.

MARTINEZ, Samuel. 1999. "From Hidden Hand to Heavy Hand: Sugar, the State, and Migrant Labor in Haiti and the Dominican Republic". *Latin American Research Review*, Vol.34, N°.1, pp. 57-84.

MILLER, Daniel. 2010. "Why clothing is not superficial". In: *Stuff*. Cambridge: Polity press, pp.12-41.

MITCHELL, Christopher. 1994. "U. S. Policy toward Haitian Boat People, 1972-93". *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol.534, Strategies for Immigration Control: An International Comparison, pp. 69-80.

MOULIN, Carolina. 2012. "A política internacional da mobilidade: governamentalidade global e produção da diferença no discurso disciplinar contemporâneo". In: Silva,

Sidney (org.). *Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais*. São Paulo: Hucitec; Manaus: Fapeam.

N'ZENGOU-TAYO, Marie-José. 1998. "Fanm se potò mitan: haitian woman, the pillar of society". *Feminist Review*, N° .59, pp. 118-142.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. 2012. "Dos fluxos da esperança à precária realidade da migração brasileira para as áreas de garimpo na Guiana e no Suriname". In: Silva, Sidney (org.). *Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais*. São Paulo: Hucitec; Manaus: Fapeam.

PATRIOTA DE MOURA, Cristina. 2010. "Condomínios e *Gated Communities*. Por uma antropologia das novas composições urbanas". *Anuário Antropológico*, 2009/2, dezembro 2010, pp. 209-232.

PEIRANO, Mariza. 2006. "O Estado na vida das pessoas". In: *A teoria vivida e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

PEREIRA, Luciana Diniz Durães. 2011. "Uma visão brasileira do conceito "refugiado ambiental"". In: Ramos, André de Carvalho et al (org.). *60 anos de ACNUR: Perspectivas de futuro*. São Paulo.

PIERRE-CHARLES, Gerard. 1975. "El terror como condicionante social en Haití". *Revista Mexicana de Sociología*, Vol.37, N° .4, pp. 963-984.

POPKIN, Jeremy D. 2008. "Uma revolução racial em perspectiva relatos de testemunhas oculares da Insurreição do Haiti". *Varia Historia*, Belo Horizonte, Vol.24, N.º39, pp.293-310.

PORTES, Alejandro & GROSFUGUEL, Ramón Grosfogue. 1994. "Caribbean Diasporas: Migration and Ethnic Communities". *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol.533, Trends in U.S.-Caribbean Relations, pp. 48-69.

POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FERNART, Jocelyne. 1998. *Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.

RIBEIRO, Gustavo Lins. 2010. “A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol.25, N°.74.

ROSA, Renata de Melo. 2006. “A Construção da Desigualdade no Haiti”. *Universitas. Relações Internacionais* (Impresso), Vol.4, pp. 5-30.

ROSA, Renata de Melo. 2007. “Xenofobização da mulher negra migrante no processo de construção do feminino em emigração: a migração feminina haitiana em Santo Domingo”. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, Brasília, Ano XV, N°.29, pp. 71-85.

ROSA, Renata de Melo. 2010. “Subjetividade e subversão do racismo: um estudo de caso sobre os haitianos na República Dominicana”. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, Brasília, Ano XVIII, N°.34, pp. 99-112.

ROSA, Renata de Melo & POGNON, Vogly Nahum. 2013. “A República do Haiti e o processo de construção do Estado-nação”. *Revista Brasileira do Caribe* (Impresso), São Luis-MA, Brasil, Vol. XIII, pp.461-494.

SAHLINS, Marshall. 1997. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

SAHLINS, Marshall. 2003. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

SASSEN, Saskia. 2006. *Territory, authority, rights: from medieval to global assemblages*. Princeton University Press.

SEYFERTH, Giralda. 2002. “Colonização, imigração e a questão racial no Brasil”. *Revista USP*, São Paulo, N°.53, pp.117-149.

SILVA, Sidney. 2012. “O Eldorado é aqui? Imigração haitiana e a política migratória brasileira”. In: 28°. *Reunião brasileira de Antropologia*, São Paulo. Anais da 28°. RBA.

SOUFFRANT, Claude. 1974. “Les Haitiens aux États-Unis”. *Population* (French Edition), 29e Année, Migrations, pp. 133-146.

TÉLÉMAQUE, Jenny. 2012. “Imigração haitiana na mídia brasileira: Entre fatos e representações”. Rio de Janeiro, UFRJ/ECO.

THE COLLEGE OF BAHAMAS. 2005. “Haitian migrants in the Bahamas 2005”. *A Report for the International Organization for Migration*, 144p.

THOMAZ, Omar Ribeiro. 2010. “O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou”. *Novos Estudos* 86, pp. 23-39.

TOMICH, Dale. 2009. “Pensando o “Impensável”: Victor Schoelcher e o Haiti”. *Mana*, Vol.15, N°.1, pp. 183-212.

TROUILLOT, Michel-Rolph. 1995. “An unthinkable history”. In: *Silencing the past. Power and the production of history*. Beacon Press: Boston, pp. 70-107.

WINGFIELD, Roland. & PARENTON, Vernon J. 1965. “Class Structure and Class Conflict in Haitian Society”. *Social Forces*, Vol.43, N°.3, pp. 338-347.

VELHO, Gilberto. 1994. “Unidade e fragmentação em sociedades complexas”. In: *Projeto e metamorfose*. Rio de Janeiro: Zahar.

VIANNA, Adriana de Resende B. 2005. “Direitos, moralidades e desigualdades: considerações a partir de processos de guarda de crianças”. In: Lima, Roberto Kant de (org.). *Antropologia e Direitos Humanos 3*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense.

WOLF, Eric R. 2005. *A Europa e os povos sem história*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo.

*Anexo I – Questionário semi-estruturado para os imigrantes haitianos*¹¹⁶

- 1) Qual o seu nome? Como gostaria de ser chamado?
- 2) Quais línguas você fala?
- 3) Quantos anos você tem?
- 4) É solteiro, casado, divorciado?
- 5) Tem filhos?
- 6) Você veio sozinho ou acompanhado para o Brasil?
- 7) Qual é a sua escolaridade?
- 8) Qual era a sua profissão no Haiti? Que tipo de trabalho deseja exercer aqui no Brasil?
- 9) Você tem alguma religião? Qual?
- 10) Por que você escolheu vir para o Brasil? O que você espera conseguir aqui?
- 11) Você tem parentes ou amigos que migraram para o Brasil? Você tem parentes em outros países? Quais?
- 12) Você já morou em outros países? Quais?
- 13) Você tem parentes no Haiti que dependem de você? Você precisa enviar dinheiro para eles?
- 14) Você quer trazer algum parente para o Brasil? Qual?
- 15) Você pretende retornar ao Haiti algum dia ou ir para outro país? Qual?
- 16) Quanto você gastou para vir ao Brasil? Alguém te ajudou a reunir os recursos financeiros necessários para a viagem? Quem?
- 17) Você passou por quais países para chegar ao Brasil?
- 18) Você enfrentou problemas ou sofreu violência (assalto) na travessia para o Brasil?
- 19) Onde você está morando em Tabatinga? Está morando sozinho ou com alguém (amigo, parente)?
- 20) Você está pagando hotel/aluguel sozinho ou com ajuda de alguém?
- 21) A igreja ou alguma instituição te ajudou aqui?
- 22) Você tem recursos para se manter em Tabatinga?
- 23) Você está trabalhando aqui? Que tipo de trabalho você faz? Como você soube desse trabalho?
- 24) Você quer ficar em Tabatinga ou ir para outra cidade do Brasil? Qual cidade? Por que?

¹¹⁶ Apresento a versão em português, mas utilizei também as versões em francês, com maior frequência, e paralelamente as em espanhol e em inglês.

- 25) O que você costuma fazer aqui em Tabatinga? Que lugares você frequenta na cidade? Tem algum lugar que você gosta de ir?
- 26) Você fez amizades durante a viagem para o Brasil? E em Tabatinga, você fez amizades com haitianos ou brasileiros?
- 27) Você está enfrentando algum problema inesperado aqui em Tabatinga? Problemas de moradia, de alimentação, de saúde, de trabalho ou de documentação?
- 28) O que você pensa dos policiais federais brasileiros? Como foi a abordagem dos policiais federais na fronteira?
- 29) O que você está achando do Brasil e dos brasileiros?
- 30) O que você conhecia sobre o Brasil antes de vir para cá?
- 31) Você acha que o brasileiro é preconceituoso ou racista? Você já sofreu algum preconceito aqui?
- 32) Você acha que os brasileiros te tratam de um jeito diferente pelo motivo de você ser haitiano?
- 33) Você acha que o brasileiro é muito diferente do haitiano?
- 34) Quais são as características que diferenciam o brasileiro do haitiano?
- 35) O que é ser haitiano para você?

Anexo II – Questionário semi-estruturado para os moradores de Tabatinga

Preencher: Primeiro nome / Idade / Escolaridade / Profissão/ Nacionalidade

- 1) O que você pensa da vinda dos haitianos para o Brasil?
- 2) De 2010 para cá, quando se iniciou a vinda de haitianos para o Brasil, vc percebeu alguma mudança no cotidiano da cidade de Tabatinga? Qual? Como você caracterizaria essa mudança: como positiva ou negativa?
- 3) Você já conversou ou interagiu com algum haitiano aqui? Em que situação?
- 4) O que você sabia do Haiti e dos haitianos antes do início da imigração de haitianos para o Brasil? E agora, com a experiência de convívio com imigrantes haitianos na cidade, você aprendeu algo mais?
- 5) Você acha que os haitianos são diferentes dos brasileiros (peruanos, colombianos) ?
- 6) Você acha que há algumas características (crenças, hábitos, personalidade) que definem e diferenciam os haitianos? Quais?
- 7) (no caso de empregadores) Você já contratou ou pensou em contratar haitianos para trabalhar no seu estabelecimento? Se sim, como você avalia sua experiência? Se não, por que não?